



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

WALDSON DE SOUZA COSTA

**MONITORANDO MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS:
MEMÓRIAS ECOLÓGICAS NO DELTA DO SÃO FRANCISCO**

**SALVADOR
2025**

WALDSON DE SOUZA COSTA

**MONITORANDO MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS:
MEMÓRIAS ECOLÓGICAS NO DELTA DO SÃO FRANCISCO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do Doutorado em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Caroso

SALVADOR
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

Costa, Waldson de Souza.
C837 Monitorando Mudanças Socioambientais: memórias ecológicas no Delta do São Francisco / Wadson de Souza Costa., 2025.
140 f.: il.

Orientador: Prof.º Drº Carlos Caroso
Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

1. Antropologia. 2. Etnografia. 3. São Francisco, Rio, Vale - Memória. 4 Ecologia.
I. Caroso, Carlos. II. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 306.3

Responsável técnica: Ana Cristina Portela de Santana - CRB/5-997




UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação, CEP: 40.210-730 – Salvador/BA
Tel. (71) 3283.6440 / E-mail: ppga@ufba.br



ATA Nº

Ata da sessão pública do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), realizada em 14 de fevereiro, para procedimento de defesa da Tese de Doutorado em Antropologia, área de concentração Antropologia, do(a) candidato(a) Waldson De Souza Costa, de matrícula 2020111216, intitulada “Monitorando Mudanças Socioambientais: Memórias Ecológicas no Delta do São Francisco”. Às 09:00 do citado dia, por, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. Carlos Caroso, que apresentou os outros membros da banca: Prof^ª. Dra. Fernanda Rechenberg, Prof^ª. Dra. Débora Allebrandt, Prof^ª. Dra. Maria Madalena Zambi, e Prof. Dr. Felipe Sotto Maior Cruz. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente

 **FERNANDA RECHENBERG**
Data: 20/03/2025 06:38:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Fernanda Rechenberg, UFRGS
Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente


 **DEBORA ALLEBRANDT**
Data: 17/03/2025 14:26:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Débora Allebrandt, UFAL
Examinadora Externa à Instituição



Dra. Maria Madalena Zambi, UFAL
Examinador interno

Documento assinado digitalmente

 **FELIPE SOTTO MAIOR CRUZ**
Data: 20/03/2025 11:50:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Felipe Sotto Maior Cruz, UFBA
Examinadora interno



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação, CEP: 40.210-730 – Salvador/BA
Tel. (71) 3283.6440 / E-mail: ppga@ufba.br



Dr. Carlos Caroso, UFBA
Presidente

Waldson de Souza Costa
Doutorando(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação, CEP: 40.210-730 – Salvador/BA
Tel. (71) 3283.6440 / E-mail: ppga@ufba.br



FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº

Autor(a): Waldson de Souza Costa

Título: Monitorando Mudanças Socioambientais: Memórias Ecológicas no Delta do São Francisco

Banca examinadora:

Profa. Dra. Fernanda Rechenberg, UFRGS	Examinadora externa à Instituição
Profa. Dra. Débora Allebrandt, UFAL	Examinadora externa à Instituição
Profa. Dra. Maria Madalena Zambi, UFAL	Examinadora externo à Instituição
Prof. Felipe Sotto Maior Cruz	Examinadora interno
Prof. Carlos Caroso	Presidente

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. METODOLOGIA
4. RESULTADOS OBTIDOS
5. CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

A tese apresentada atende às exigências para obtenção do grau de Doutor em Antropologia. A



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação, CEP: 40.210-730 – Salvador/BA
Tel. (71) 3283.6440 / E-mail: ppga@ufba.br



Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Dr. Carlos Caroso
Orientador(a)

**MONITORANDO MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS:
MEMÓRIAS ECOLÓGICAS NO DELTA DO SÃO FRANCISCO**

Tese apresentada como requisito para obtenção do Doutorado em Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 14 de fevereiro de 2025

Banca examinadora

Prof. Dr. Carlos Caroso (Orientador)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Felipe Sotto Maior Cruz (Examinador Interno)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dra. Fernanda Rechenberg (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dra. Débora Allebrandt (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Prof. Dra. Maria Madalena Zambi (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Prof. Dr. Paride Bolletin (Examinador Externo – Suplente)
Masaryk University (República Tcheca)

Prof. Dr. Gabriel Omar Alvares (Examinador Externo – Suplente)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)





Quem tem o direito de produzir o futuro?
T. J. Demos

AGRADECIMENTOS

A produção de estudos etnográficos é um exercício coletivo construído por uma série de redes de relações de reciprocidade. Este trabalho envolve muitas vozes e pensamentos consonantes que se acumulam em experiências por quase uma década.

Por isso, cabe aqui que os primeiros agradecimentos sejam dedicados para os ribeirinhos que coabitam a região do Delta São Francisco. Em especial aos moradores dos povoados Pixaim, Potengy, Resina e Saramém que ajudaram na construção desta etnografia. A todos eles minha eterna gratidão pela convivência, diálogos e ensinamentos.

A mesma gratidão estendo para a rede de colaboração construída no mundo acadêmico – professores e pesquisadores – que muito contribuíram para a ampliação da atenção e interpretação dos fenômenos sociais que nos cercam.

Agradeço assim ao professor e orientador desta tese o professor Dr. Carlos Alberto Caroso pela dedicação na condução deste trabalho e pela liberdade estabelecida diante das escolhas teóricas aqui defendidas. Estes mesmos agradecimentos estendo aos professores Dr. Paride Bolletin (Masaryk Universty), Dra. Fernanda Rechenberg (UFRGS), Dra. Débora Allebrandt (UFAL), Dr. Felipe Sotto Maior Cruz (UFBA) e Dr. Gabriel Alvarez (UFAL) pelos diálogos construídos em sala de aula que muito contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

Ao filósofo indígena Ailton Krenak sou grato pela atenção, as conversas e as intervenções dedicadas nos diálogos que resultaram sobretudo no cuidado na prática da observação diante da abordagem desta etnografia.

Agradeço também aos colegas de trabalho que dividiram em alguns momentos as experiências do campo de pesquisa – os fotógrafos Jonathan Lins e Rudney Melo; assim como, a pesquisadora e professora Dra. Madalena Albuquerque Zambi.

A minha família dedico um agradecimento especial – para Patrícia Machado e Mateus Costa – minha gratidão por dividir as experiências de mundo comigo e por fazê-lo mais leve e feliz.

Por fim, agradeço a Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação; e, ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Bahia (PPGA-UFBA), pelo financiamento desta pesquisa.

COSTA, Waldson de Souza. Monitorando Mudanças Socioambientais: memórias ecológicas no Delta do São Francisco. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Este trabalho investiga as transformações socioambientais no Delta do São Francisco utilizando as categorias de memória ecológica e abordagem decolonial para compreender os impactos das ações humanas no equilíbrio do ecossistema e na vida das comunidades ribeirinhas. O estudo, ancorado em uma abordagem etnográfica, destaca como decisões políticas, econômicas e sociais têm moldado as dinâmicas ambientais e sociais da região, exacerbando desigualdades e promovendo a degradação do rio São Francisco e de seus entornos. A pesquisa explora como as memórias humanas e não-humanas atuam como registros vivos das interações entre cultura e natureza. Por meio das narrativas dos ribeirinhos e das mudanças perceptíveis na paisagem, o estudo revela as consequências de fenômenos como a salinização das águas, a perda da biodiversidade e o deslocamento de populações. Estas mudanças estão diretamente relacionadas às intervenções humanas, como a construção de barragens, e aos impactos globais das mudanças climáticas. Com base na perspectiva decolonial, o estudo desconstrói abordagens tradicionais que privilegiam interpretações ocidentais e antropocêntricas, propondo uma leitura que integra humanos e não-humanos como agentes interdependentes. Essa abordagem permite entender que os efeitos das crises ecológicas são desigualmente distribuídos, afetando intensamente as comunidades mais vulneráveis, como quilombolas, pescadores e agricultores do Delta do São Francisco. O estudo também lança luz sobre a resiliência dessas comunidades, evidenciada nas estratégias de adaptação e resistência diante das adversidades. As categorias de memória ecológica e decolonial são fundamentais para compreender como as relações históricas, sociais e ambientais moldam as experiências cotidianas, permitindo uma análise crítica das práticas de desenvolvimento que negligenciam a sustentabilidade e a justiça social. Assim, o trabalho conclui que as crises ecológicas são, em sua essência, crises humanas e políticas, exigindo uma abordagem ética, inclusiva e transformadora para reconciliar desenvolvimento com preservação, cultura com natureza e passado com futuro.

PALAVRAS-CHAVES: Etnografia, Memória Ecológica, Delta do São Francisco

COSTA, Waldson de Souza. *Monitoring Socio-environmental Change: Ecological Memories in the São Francisco Delta*. Doctoral Dissertation in Anthropology, Graduate Program in Anthropology, Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This study investigates socio-environmental transformations in the São Francisco Delta using the categories of ecological memory and a decolonial approach to understand the impacts of human actions on the ecosystem's balance and the lives of riverine communities. Anchored in an ethnographic approach, the study highlights how political, economic, and social decisions have shaped the region's environmental and social dynamics, exacerbating inequalities and promoting the degradation of the São Francisco River and its surroundings. The research explores how human and non-human memories act as living records of interactions between culture and nature. Through the narratives of riverine inhabitants and perceptible changes in the landscape, the study reveals the consequences of phenomena such as water salinization, biodiversity loss, and population displacement. These changes are directly linked to human interventions, such as dam construction, and the global impacts of climate change. Based on a decolonial perspective, the work deconstructs traditional approaches that privilege Western and anthropocentric interpretations, proposing a framework that integrates humans and non-humans as interdependent agents. This approach reveals that the effects of ecological crises are unevenly distributed, disproportionately impacting the most vulnerable communities, such as quilombola groups, fishers, and farmers in the São Francisco Delta. The study also sheds light on the resilience of these communities, evident in their strategies of adaptation and resistance in the face of adversity. The categories of ecological memory and decoloniality are central to understanding how historical, social, and environmental relationships shape everyday experiences, enabling a critical analysis of development practices that overlook sustainability and social justice. Thus, the study concludes that ecological crises are, at their core, human and political crises, requiring an ethical, inclusive, and transformative approach to reconcile development with preservation, culture with nature, and past with future.

KEYWORDS: Ethnography, Ecological Memory, São Francisco Delta

COSTA, Waldson de Souza. Monitoreo de Cambios Socioambientales: memorias ecológicas en el Delta del São Francisco. Tesis de Doctorado en Antropología, Programa de Postgrado en Antropología, Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2025.

RESUMEN

Este estudio investiga las transformaciones socioambientales en el Delta del São Francisco utilizando las categorías de memoria ecológica y un enfoque decolonial para comprender los impactos de las acciones humanas en el equilibrio del ecosistema y en la vida de las comunidades ribereñas. Basado en un enfoque etnográfico, el estudio destaca cómo las decisiones políticas, económicas y sociales han moldeado las dinámicas ambientales y sociales de la región, exacerbando las desigualdades y promoviendo la degradación del río São Francisco y su entorno. La investigación explora cómo las memorias humanas y no humanas actúan como registros vivos de las interacciones entre la cultura y la naturaleza. A través de las narrativas de los habitantes ribereños y los cambios perceptibles en el paisaje, el estudio revela las consecuencias de fenómenos como la salinización del agua, la pérdida de biodiversidad y el desplazamiento de poblaciones. Estos cambios están directamente relacionados con las intervenciones humanas, como la construcción de represas, y los impactos globales del cambio climático. Desde una perspectiva decolonial, el trabajo deconstruye enfoques tradicionales que privilegian interpretaciones occidentales y antropocéntricas, proponiendo un marco que integra a los seres humanos y no humanos como agentes interdependientes. Este enfoque revela que los efectos de las crisis ecológicas se distribuyen de manera desigual, afectando de manera desproporcionada a las comunidades más vulnerables, como los quilombolas, pescadores y agricultores del Delta del São Francisco. El estudio también pone de relieve la resiliencia de estas comunidades, evidente en sus estrategias de adaptación y resistencia frente a las adversidades. Las categorías de memoria ecológica y decolonialidad son fundamentales para comprender cómo las relaciones históricas, sociales y ambientales moldean las experiencias cotidianas, permitiendo un análisis crítico de las prácticas de desarrollo que descuidan la sostenibilidad y la justicia social. Así, el estudio concluye que las crisis ecológicas son, en esencia, crisis humanas y políticas, y requieren un enfoque ético, inclusivo y transformador para reconciliar el desarrollo con la preservación, la cultura con la naturaleza y el pasado con el futuro.

PALABRAS CLAVE: Etnografía, Memoria Ecológica, Delta del São Francisco

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** – Imagem aérea do Delta do São Francisco com vista a partir da cidade Piaçabuçu, sendo possível observar as diversas intervenções humanas que concentram no entorno do fluxo d’água doce que segue em direção ao oceano. (Foto: Rudney Melo, Piaçabuçu, Alagoas, 2023) 4
- Imagem 2** – Na continuidade da imagem é possível observar as ilhas que se formam ao longo do delta e a dimensão do ecossistema que abriga uma grande diversidade de espécies. (Foto: Rudney Melo, Piaçabuçu, Alagoas, 2023) 5
- Imagem 3** – Autor em entrevista com o ativista indígena Ailton Krenak. (Foto: Arquivo Pessoal) 16
- Imagem 4** – Farol do Cotengy marca o território do antigo Cabeço (SE), que foi submerso pelas águas do mar. (Foto: Rudney Melo, Foz do São Francisco, Sergipe, 2023) 30
- Imagem 5** – Imagem aérea mostra a complexidade do Delta do São Francisco. (Foto: Rudney Melo, Piaçabuçu, Alagoas, 2023) 57
- Imagem 6** - Na divisa entre os estados de Alagoas e Bahia a intervenção humana de grande impacto, a hidrelétrica de Paulo Afonso (BA), chama a atenção pela dimensão da capacidade de retenção das águas do Rio São Francisco, o trecho marca o início do território do Baixo São Francisco. (Foto: Rudney Melo, Xingó, Piranhas, Alagoas, 2023)..... 59
- Imagem 7** - A hidrelétrica de Xingó, na divisa de Alagoas e Sergipe, é uma das interferências humanas de impacto que está mais próxima da Foz do São Francisco, a menos de 150 km. (Foto: Rudney Melo, Xingó, Piranhas, Alagoas, 2023)60
- Imagem 8** – Vista aérea de parte do povoado Potengy mostra as relações de reciprocidade e conflito entre humanos e não-humanos, a co-dependência entre as partes que necessitam do equilíbrio do ambiente que é agredido pelos humanos em diversos graus de complexidade. (Foto: Rudney Melo, Povoado Potengy, Alagoas, 2023) 68
- Imagem 9** – Fotografia mostra a relação entre humanos e não-humanos que coabitam as dunas móveis situadas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Piaçabuçu. (Foto: Waldson Costa, Povoado Pixaim, Alagoas, 2023) 74
- Imagem 10** – Imagem aérea do povoado Saramém. (Foto: Waldson Costa, Brejo Grande, Sergipe, 2023) 80
- Imagem 11** – Vista aérea do Povoado Porto da Resina, às margens do Rio São Francisco, com o habitacional do Saramém ao fundo (Foto: Rudney Melo, Povoado Resina, Alagoas, 2023) 85
- Imagem 12** - Com a escassez da água podemos observar pontos de assoreamento que reduzem os canais comprometendo a vida de inúmeras espécies. (Foto: Jonathan Lins, Povoado Potengy, Piaçabuçu, Alagoas, 2017) 92

Imagem 13 – Imagem aérea mostra sedimentação por conta da redução da água no Delta do São Francisco (Foto: Jonathan Lins, Potengy, Alagoas, 2017)	114
Imagem 14 – Mar invade trecho de rio na Foz intensificando a salinização da água doce (Foto: Jonathan Lins, Foz do São Francisco, Alagoas, 2017)	115
Imagem 15 – Na Foz do São Francisco com as forças das águas “desequilibradas” o mar avança sobre o rio aumentando a salinidade nos trechos de água doce, como é possível observar pela espuma branca. (Foto: Jonathan Lins, Foz do São Francisco, Alagoas, 2017)	117
Imagem 16 – Contrastes do desequilíbrio ecológico é marcado pela divisão de águas e lama no leito do Rio São Francisco, e pela morte da vegetação nas margens que não suportam o aumento da salinidade da água provocada pela invasão das águas do mar. (Foto: Jonathan Lins, Povoado Potengy, Piaçabuçu, Alagoas, 2017)	118
Imagem 17 – Em tempos da água salgada é comum os ribeirinhos do Delta do São Francisco subirem o rio em busca de água doce para o consumo. No período mais difícil é preciso navegar horas para sair do trecho salinizado. (Foto: Jonathan Lins, Povoado Potengy, Piaçabuçu, Alagoas, 2017)	120
Imagem 18 – Com um fluxo maior de água o rio desenvolve uma outra dinâmica, melhorando as condições de vida para todas as espécies que dependem dos fluxos das águas doces. Na imagem é possível observar a recuperação da calha e da vegetação. (Foto: Rudney Melo, Delta do São Francisco, Povoado Resina, Sergipe, 2023)	121
Imagem 19 – Vegetação típica do Delta do São Francisco, as aningas voltam a se recuperar no período das cheias protegendo as margens. (Foto: Waldson Costa, Delta do São Francisco, Brejo Grande, Sergipe, 2023)	123
Imagem 20 – Com maior volume de água na calha do rio a vegetação é recuperada e a navegação é facilitada nos canais do Delta do São Francisco. (Foto: Waldson Costa, Delta do São Francisco, Brejo Grande, Sergipe, 2024)	124
Imagem 21 – Águas do São Francisco retomam espaços que no período da “seca” haviam sido ocupados pelas águas salgadas do mar. (Foto: Rudney Melo, Foz do São Francisco, Brejo Grande, Sergipe, 2024)	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa geográfico ilustrado do território do Delta do São Francisco produzido pelo autor (Fonte: www.windy.com / Maceió, 2024)..... 66

LISTA DE SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

APA - Área de Proteção Ambiental

CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ONU - Organização das Nações Unidas

RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1. Introdução	17
1.1 Capítulos, fluxos, cruzamentos e desvios.....	28

CAPÍTULO II

2. O colapso ecológico como regulador de mundos	31
2.1 Descolonizar para reposicionar a forma de pensar	37
2.2 Etnografia na pandemia: os desafios do campo, o método e os interlocutores	45
2.3 A imagem como instrumento etnográfico-comparativo	52

CAPÍTULO III

3. O Delta do São Francisco: um campo global com especificação local	58
3.1 A vida nas duas margens da Foz do São Francisco.....	64
3.1.1 Povoado Potengy.....	67
3.1.2 Povoado Pixaim	73
3.1.3 Povoado Saramém	79
3.1.4 Povoado Resina	85

CAPÍTULO IV

4. As memórias e as mudanças ecológicas no Delta do São Francisco	93
4.1 Deslocados socioambientais.....	94
4.1.1 Memórias Migrantes.....	96
4.1.2 Zona de Interesse	101
4.2 Os tempos das águas doces são diferentes dos tempos das águas salgadas	112

CONSIDERAÇÕES	128
----------------------------	------------

REFERÊNCIAS	131
--------------------------	------------



CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

Vamos fazer o que com essa memória ecológica?
(KRENAK, Ailton. Entrevista concedida ao autor. Maceió, 2023)

Ainda criança um personagem na TV atraiu minha atenção com uma cena que me perseguiu por longos anos. Na imagem, transmitida em telejornais e depois replicada em documentários e livros de história e sociologia, um homem de terno branco pinta o rosto com uma tinta preta enquanto discursa em uma tribuna. Sem capacidade de discernimento à época o que me atraía na cena era o ato de um adulto pintar – de forma espontânea, e, de preto – o próprio o rosto.

Por décadas, mais precisamente entre os anos 1990 e 2000, revi por diversas vezes a mesma imagem que quase sempre aparecia com o discurso cortado ou silenciado. Só em 2008 quando tralhava como repórter de um jornal impresso e fazia uma reportagem sobre direitos humanos com indígenas, e, tive acesso ao vídeo na íntegra com imagem e sonora, passei a compreender o contexto e a razão daquele ato que foi realizado durante os debates da Assembleia Constituinte de 1987¹.

Foi neste momento que descobri que o homem daquela imagem que me intrigava desde a infância tinha uma voz que representava o povo indígena, detinha muitos conhecimentos, visões e pensamentos políticos nada tradicionais. Porém, com um poder narrativo de linguagem poética e crítica era evidente que aquele homem tinha muito a ensinar a quem estivesse disposto a ouvir. Foi neste dia que descobri que a pessoa em questão se tratava do ativista indígena Ailton Krenak².

¹ Marco da história política brasileira do pós-ditadura militar a Assembleia Constituinte de 1987 foi o momento no período de abertura política que marcou a retomada da democracia brasileira onde congressistas e especialistas notáveis em diversos assuntos – entre eles, Ailton Krenak, como representante dos povos indígenas - se juntaram para debater sobre questões de cidadania à jurisprudência que passaram a integrar a Constituição Federal do Brasil de 1989. Na ocasião, Ailton Krenak fez um discurso denunciando o retrocesso nos direitos dos povos indígenas ao tempo que apontou medidas para resguardar direitos na Constituição Federal.

² Indígena do povo de denominação Krenak, Ailton Krenak é ativista da causa dos povos originários, filósofo, escritor, poeta e professor doutor honoris causa pelas Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG), Juiz de Fora (UFJF) e Universidade de Brasília (UNB). Ele foi um dos responsáveis pela Aliança dos Povos da Floresta, movimento que contribuiu para a criação da União das Nações Indígenas (UNI); foi coautor da proposta da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que criou a Reserva da Biosfera da serra do Espinhaço (2005); e articulador do Capítulo 8º da Constituição

O tempo passou! E, ao aprofundar meus estudos sobre questões sociais e ambientais fui redirecionado para debates que quase sempre as vozes e os pensamentos de Ailton Krenak se faziam presentes. Processo que se aprofundou ainda mais quando avancei nos estudos da antropologia.

Foi assim durante a pesquisa do mestrado quando entrei em campo com o intuito de estudar relações étnicas em uma comunidade quilombola, e, sai de lá (não por acaso) com uma dissertação sobre Memória e a relação entre Natureza e Cultura; na qual a centralidade da pesquisa foi estruturada sob a ótica da observação das dinâmicas de interação entre os seres humanos e não-humanos nas “Areias Vivas” do Pixaim, povoado que localizado dentro da Área de Preservação Ambiental (APA) de Piaçabuçu, no Delta do São Francisco³, no estado de Alagoas, integra o território do espaço geográfico final do principal rio do Nordeste: o Rio São Francisco.

Afirmo que não por acaso migrei do debate étnico para o socioambiental na produção da dissertação **Nos Morros Vivos de Pixaim – as dinâmicas dos conhecimentos no ambiente**⁴, primeiro porque fui guiado pelos dados etnográficos que foram surgindo e interpretados a partir das memórias e narrativas dos interlocutores ribeirinhos, depois, porque as inquietações sobre as questões ecológicas e a capacidade de observação destes fenômenos, mesmo não estimulados, já faziam parte da minha vida cotidiana.

No entanto, não sei se por inexperiência como pesquisador, inabilidade com as teorias das mais diversas perspectivas contemporâneas, ou, simplesmente por escolhas teóricas coloniais, Ailton Krenak e seus argumentos não estiveram presentes na minha pesquisa de mestrado. Ao menos, não diretamente com citação no texto ou nas referências bibliográficas. Muito embora quase sempre eu tenha sido cobrado ou lembrado pelos pares da antropologia e das ciências sociais sobre essa possibilidade de diálogo entre as perspectivas ameríndias e os meus estudos antropológicos.

Pois bem! Quando segui para o doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (PPGA-UFBA), propus expandir os

Federal de 1988, que assegura aos povos indígenas os direitos a preservação da cultura e da terra. Em 2023, foi eleito membro titular da Academia Brasileira de Letras (ABL).

³ Deltas são espaços de formação geomorfológicas caracterizadas por pontos onde os rios desaguam em corpos d'água maiores, a exemplo do oceano como ocorre com o Rio São Francisco. Neles há uma série de dinâmicas complexas que envolvem a movimentação de sedimentos e partículas sólidas que resultam em importantes ecossistemas (Gomes, 2023).

⁴ Dissertação está disponível no Repositório Institucional (RIUFAL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no link: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/3203>.

estudos sobre memória ecológica na região do Baixo São Francisco de forma a observar e compreender, por meio das narrativas dos ribeirinhos, as mudanças socioambientais que estão em curso na Foz do São Francisco, espaço geográfico que acumula inúmeros impactos gerados pelo desequilíbrio ambiental.

Neste percurso continuei – por opção teórica e metodológica – distante dos debates propostos pelas perspectivas ameríndias, mas fui lançado em uma rede em que os argumentos políticos de Ailton Krenak me tomaram de tal forma que não puderam mais ser ignorados.

Lembro que ainda na seleção do doutorado do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), dois acontecimentos me marcaram: o primeiro foi o texto *Necropolítica*, do camaronês Achille Mbembe (2016) que fazia parte daqueles requeridos na seleção. Sua leitura me impactou profundamente porque já havia encontrado o fenômeno social descrito pela necropolítica no campo de pesquisa que resultou na dissertação do mestrado; mas eu não sabia como lidar ou descrevê-lo.

Depois, ao ampliar os estudos sobre essa categoria a encontrei em muitas falas daquele mesmo homem que nos anos 80 captou minha atenção ao performar diante de uma plateia que não estava (e nunca esteve) disposta a ouvir o que ele tinha a dizer.

Desta forma, o camaronês Mbembe me aproximou de Ailton Krenak; que me apresentou Davi Kopenawa; ampliou meu interesse por Milton Santos, Emilio F. Moran, Eduardo Viveiros de Castro e Deborah Danowski; me fazendo chegar até Malcom Ferdinand, Tim Ingold, Bruno Latour, Phillipe Descola e outros tantos autores brasileiros e estrangeiros com os quais diálogo nesta tese, abrindo um leque de possibilidades reflexivas que até pouco tempo eu desconhecia ou não tinha a habilidade necessária para discutir.

O segundo acontecimento que conduziu esta trajetória foi um dos questionamentos – seguido por uma afirmação – de uma das integrantes da banca de seleção do doutorado que me questionou quando eu disse que um dos meus objetivos era, além de tudo, produzir na tese um documento que pudesse servir para balizar políticas públicas, dizendo:

- Uma tese de doutorado não é para isso! Você pode produzir um documento técnico sem precisar passar pelo doutorado.

Compreendi. Discordei. Mas, por estar em uma prova oral on-line preferi não ampliar a discussão. Até porque parte da resposta (acredito) já estava nos argumentos do texto Necropolítica, que foi proposto e aprovado pela própria banca. Mesmo assim, pensei:

- Como é possível dissociar ciência, sociedade e política? Ainda mais nas ciências sociais. Ainda mais na antropologia. Qual é o sentido de produzir um estudo para deixá-lo trancado nos repositórios acadêmicos?

Por muito tempo essa afirmação me acompanhou. Espero que tudo não tenha passado de ruídos! A comunicação tem disso. Mas a memória é seletiva e estes acontecimentos foram importantes na posição que eu estava naquele momento. Como foram importantes no momento que decidi fazer nesta tese um exercício etnográfico político-decolonial.

Considero exercício, porque inverter a ordem ou a ótica de pensamento já é um grande desafio que exige esforços de desconstrução contínuas. Ou seja, para que se possa avançar é preciso desnaturalizar ideias e práticas já normalizadas. Por isso, já faço aqui a minha defesa pelos deslizos que ocorrerem ao longo desta dissertação que busca compreender e mostrar as variadas formas de pensar e agir no mundo.

Assim, para este exercício de descolonizar e de produzir um documento que faça sentido para além dos muros da academia faço uso da antropologia. Esta ciência multidisciplinar que tem como prática o reposicionamento dos sujeitos nos espaços, a observação participante (a vida vivenciada); e, a busca pela interpretação e compreensão das variadas formas de estar no mundo (Ingold, 2019, p. 8).

Ao longo desta reflexão confesso ainda que até que o primeiro momento a antropologia me serviu por muito tempo de alento e diversão. Foi um conforto substituir o imediatismo do jornalismo⁵ por uma prática de produção e trabalho vivenciada e mais ética. Disto não tenho dúvida porque além de uma pesquisa científica, flexibilizei minha forma de ver o mundo, e, construí relações permanentes por onde passei e por onde continuo transitando e dialogando com interlocutores que agora se somam em um número bem maior depois da pesquisa de doutorado.

Porém, posso aqui afirmar também que se até certo tempo o fazer antropológico me trouxe conforto e leveza; no entanto, nos últimos anos os estudos da antropologia voltados para as abordagens ecológicas têm me gerado inúmeros desconfortos.

⁵ Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) atuei há mais de uma década como jornalista em veículos de imprensa.

Não com a disciplina, as práticas científicas-academias, ou, com o campo e seus interlocutores; mas, com dados etnográficos que tenho coletados, analisados e interpretados. É difícil perceber que os resultados científicos que encontramos e dialogamos na Antropologia Ecológica não podem ser diferentes e não são frutos de uma ficção científica.

Faço parte do grupo de doutorandos da pandemia SARS-CoV-2 (Covid-19), e, aqui, não estou falando em tom de alarme para justificar possíveis vácuos não preenchidos nesta escrita etnográfica; mas da realidade de uma pesquisa que foi construída sob interrupções e limitações.

Interrupções dos estudos presenciais e das possibilidades de debate e diálogos com professores e colegas da pós-graduação. Sim! Participamos de aulas e atividades virtuais, mas elas não foram suficientes para assegurar as relações sociais; e, nem mesmo, o compartilhamento de ideias e conhecimentos como se propõe um estudo acadêmico de doutorado.

Assim, sobrevivemos a vida prática interrompida, seriada e dividida em experiências fragmentadas e desconectadas. Desta forma, realizei trabalhos com o meu orientador, que de fato nunca me faltou na condução acadêmica. Mas ele é um amigo virtual que só conheço por chamadas de vídeo – no “novo mundo” digital e artificial.

Quanto as visitas ao campo de pesquisa na primeira ordem elas foram interrompidas, depois limitadas, e, só realizadas de fato já no contexto do Novo Normal⁶. Quem entende um pouco da metodologia da observação participante sabe o quanto há de implicações neste contexto. Como também sabe como foi difícil fazer pesquisas científicas – as sociais, principalmente – em tempos de negacionismo científico e de retrocessos democráticos e políticos que tomaram o Brasil e o mundo nos últimos anos.

A ciência é além de tudo um ato político! Por isso, é necessário internalizar essa compreensão e fazer uso desta ferramenta – seja como documento científico-acadêmico ou técnico-político.

Neste trajeto acadêmico chegamos ao “Novo Normal”. Embora não faça mais sentido este termo é necessário destacá-lo para que possamos compreender a condução

⁶ Termo criado pelo empresário americano Mohamed El-Erian, em 2019, o Novo Normal fez referências as consequências da crise econômica mundial gerada pela pandemia da SARS-CoV-2 (Covid-19), o qual relacionava as rupturas estruturais da sociedade diante do momento pós-isolamento social, onde as pessoas começaram a sair para retomar a vida e a rotina pós-pandemia.

desta tese. Foi neste cenário pós-pandemia da SARS-CoV-2 (Covid-19) que tive a satisfação de conversar com Ailton Krenak.

Há tempos o perseguia nos eventos acadêmicos e reuniões de comitês ambientais; mas o encontro não se concretizava. Quando eu comparecia a determinado evento; ainda resguardado, o ativista marcava presença online. Quando ele comparecia, era eu que não estava presente.

Porém, a oportunidade surgiu durante a 10ª edição Bienal Internacional do Livro de Alagoas, em Maceió, e, se concretizou graças a generosidade dos amigos da Assessoria de Comunicação (Ascom) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que abriram às portas para eu chegar até o principal palestrante da noite.

O dia 19 de agosto de 2023 foi um sábado jamais visto nos 10 anos de evento literário em Alagoas. Sendo a primeira Bienal do Livro pós-pandemia o Centro de Convenções e Exposições de Maceió estava lotado a tal ponto que congestionou todas as vias do entorno – o trânsito estava parado. As pessoas estavam ávidas pela feira de livros e pelo principal palestrante da noite que estava prestes a se tornar o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL).

O recorte temporal e todo o contexto foi marcado pela multidão, pelo calor típico da capital alagoana, o trânsito com inúmeras vias congestionadas e o atraso do palestrante por conta de todos esses inconvenientes que por si só já valeriam uma descrição etnográfica.

Enquanto centenas de pessoas se espremiavam impacientes nas poltronas do Teatro Gustavo Leite, Ailton Krenak chegava caminhando pelas portas do fundo do espaço cultural. Já não havia mais tempo para atraso e como o veículo que trazia o palestrante não conseguia vencer o trânsito foi preciso caminhar entre os carros e a multidão.

No palco do teatro Ailton Krenak fala da terra como organismo vivo, da problemática dissociação do homem com a natureza, de necropolítica, do entusiasmo humano ao consumo e ao capitalismo; da forma de estar e se posicionar no mundo.

É homenageado, e, em seguida, participa da sessão autógrafos. Tempos depois parece que tudo que foi conversado no espaço se dissolve no ar e as pessoas saem ensandecidas rumo a feira de livros e ao trânsito caótico. A impressão que se tem é que se a mensagem do ativista foi absorvida, não foi posta em prática pela grande maioria que minutos antes ouvia sobre as consequências do apreço ao sistema capitalista que consome a terra e as inúmeras formas vida.

Nos bastidores consigo falar com Ailton Krenak e lhe expliquei sobre minha pesquisa e a ótica de abordagem. Ele sugere uma conversa “mais descansada” no dia seguinte.

No domingo pela manhã chego animado para a entrevista com Ailton Krenak. Mas na primeira reflexão, saio da conversa de mais de uma hora com a sensação de que a pesquisa que estava em curso não tinha sentido. Falamos sobre muitos assuntos em perspectivas macro e micro; comparamos realidades, discutimos teorias e pensamentos, falamos de conflitos de gerações, sociais e ambientais; do passado, presente e futuro.

Foi uma aula particular e um privilégio que agradeço até hoje com muita gratidão. Assim, entre tantos alertas ele me orientou a tomar cuidado com as categorias ecologia/ecológica porque há nelas armadilhas fáceis de desvencilhar as responsabilidades humanas; artimanhas que são capazes de descontextualizar e deturpar facilmente as discussões.

E, ao longo deste diálogo após ouvir no início o título desta tese Ailton Krenak faz questão de disparar por inúmeras vezes o questionamento:

- Vamos fazer o que com essa memória ecológica? (KRENAK, Ailton. Entrevista concedida ao autor, Maceió, 2023)

Repetia a sentença com insistência. De forma marcada ao final de cada reflexão como gritasse chamando a atenção para algo fora do lugar.

Confesso que o questionamento foi tão incomodo que sai da conversa acreditando que a pesquisa em questão não tinha mais sentido. Que a categoria central que guiou por anos todo o trabalho em curso nem mesmo se sustentava.

Ter ideias enraizadas confrontadas é desconfortável. É difícil e muito doloroso reconfigurar posicionamentos e pensamentos! Descolonizar é uma tarefa dolorosa porque é com a ótica de colonizados que muitos de nós damos conta do mundo. Foi assim, e ainda é, que aprendemos a pensar, interpretar e a construir muitas das relações e coisas que estão ao nosso redor.

O desconforto da conversa com Ailton Krenak foi latente e me perseguiu por semanas. São palavras que ecoam e estão comigo até hoje. Afinal, não há como sair

intacto após um encontro com alguém detentor de uma cosmologia de mundo tão ampla e diferente da nossa⁷.

Por isso, só após revisitar o áudio da conversa inúmeras vezes fui reestruturando as ideias e percebendo que a discussão a qual centralizei este estudo até poderia seguir. Mas não por uma ótica globalizante e colonial – a qual a categoria memória se perderia na marcação do passado como se montasse uma enciclopédia que revisitaria as coisas que já existiram – cenários, contextos, relações, espécies animais, minerais e vegetais, entre tantas outras coisas – e que já não fazem mais sentido porque as ações humanas as devoraram, e, por isso, muito pouco ou quase nada destas experiências nos serviriam para manutenção da vida no presente e para o que projetamos para o futuro.

Porém, quando Ailton Krenak me questionou e cobrou em suas falas um outro posicionamento para pensar a memória ecológica, ele deixou claro que de nada valeria estruturar uma pesquisa antropológica preso a pensamentos coloniais com a aplicação de argumentos ecológicos que foram instituídos nos anos 70; os quais foram facilmente deturpados e esquecidos ao ponto de não servirem para a vida prática.

Porque segundo Krenak mesmo instituindo na década de 70 a ideia do humano como parte integrante do ecossistema, os humanos sempre se posicionaram fora ou de uma forma hierárquica subjugando os demais seres. Logo, instituir um estudo com as perspectivas da memória restritiva aos humanos apenas reforçaria essa falsa ideia da superioridade humana. E, com isso, ao invés de um trabalho com perspectivas para o futuro, teríamos apenas um inventário sobre seres e coisas que existiram, mas que ficaram no passado:

Desde que que você falou de Memória Ecológica eu fiquei pensando nessa epistemologia recente de que os humanos, os seres vivos, podem constituir uma memória ecológica. Eu fiquei pensando... isso deve ser o mesmo que resiliência. Porque se você não ficar vivo... não tem memória. É preciso ficar vivo e a nossa relação de humanos com o ecossistema da terra tem demonstrado uma incapacidade do humano de experimentar verdadeiramente uma ecologia do ser, de estar dentro. Esse humano fica fora! Ele tá sempre fora. O humano estar fora do que podemos consensuar com o que seja ecológico. O humano é uma espécie que se sobrepõe a outras espécies de maneira predatória. A gente caça tudo... abelha, tigre e até dinossauro... se houver. Nós marchamos sobre a face do planeta predando outros seres. Por isso, atribuir qualquer memória ecológica apenas aos humanos seria arrogante e desrespeitoso com outros seres que nós predamos. É a mesma coisa que ver alguém que professa uma

⁷ Em um discurso na Câmara Federal em 3 de dezembro de 2008 o próprio Ailton Krenak chegou a citar, ao homenagear o ativista e ambientalista assassinado no Acre em 1988, Chico Mendes, que o professor Darcy Ribeiro, havia falado sobre sua experiência com algumas tribos que “ninguém ficava impune depois de conhecer um indígena ou de com eles conviver, no sentido de que esse encontro significava um rompimento de ideias antes consolidadas e um sério compromisso para o resto da vida”.

mentalidade fascista pregar a prática do amor, do respeito e da cooperação com a vida. Quando na verdade ele é um agente necropolítico. Então é necessário questionar de onde vem essa chave de leitura que sugere que existe uma memória ecológica. Essa memória ecológica, se existe, ela não é exclusiva dos humanos. Essa humanidade que nós herdamos dos nossos ancestrais anda tão avariada que a se a gente fosse imaginar uma reconstituição de mundo; deste que nós habitamos, nós teríamos dificuldade porque nós consumimos um planeta e meio a cada ano. Quando comento essa fúria devoradora de mundo, eu fico pensando: será que as pessoas quando ouvem uma afirmação dessa elas tomam o peso desta expressão? Ou elas acham que essa é mais uma informação como aquela da ideia de colonizar marte? Se nós já concebemos a ideia de humanos colonizando outros planetas, isso significa que do ponto de vista ontológico que a gente já desistiu deste. A gente já se despediu da terra. Então que conversa é essa de memória ecológica? Vamos fazer o que com essa memória ecológica? Lembrar do que destruímos e devoramos? Será que isso basta? Se essa memória ecológica nos permitir uma reflexão crítica para o futuro, ela será válida! Do contrário, continuaremos andando em círculo devorando tudo ao redor. E falando das consequências dessa destruição como se nada tivéssemos a ver com isso! (Ailton Krenak, 20 de agosto 2023)

Pois bem, talvez ainda leve mais alguns anos para que eu possa alcançar alguma resposta mais precisa sobre o que (nós, humanos) faremos com essa memória ecológica. Considerando, claro, toda a lição de que esta experiência jamais será só nossa (humana); mas que ela é além de tudo construída e compartilhada com diversos outros seres não-humanos.

É possível também quem nem mesmo assim eu alcance o sentido exato das terminologias na concepção que Ailton Krenak tanto se esforçou para explicar. Descolonizar, ampliar os sentidos diante do mundo continua sendo um desafio para muitos humanos. Como escreve Eduardo Viveiro de Castro no prefácio do livro *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*, Kopenawa e Albert (2020):

Somos representantes quaisquer desse povo bárbaro e exótico proveniente de além-mar, que espanta por sua absurda incapacidade de compreender a floresta, de perceber que “a máquina do mundo” é um ser vivo composto de incontáveis seres vivos, um superorganismo constantemente renovado pela atividade vigilante de seus guardiões invisíveis, os *xapiri*, imagens ‘espirituais’ do mundo que são a razão suficiente e a causa eficiente daquilo que chamamos Natureza – em yanomami, *hutukara* –, na qual os humanos estamos imersos por natureza (o pleonasma se autojustifica). A ‘alma’ e seus avatares leigos mordenos, a ‘cultura’, a ‘ciência’ e a tecnologia, não nos isentam nem nos ausentam desse comprometimento não desacoplável com o mundo. (Viveiros de Castro, 2020) p. 13-14)

A dificuldade de muitos humanos interpretar o mundo a partir da compreensão de que todos os seres estão estágio igual de participação é evidente. Este entendimento da limitação dos humanos em perceber seu posicionamento no mundo está, como revela

Ailton Krenak e Viveiros de Castro, nas práticas do cotidiano, na cultura, na ciência e no desenvolvimento da tecnologia que foram formatadas a partir de um pensamento eurocêntrico. Onde o outro quase nunca tem chance de se sobressair e o ser (sujeito humano-ecológico) está sempre em posição hierárquica na partilha de mundo.

Portanto, o que não posso permitir nesta etnografia após a intervenção de Ailton Krenak é conduzir neste estudo uma descrição globalizante com narrativa colonial que reforça a configuração de mundo estabelecida por grupos dominantes – aqueles que sequestraram e moldaram a forma de pensar não permitindo que outras estruturas de vida e pensamentos possam se sobressair.

Quando Ailton Krenak questiona insistentemente *sobre “o que faremos com essa memória ecológica”* acredito que ele sugere uma reflexão mais crítica diante dos termos que são bastante caros em suas epistemologias; mas que também são muitos fáceis de desviar a atenção levando a discussão para ideias confortantes e que não colaboram com o real debate dos problemas e consequências ambientais.

Segundo ele, pensar memória somente a partir da perspectiva humana é limitante; e, estruturar formas de pensar a ecologia com os humanos como elementos centrais é prepotente e equivocado ao ponto de rodar em círculo em uma discussão que não nos levará a lugar algum.

Pois, neste processo seria como debater a memória e a ecologia de forma romântica, com relatos presos ao passado que nada ou nenhuma referência poderia ser feita para proporcionar qualquer mudança no presente que fosse capaz de gerar impactos e perspectivas para o futuro. Ou seja, é o mesmo que professar a letargia de descuido que temos dado ao planeta e a vida há gerações.

Portanto, quando mantive a proposta inicial de monitorar as mudanças socioambientais a partir de registros etnográficos das memórias ecológicas do Delta São Francisco, a fiz a partir de uma reflexão consciente de que embora a escuta principal esteja sob a ótica dos humanos; seus reflexos diretos estão envoltos em todo o ecossistema replicando nas dinâmicas do espaço geográfico; como também, em todos seres e organismos que compõem a continuidade das vidas – humanas e não-humanas – que se entrelaçam no entorno do rio São Francisco.

E, ao contrário do que muitos deduzem quando falamos dos estudos antropológicos, referenciando-os quase sempre as observações dos fenômenos e padrões da cultura e comportamentos do passado, a antropologia aqui praticada é a da observação e experimentação dos acontecimentos do presente e das suas projeções para o futuro.

Pois, desta forma deixamos evidente que a experiência aqui descrita leva em consideração a compreensão que “a vida social humana não é dividida em um plano separado da natureza” (Ingold, 2011, p.32). O que nos faz respeitar a sinergia que há no mundo ao qual vidas humanas e não-humanas estão entrelaçadas partilhando as existências.

Para isso, as duas principais categorias do estudo – Ecologia e Memória – foram revisadas; ou melhor, atualizadas diante de conceitos que atendam as abordagens decoloniais, fazendo com que elas estejam ancoradas em outras subcategorias, a exemplo dos termos Paisagem, Poder e Política, que ao interagirem entre si ajudam a guiar o presente debate antropológico.

1.1 Os capítulos em fluxos, cruzamentos e desvios

Quando adotamos uma abordagem interdisciplinar na produção de trabalhos científicos é comum que no fluxo desta elaboração muitos cruzamentos e desvios de ideias aconteçam.

Portanto, no primeiro capítulo: **Introdução**, fazemos a partir das provocações do filósofo e ativista indígena Ailton Krenak uma reflexão escrita em primeira pessoa sobre a complexa relação entre antropologia, memória e ecologia.

Para isso, revisitamos acontecimentos e experiências – do passado, presente e as perspectivas para o futuro – em um exercício crítico de desconstrução das epistemologias coloniais que nos permite pensar as questões socioambientais sob outras óticas, as quais os termos antropologia, memória, ecologia, poder e política estão entrelaçados; justificando assim o reposicionamento do olhar científico para a condução de uma pesquisa em perspectiva decolonial.

No segundo capítulo, **O Colapso ecológico como regulador de mundos**, elaboramos uma reflexão que busca estabelecer o contexto e o objetivo principal da pesquisa, diante da análise que envolve a interpretação das memórias humanas e não-humanas que monitoram às mudanças ecológicas no Delta do São Francisco.

Assim, a primeira sessão faz uma reflexão sobre as consequências das crises climáticas diante das intervenções humanas – a exemplo da construção de barragens ao longo do Rio São Francisco –, reforçando o posicionando do estudo de abordagem decolonial.

Ainda nesta sessão, também abordo os desafios enfrentados durante a coleta de dados no período da pandemia da SARS-CoV-2 (Covid-19), e, evidenciamos a importância dos estudos de memória – individual e coletiva – como ferramenta analítica para compreender os impactos socioambientais na interrelação entre o seres humanos e não-humanos no Delta do São Francisco.

O terceiro capítulo: **O Delta do São Francisco: um campo global com especificação local**, apresentamos a região do Delta São Francisco como campo de pesquisa e observação, explorando suas características geográficas, econômicas, políticas, sociais e ambientais.

Na descrição, apresentamos a Bacia Hidrográfica do São Francisco e suas divisões, destacando suas características ao detalhar as similaridades e diferenças das

comunidades estudadas: Potengy, Pixaim, Saramém e Resina, diante dos desafios e interações socioambientais experienciadas por cada uma delas.

Nesta sessão, além de uma abordagem descritiva-etnográfica, com apresentação de narrativas e memórias, são enfatizados os impactos das hidrelétricas e suas consequências, a exemplo do processo da salinização e demais fenômenos que afetam a vida cotidiana, a biodiversidade e as dinâmicas e desafios socioambientais das comunidades ribeirinhas.

O quarto capítulo: **As memórias e as mudanças ecológicas no Delta do São Francisco** encontra-se dividida em duas perspectivas analíticas: a primeira aborda as memórias humanas dos "deslocados socioambientais" ao comparar e analisar as narrativas – sobre migração, desigualdade, resistência e convívio como as mudanças climáticas – a partir da ótica dos ribeirinhos que coabitam o Delta do São Francisco.

A segunda analisa as memórias dos seres não-humanos e os fluxos ecológicos, utilizando conceitos como agenciamento e teoria do ator-rede para interpretar as interações entre o ambiente “natural” e as ações humanas. Neste, o debate reforça a interconexão entre crise ecológica, políticas públicas e justiça social.



CAPÍTULO II

2. O colapso ecológico como regulador de mundos

“Se a angústia é tão profunda, é porque cada um de nós está começando a sentir o chão escorregar sob nossos pés”
(Bruno Latour, 2019, p. 5.)

“Quem tem o direito de produzir o futuro?” – o questionamento do artista plástico T. J. Demos é o fio condutor desta tese e uma provocação para todos os seres humanos que habitam este mundo. É um questionamento para mim, e, será também para você que começa a leitura desta etnografia.

Se você está aqui! É porque provavelmente já percebeu os fenômenos e as consequências do colapso ecológico que está em curso no planeta. E, acredito, que também porque deva ter afinidades – direta ou indireta – com os debates e argumentos descritos neste exercício antropológico.

Portanto, antes de prosseguir a leitura faça um breve exercício – filosófico, sensorial e político. Sim! Principalmente político! Porque é neste campo do conhecimento que está fundamentado este trabalho. No entanto, antes de imergir no debate socioantropológico, margeie pelo entorno para melhor compreender os contextos.

Observe ao seu redor: o ambiente, a temperatura, o comportamento dos seres vivos (humanos e não-humanos), as reações dos minerais e dos diversos objetos e coisas que nos servem, nos cercam e compartilham a vida conosco.

Ao estimular nesta prática a sensibilidade, perceba que as alterações dos fenômenos chamados colapso ecológico estão muito próximas de nós. Que estão presentes em todos os espaços que compartilhamos nossa matéria fisiológica – DNA, genes, células, fluídos –; como também, em nossa razão, organização social e cosmológica – nos pensamentos, crenças e tantas outras formas de concepção das narrativas, percepções e interpretações sobre o mundo e a vida.

Nesta lógica, perceba também que o colapso ecológico que está em curso no planeta é além de um regulador de mundos. Um fenômeno que impulsionado pelos padrões sociais capitalistas contribui com as crises ambientais perpetuando as desigualdades e destruições (Demos, 2016).

Pois, como “ordenador social” o colapso ecológico desequilibra a balança da justiça ambiental impondo condições de vida distintas para grupos sociais diferentes, resultando assim em realidades de muitos mundos – em grande parte adversos – dentro do mesmo planeta.

No Brasil, os debates sobre as questões de justiça e injustiça ambiental foram aprofundadas a partir da formação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), que criada durante o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, em 2001, definiu o termo justiça ambiental como:

O conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam étnicos, raciais ou classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (Declarações de Princípio da RBJA, 2001)

Assim, diante do mesmo documento⁸ denominado Declaração de Princípios da RBJA, a instituição enfatizou que a ampliação do debate por justiça ambiental no país é necessária porque o modelo inverso de desenvolvimento: a injustiça ambiental, e, suas consequências, encontram-se vigente no Brasil colocando há décadas milhares de brasileiros em situação de risco, resultando em um sistema de precarização da vida.

Portanto, ao dar continuidade na sequência deste exercício de observação e percepção, busque na memória recente – nada além dos últimos anos, meses, ou, até mesmo, nas últimas semanas e dias – os acontecimentos que afetaram a si e aos outros que têm relação com a “crise climática”. Escrita assim mesmo, entre aspas porque a nomenclatura que pode ser ambiental, ecológica ou qualquer outra, tornou-se apenas um termo de referência usado para justificar os problemas contemporâneos de um fenômeno que estar em curso contínuo afetando inúmeras vidas deste planeta.

E, ao lembrar destes acontecimentos relacionados, não precisa necessariamente que esses sejam os de impacto de amplitude ampla, global e abrangente como foi a pandemia da SARS-CoV-2 (Covid-19). Pois, embora suas consequências tenham sido profundas em todo o mundo, a narrativa do “Novo Normal”, ao já nascer defasada, por certo não prosperou.

⁸ A Declaração de Princípios da RBJA está disponível na íntegra em <https://rbja.org/wp-content/uploads/2022/12/Declaracao-de-Principios-da-RBJA.pdf>

Pois, se na época da crise sanitária as promessas das novas práticas não se consolidaram, não seria em tempos “amenos” que estas se efetivariam. Foi assim que perdemos a oportunidade de fazer diferente, de alterar a rota. Porque no ímpeto do discurso do desenvolvimento seguimos e retomamos a vida como sempre. Como nada fizesse sentido para que pudéssemos mudar o curso para alcançar o que denominamos como progresso. (Latour, 2009; Danowski, 2014; Krenak 2019).

Assim, na continuidade deste exercício de reflexão observe também que existe um discurso pronto e ensaiado para justificar cada coisa fora do lugar. Sem que seja necessário questionar o percurso que seguimos, os fenômenos que convivemos, ou, as consequências e responsabilidades de manter a dinâmica da vida no ritmo que está.

Perceba também que os fenômenos das alterações climáticas noticiadas pela mídia, a exemplo das ondas de calor, enchentes, secas, queimadas, degelo, desertificação, elevação dos mares e salinização de rios; assim como, a extinção de espécies e escassez de água e alimentos, entre tantos outros contratempos; são tratados como dinâmicas do ambiente provocadas por agentes atópicos – como fossem distúrbios gerados pelo desequilíbrio do próprio ecossistema que se corroí por si só.

Em todos os discursos a culpa da desordem ecológica é quase sempre terceirizada: hora responsabilidade do El Niño⁹, hora da La Niña; hora dos termos abertos e abrangentes que pouco ou nada dizem; ainda mais para aqueles que estão imersos no cotidiano distantes dos debates ecológicos. Mas que cumprem a função adequada para mitigar a participação e responsabilidade humana dos processos de degradação da terra:

As palavras e as maneiras pelas quais a destruição dos ecossistemas terrestres é descrita não são politicamente neutras. Essas descrições contêm também elementos normativos que orientam as respostas possíveis. (Ferdinand, 2022, p. 66)

Neste contexto, o que fica perceptível é que a mudança de rota ou qualquer possibilidade de desaceleração diante das atividades econômicas-sociais humanas que comprometem o equilíbrio da vida nunca foram opções para quem dita as regras na sociedade:

⁹ O El Niño e La Niña são fenômenos climáticos naturais que ocorrem no Oceano Pacífico Equatorial e fazem parte do ciclo conhecido como El Niño-Oscilação Sul (ENOS). Esses são resultados de anomalias na temperatura da superfície do mar (TSM) e das interações entre o oceano e a atmosfera; causando impactos significativos nos padrões climáticos globais.

O mundo permanece refém de um sistema de produção, distribuição e consumo que, embora tenha grotescamente enriquecido a poucos, não apenas privou incontáveis milhões de pessoas de necessidades básicas, condenadas à insegurança, à pobreza e à doença crônicas, mas também causou destruição ambiental em uma escala sem precedentes, deixando muitas regiões inabitáveis e entupindo solos e oceanos com lixo tóxico e imperecível. Esses impactos humanos são irreversíveis e, provavelmente, sobreviverão ao mandato de nossa espécie neste planeta. (Ingold, 2019, p. 9)

Das poucas certezas que podemos ter, ao analisar os fenômenos e as consequências das mudanças climáticas que estão em curso, é que não poderemos entender nada sobre a explosão das desigualdades sociais e degradação da terra sem que essa leitura seja feita a partir de uma perspectiva social-política (Latour, 2019).

Isso nos remete ao questionamento inicial porque ao argumentar sobre quem tem direito de construir o futuro entendemos que há um ou mais agentes que são responsáveis, ou podem ser, os indutores para elaboração do mundo que hoje acontece e para o que está por vir. Ao tempo que é compreensível que esta rota de colisão dos desastres ambientais atua também como regulador dos diversos mundos e espaços que habitamos.

Sei, assim como você, que este debate catastrófico de fim de mundo é antigo e está presente desde sempre nas diferentes concepções sociais humanas. A exemplo das profecias do astrólogo francês do século XVI, Michel de Nostredame (Nostradamus), dos discursos religiosos das antigas e novas crenças; como também, das mais variadas instituições e áreas das ciências antigas e modernas. Todas essas, quase sempre, formadas pelas interpretações humanas que preveem e anunciam o fim do mundo.

Porém, o que estamos a evidenciar no presente estudo são fatos científicos. Fatos de fenômenos percebidos, testados e monitorados no laboratório denominado Terra; que, em 2024, exauriu os recursos naturais no dia 1º agosto, apresentando um déficit na capacidade de renovação dos recursos renováveis em mais de 100 dias (Global Footprint, 2023).

Marco este que vem se antecipando a cada ano, registrando esgotamentos cada vez mais precoces, já que em 1973 o chamado Estoque da Terra¹⁰ findou no dia 3 de dezembro; o que representa no comparativo dos últimos 20 anos um escalonamento na

¹⁰ O Estoque da Terra ou Pegada Ecológica é uma métrica utilizada pela Global Footprint Network – Advancing the Science of Sustainability, que compara a biocapacidade de oferta e regeneração dos recursos naturais com o consumo e as demandas humanas. A metodologia empregada nos estudos que são divulgados anualmente tem a capacidade de medir o potencial de regeneração biológica da terra – denominados de ativos ecológicos – em comparação com a procura/uso destes recursos por pessoas, organizações e governos (<https://www.footprintnetwork.org>).

dívida ecológica que só cresce e se acumula ano a ano, conforme pontua os estudos da Global Footprint Network.

Porém, se esta conta deficitária do esgotamento dos recursos renováveis é global, o mesmo não podemos afirmar das faturas que são cobradas de forma local e de maneiras diferentes – distintas para os diversos grupos de seres humanos e não-humanos. Assim como, também são diversas e variadas as formas de consumo destes bens renováveis.

Um estudo da Oxfam Internacional¹¹ que monitora a geração de CO₂ no mundo expôs que no ano de 2025 os 50 sujeitos mais ricos do mundo, o grupo de bilionários que corresponde a 1% da população mundial, ultrapassou em 10 dias, no dia 10 de janeiro de 2025, a parcela do “orçamento “individual” global de carbono”, que compreende a quantidade máxima de CO₂ que pode ser emitida sem ultrapassar o aquecimento 1,5°C do planeta.

Este levantamento que monitora e marca o “Dia dos Ricos Poluidores” revelou ainda que a mesma quantidade de CO₂ gerada pelo grupo de bilionário nos 10 dias levará mais de 3 anos para ser atingida por 50% população mundial diante da comparação da realidade de estilo de vida, consumo e emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa. Fenômeno que reflete nas questões ambientais e desigualdades sociais.

Portanto, neste cenário é perceptível que na maioria das vezes quem menos exige e consome da terra quase sempre paga o maior preço diante do desequilíbrio ambiental (Ferdinand, 2022). Isto acontece porque embora colapso ecológico seja um fenômeno global, o que sentimos na prática, ou seja, na vida vivenciada no cotidiano, são os impactos locais que se manifestam de forma diferente com consequências distintas em cada canto do planeta.

É esta particularidade diante do “todo” que nos interessa neste estudo, porque ao entender que a vida acontece a partir de fissuras sociais e econômicas é que compreendemos que as catástrofes ambientais ocorrem – e, se repetem –, porque há quem dentro da engrenagem das formas de habitar a vida se beneficia destas:

Conhecendo essas construções sociais e políticas das catástrofes, conhecendo seus efeitos diferenciados, em que os mais pobres, as minorias, as mulheres e os idosos sofrem mais as consequências, não é

¹¹ A Oxfam Internacional é uma confederação global de organizações que trabalham juntas para combater a pobreza, as desigualdades e a injustiça social. Focada em questões como direitos humanos, justiça climática e segurança alimentar, a Oxfam realiza pesquisas e advocacy para influenciar políticas públicas em nível global.

possível compreender como elas continuam a se repetir, anos após ano, sem reconhecer que alguém se beneficia delas. Alguém tem interesse na manutenção dessas desigualdades, dessas maneiras de habitar a Terra, e, portanto, nas catástrofes. (Ferdinand, 2022, p. 88)

Um outro ângulo de observação sobre os fenômenos que impactam sobre a vida na terra está na compreensão dos estudos do antropoceno, que proposto por Crutzen e Stoermer (2000) designar uma nova era geológica caracterizada pelo impacto significativo das atividades humanas sobre o planeta.

Segundo os autores, os efeitos das ações humanas – como a emissão de gases de efeito estufa, a urbanização massiva, o desmatamento, a acidificação dos oceanos e as construções de barragens e hidrelétricas como aconteceu no Rio São Francisco – alteraram de forma irreversível os sistemas naturais da Terra.

O contexto do antropoceno está marcado pelo início das atividades humanas intensivas, como a Revolução Industrial, e pela aceleração dos processos de degradação ambiental no período pós-Segunda Guerra Mundial, fenômeno conhecido como *Grande Aceleração*. E que hoje se propaga pelo mundo em diversas dimensões e sinergias interligadas aos que atrelamos como “desenvolvimento”.

Crutzen e Stoermer (2000) apontam que o antropoceno representa a capacidade dos humanos de modificar processos geológicos e ecológicos globais, como o ciclo do carbono, o ciclo do nitrogênio e os padrões climáticos.

Esse conceito é importante porque ele dialoga com a perspectiva decolonial diante do rompimento da visão tradicional de que os humanos seriam apenas espectadores das transformações geológicas. Posicionando assim os humanos como parte integrante do processo que redesenha o planeta. Tanto que os autores afirmam que "as atividades humanas são comparáveis, em escala e impacto, às forças geológicas naturais" (Crutzen; Stoermer, 2000, p. 17).

O antropoceno também tem sido debatido por pensadores de diferentes áreas, assim como Malcom Ferdinand (2022) e Donna Haraway (2016), que ampliam a compreensão de suas implicações éticas e sociais. Ferdinand (2022), por exemplo, adota uma perspectiva decolonial para questionar a narrativa homogênea do antropoceno, enfatizando que nem todos os grupos humanos contribuem igualmente para as mudanças ambientais, mas os mais vulneráveis sofrem desproporcionalmente seus efeitos.

Para ele, o antropoceno é uma crise não apenas ecológica, mas também social, profundamente enraizada nas estruturas coloniais e capitalistas que moldaram o mundo contemporâneo.

Por outro lado, Haraway (2016) sugere o conceito de *Chthuluceno*¹² como alternativa ao antropoceno, argumentando que é necessário adotar uma visão mais relacional entre humanos e não-humanos, enfatizando as interdependências no planeta. Essas críticas ajudam a contextualizar o antropoceno como um marcador político e cultural, o que vai muito além de um conceito geológico.

Assim, o antropoceno não apenas evidencia os impactos ambientais globais, mas também reflete desigualdades sociais e econômicas, exigindo uma abordagem integrada que considere os contextos locais e globais. Logo ele é um conceito-chave para compreender as crises ecológicas contemporâneas e repensar as relações entre humanos, natureza e sistemas de poder.

Portanto, é isto, esta percepção da tragédia global no local que este estudo dá conta ao tomar o Delta do São Francisco como campo de observação; e, as memórias – humanas e não-humanas – como objeto de estudo dos fenômenos da degradação que estão em curso no planeta, em uma perspectiva em que o impacto acumulado das ações humanas não pode ser descartado diante das respostas do ambiente, que reagem a partir das interações com os acontecimentos, espaços geográficos e os seres humanos e não-humanos.

2.1 Descolonizar para reposicionar a forma de pensar

Há inúmeras formas de monitorar mudanças socioambientais. Seja por meio de métodos científicos, ecológicos, sociológicos, biológicos, ou, até mesmo, matemáticos. Para todos estes o essencial é que os objetivos do registro e do monitoramento sejam bem definidos, de forma que os dados e as informações possam ser compreendidos.

¹² Donna Haraway propõe o conceito “chthuluceno” como uma alternativa ao antropoceno, enfatizando a interdependência entre humanos e não-humanos na Terra. Para ela o termo reflete a necessidade de abandonar visões antropocêntricas e adotar perspectivas que reconheçam as redes de conexão, cuidado e coevolução entre todas as formas de vida. O chthuluceno valoriza a simbiose e a coabitação, destacando que a sobrevivência no planeta depende da colaboração e do reconhecimento dos entrelaçamentos entre espécies e ecossistemas. Desta forma, a autora critica a visão do Antropoceno como um marcador homogêneo, propondo, em vez disso, uma era marcada por práticas de cuidado coletivo e relacional, em que humanos reconheçam sua posição como parte de um sistema maior e interligado.

Desta forma, o exercício antropológico em questão tem como objetivo rastrear memórias ecológicas – humanas e não-humanas – na região do Delta do São Francisco. O objeto central do estudo que realizamos são os fragmentos das memórias presentes no último trecho do rio da integração nacional: o Rio São Francisco. Mesmo sendo o principal curso d'água doce no Nordeste, este vem há décadas passando por processos de degradação que estão comprometendo as dinâmicas da vida.

O marco referencial da pesquisa antropológica que está baseada o estudo etnográfico é contemporâneo, uma vez que a análise das memórias e narrativas que fazem um recorte temporal sustentado nas três últimas décadas, período que corresponde ao início das operações da Hidrelétrica de Xingó (1994) no rio São Francisco.

Esta intervenção, realizada na calha do rio para geração de energia, resultou em uma série de acontecimentos que alteraram o fluxo das águas e as dinâmicas da vida no Delta do São Francisco, comprometendo paisagens, a vida dos grupos sociais ribeirinhos, os ciclos dos elementos não-humanas, os saberes, conhecimentos e práticas.

Nesta discussão, buscamos mostrar mediante abordagem das memórias – individuais e coletivas – que decisões políticas do passado se refletem no presente; e, são perpetuadas e amplificadas no futuro. Diante da compreensão que a memória é além de tudo um fenômeno social – individual e coletivo – organizado e construído a partir de perspectivas culturais que estão submetidos a flutuações de transformações constantes na “escolha” do que deve ser lembrado ou esquecido por cada indivíduo ou grupo social (Pollak, 1992).

Além disso, o estudo destaca também que muitas das práticas padronizadas como ações de geração de desenvolvimento (progresso) aplicadas no Brasil e no Mundo são, em muitos casos, excludentes.

Já que é compreensível, ou ao menos deveria ser, que não pode ser considerado normal que, a exemplo do processo para a geração de energia elétrica a partir das hidrelétricas instaladas no Rio São Francisco para beneficiar cidades e indústrias; comunidades e espécies sejam destruídas, águas sejam contaminadas e salinizadas, ao tempo que humanos e não-humanos que coabitam o Delta do São Francisco têm a dinâmica da vida alterada – sendo forçados a subirem o rio para alcançar água doce.

Na presente discussão, nosso objetivo é, além de tudo, evidenciar que como nas ciências exatas e naturais, as ciências sociais, a partir de metodologias específicas aqui ancorada pelos estudos das Memórias (individual e coletiva) são capazes de consolidar dados científicos contundentes que evidenciam os conflitos e os desequilíbrios sobre o

uso de um dos bens naturais mais preciosos: a água. Também faz parte deste estudo buscar evidenciar como políticas públicas verticalizadas e executadas com pensamentos coloniais podem resultar na degradação da vida.

Seguindo esta proposta de abordagem, não nos importa documentos ou falas oficiais; mas sim, os relatos e memórias – das pessoas, espaços (paisagens) e coisas (não-humanos) que convivem com os reflexos e consequências das decisões humanas sociais, econômicas e políticas.

Desta forma, ao observar com base em dados e evidências etnográficas, constata-se que estamos em um avançado estágio de degradação dos recursos naturais da Terra – processo que ameaça a existência e a qualidade de vida de muitas espécies. Muito dessa deterioração está diretamente relacionada aos fenômenos sociais, econômicos e culturais, ou seja, à forma como os humanos se portam no mundo.

Para ampliar o debate sobre a crise ecológica em curso e compreender melhor os argumentos delineados neste estudo, seguimos as concepções de Krenak (2020), Descola (1996), Moran (2010), Ferdinand (2022), Latour (2020) e Ingold (2010). Esses autores reconhecem que as mudanças climáticas estão em estágios avançados e destacam que diferentes grupos humanos, posicionados em pontos distintos do planeta, utilizam e consomem os recursos naturais de formas diversas.

Assim como interpretam e dão continuidade às suas formas de vida e compreensão diante da chamada crise ecológica. Estas constatações chamam nossa atenção para a armadilha da generalização no debate da crise ambiental, ao tempo que também fazem um esforço para nos conduzir por uma abordagem de leitura de mundo a partir de uma perspectiva decolonial.

Processo que é bastante evidente nas abordagens teóricas-sociais de Malcom Ferdinand (2022), que ao fazer uma reflexão sobre a relação crise ecológica e colonialismo usando a analogia entre o mundo e navios, revela que apesar da humanidade estar no mesmo “barco”, a posição de cada indivíduo ou grupo social dentro deste ambiente “ficcional” faz uma grande diferença no impacto dos fenômenos climáticos.

Assim, nesta compreensão em que afirma que “as destruições ambientais não atingem todo mundo da mesma maneira, e, tampouco apagam as destruições sociais e políticas” (Ferdinand, 2022, p. 22), o autor reforça a atenção para que o debate da crise

ambiental não seja feita desconectada das questões de justiça social¹³; sugerindo que além de tudo o desequilíbrio ecológico tem relação direta com a construção histórica-social da humanidade – das dominações sociais, econômicas e políticas – na quais “as minorias continuam sub-representadas nas organizações governamentais e não-governamentais” (Ferdinand, 2022, p. 23), longe dos espaços onde os sujeitos que representam os grupos sociais dominantes definem politicamente as regras e as prioridades para a condução da vida.

Este cenário descrito por Malcom Ferdinand fica evidente quando analisamos as falas do presidente americano Donald Trump, que, ao final da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Acordo de Paris)¹⁴ em 2015, declarou: “We Americans don’t belong to the same Earth as you. yours may be theated; ours won’t be” (“Nós americanos não pertencemos a mesma terra que vocês. A sua pode estar ameaçada; a nossa não estará”[Tradução nossa]).

Narrativa que foi reforçada por Donald Trump ao assumir pela segunda vez a presidência dos Estados Unidos, em 2025. Na ocasião, uma de suas primeiras ações foi retirar novamente, e, de imediato, o país do Acordo de Paris, reafirmando que a prioridade de sua gestão está no âmbito do “desenvolvimento econômico”, e não em políticas públicas alinhadas às pautas socioambientais.

Prática e compreensão que estão na cartilha de muitos outros líderes políticos do mundo. A exemplo do ex-ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, que em uma reunião ministerial em abril de 2020, durante a pandemia da Covid-19, declarou que o momento em que o foco da sociedade e da mídia estava voltada para o combate ao novo coronavírus era uma excelente oportunidade para o governo “passar a boiada”; ou seja, modificar as legislações ambientais as quais ele – e o grupo social ao qual representa –

¹³ Nesta reflexão levamos em consideração a definição de justiça social proposta por John Rawls que a compreende como a prática de organizar as estruturas estatais para maximizar a distribuição das riquezas, em uma estratégia onde é possível ampliar sua distribuição evitando a concentração de recursos na mão de poucos, em detrimento escassez destinada a maioria. Em sua interpretação, o autor expõe ainda que a justiça social não deve ser responsabilidade atribuída apenas ao poder estatal; mas sim, também, uma prática aplicada na vida em sociedade, já que o bem comum exige ajustes dos próprios interesses dos sujeitos que precisam ceder diante da necessidade dos outros menos favorecidos (Rawls, 2000).

¹⁴ A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima marca o primeiro tratado internacional jurídico que estabelece o comprometimento dos governos dos países signatários a adotarem esforços para reduzirem o aquecimento global em 1,5°C. O documento – que reconhece a necessidade dos países modificarem suas bases econômicas e produtivas (estabelecendo protocolos em indústrias, transportes e no comportamento de consumo) na busca da redução da emissão dos gases do efeito estufa – não foi assinado pelo governo dos Estados Unidos, que mesmo presente na reunião justificou que o cumprimento das metas comprometeria o desenvolvimento econômico dos americanos.

consideravam como travas para o desenvolvimento do agronegócio e da economia do país.

Ambos os casos ilustram a afirmativa de Ferdinand que transcrevemos abaixo:

O devorador de mundo é aquele cujo modo de existência se engaja ativamente no consumo das outras formas de vida e das outras maneiras de ser no mundo. É aquele que vai destruir florestas, vales habitados por povos indígenas, terras férteis, ecossistemas economias locais de dimensão humana a fim de construir sua arca, de fazer suas velas e seus aparelhos funcionarem. A existência de seu mundo é sinônimo de consumo das outras cosmogonias: “meu mundo às custas do mundo dos outros”. (Ferdinand, 2022, p. 107)

Seja no âmbito global ou local, considerando os respectivos alcances, as duas descrições estão conectadas entre si, e, ao principal argumento deste estudo que dialoga sobretudo com o conceito de necropolítica; evidenciando que os agentes estatais – os representantes públicos que fazem o estado – dispõem em suas mãos do “poder e da capacidade de ditar quem deve viver ou quem deve morrer em uma sociedade” (Mbembe, 2016).

Esta outra leitura de desdobramento da ideia de biopoder¹⁵ elaborada por Michel de Foucault (2015) é semelhante compreensão de Mary Douglas (1998) que no livro **Como as instituições pensam** mostra o intrincado conflito de interesses das “instituições” que são usadas como ferramentas para tomadas de decisões de vida e morte.

No entanto, o que também converge neste argumento é a ideia de que as instituições são formadas por indivíduos, sujeitos que na maior parte integram e representam os interesses dos grupos dominantes aos quais estão inseridos.

São essas pessoas, trajadas, referendadas e oficializadas como instituições, que detém o poder de decidir as regras que serão impostas para a maioria, sem considerar, ou, se preocupar, que no todo há também muitas partes minoritárias (leia-se, aqui: grupos sociais, comunidades, populações e os indivíduos mais pobres e vulneráveis da

¹⁵ O conceito de biopoder refere-se à forma de poder que se exerce sobre a vida dos indivíduos e das populações. Nele, Foucault argumenta que a partir do século XVIII os governos passaram a se preocupar cada vez mais com a gestão da vida, controlando e regulamentando a saúde, a natalidade, a mortalidade, a sexualidade e a produtividade das populações. Assim, nesta compreensão, diferente do poder soberano, que tinha o direito de matar ou deixar viver, o biopoder atua promovendo e gerenciando a vida, impondo normas e práticas para otimizar a saúde, o bem-estar e a eficiência da população em um controle que acontece tanto de forma individual – sobre os corpos (anatomopolítica), quanto em relação à sociedade como um todo (biopolítica), em uma forma de regulação da vida que influencia nos comportamentos e práticas sociais objetivando a manutenção da ordem e o desenvolvimento econômico.

denominada humanidade). Em última instância, é a estas pessoas que as concepções excludentes de elaboração das formas de vidas e do habitar do mundo estão atreladas:

Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições –, foram devastando tudo ao seu redor. É como se estivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas, e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade – alguns de nós fazemos parte dela. (Krenak, 2020, p. 9-10)

Porém, todas essas conexões e práticas sociais que fazem “humanos subjugarem humanos e outros seres não-humanos” (Krenak, 2020) estão presentes nas mais diversas camadas de poder.

Sendo assim, acreditamos que uma categoria relevante para analisá-los é a Memória, porque a tomamos na perspectiva de uma prática social individual e coletiva, em que os acontecimentos e experiências são selecionados pelos diversos agentes envolvidos que escolhem o que será lembrado ou “esquecido” (ocultado), porque há nestas experiências substratos interpretativos que servem para continuidade e explicações dos fenômenos da vida no presente e no futuro (Halbwachs 2013; Bosi 2023; Pollak, 1992).

Neste sentido, ao tomamos a ideia de monitoramento das dinâmicas socioambientais, levamos em consideração neste estudo a compreensão de que as memórias sociais não estão isentas da “ideologização”, interferências das instituições ou hegemonia política; já que as interpretações individuais e coletivas podem ser distintas em um mesmo espaço geográfico ou grupo social – conforme a percepção e o posicionamento dos sujeitos.

Pollak (1992) expõe que a memória é constituída por pessoas, personagens e as relações com os ambientes e espaços, a partir de acontecimentos vividos – pessoalmente ou coletivamente –, como também, ela pode ser estabelecida de forma sugerida, projetando lembranças até mesmo nos indivíduos que não participaram dos eventos, mas que incorporaram memórias a partir das relações sociais identitárias.

Esta compreensão é interessante porque reforça a condição de estruturação das lembranças e sua capacidade de estabelecer óticas e posicionamentos, apontando

direcionamentos de condutas que refletem na vida social, e, conseqüentemente nas “decisões” das instituições.

Além disso, cabe lembrar ainda que na perspectiva dos espaços e ambientes, as memórias são instituídas e compartilhadas também pelos não-humanos. Ou seja, pelos diferentes agentes que agem no espaço geográfico estruturando e contextualizando constantemente a vida, estabelecendo interpretações plurais – objetivas e subjetivas – que podem ser analisadas a partir de óticas distintas: ora dos sujeitos, ora do próprio ambiente.

Este fenômeno vez ou outra fica mais perceptível exatamente nos momentos das crises ambientais. A exemplo de quando um rio reivindica um curso que décadas atrás foi aterrado ou desviado pelos humanos; quando o mar avança para recuperar seu território invadido por construções; ou, quando diversos outros agentes da natureza passam pelo processo de reparação ecológica, se propagando à medida que as atividades humanas diminuem ou cessam – como aconteceu em muitos lugares do mundo durante a desaceleração¹⁶ forçada provocada pelo isolamento da pandemia da Covid-19.

O processo de reparação ecológica pode ser entendido como a capacidade dos ecossistemas de se reorganizarem após sofrerem impactos, recuperando funções essenciais e promovendo a regeneração da vida. Ele pode ocorrer quando as atividades humanas diminuem ou cessam, como foi observado durante a pandemia da Covid-19, a natureza encontra oportunidades para retomar seu equilíbrio.

Esse fenômeno ocorre por meio de mecanismos naturais, como a sucessão ecológica, isso é: quando espécies pioneiras retomam áreas degradadas e criam condições para o retorno de espécies mais complexas, reconstruindo gradualmente o ecossistema.

Além disso, a reparação ecológica pode ser impulsionada também por intervenções humanas planejadas, como reflorestamentos e recuperação de áreas úmidas. Essas ações complementam os processos naturais e aceleram a regeneração em áreas que sofreram degradações mais severas.

Primack (2010) aponta que “a restauração ambiental não substitui os ecossistemas originais, mas visa reconstruir funções básicas que permitem o retorno da vida em áreas devastadas” (Primack, 2010, p. 312). Tais práticas tornam-se ainda mais

¹⁶ No artigo “Reflexões sobre o estado de ‘normalidade’ do turismo de massa e seus reflexos na pandemia da Covid-19”; elaborado por RIBEIRO, Levy Felix; CARVALHO, Aline Vieira de; COSTA, Waldson de Souza; e publicado pela Revista Turismo & Cidades, da Universidade Federal do Maranhão; os autores conseguiram mapear e monitorar diversas localidades tratadas como turísticas onde a redução da presença humana, por conta da desaceleração provocada pela pandemia, resultou na regeneração das paisagens e espécies.

urgentes diante de crises ambientais, como mudanças climáticas e desastres ecológicos, que frequentemente intensificam a perda de biodiversidade.

No entanto, o tempo necessário para a recuperação completa de um ecossistema varia, e nem sempre a restauração plena é possível. Perdas irreversíveis de espécies ou alterações profundas nos rios, oceanos, solo e no clima podem limitar a reparação. Ainda assim, a compreensão e o incentivo ao processo de reparação ecológica são fundamentais para minimizar os impactos das atividades humanas, especialmente em um cenário marcado por crises ambientais constantes.

Quanto a categoria Memória um ponto muito importante para condução desta leitura é a sua relação com a categoria Paisagem. Ao buscar um distanciamento da compreensão binária *Natural* [paisagem como pano de fundo neutro e externo para as atividades humanas] x *Cultural* [paisagem como ordenação cognitiva ou simbólica de espaço], trabalhamos aqui com a concepção da “Perspectiva de Habitação” como considera Ingold, “a paisagem constitui-se como um registro duradouro – e um testemunho – das vidas e obras de gerações passadas que habitaram nele e, ao fazê-lo, deixaram lá algo de si mesmos” (Ingold, 1993).

Assim, nesta compreensão, ao tempo que absorvemos a Paisagem como cenários intermediários – com os aspectos *Natural e Cultural* relacionados e interligados (Descola, 2016); a temos também como parte integrante das experiências humanas e não humanas, em que as limitações e possibilidades são reconhecidas e delimitadas a partir das vivências compartilhadas entre os inúmeros seres que coabitam a terra.

Por isso, aqui também aproveitamos o momento para reforçar a ideia de que fazemos referência a uma Paisagem que não condiz com a concepção “romântica” colonialista; aquela do mito do “paraíso intocado”, que muito foi descrita pelos exploradores ao ilustrar e justificar a delapidação das terras invadidas.

Este entendimento é importante porque ao concebê-lo descartamos a ideia de “terras virgens” que só ganhariam sentido ou valor a partir da intervenção humana. Pois, independente da presença dos humanos – sejam eles nativos ou colonizadores – estes espaços geográficos sempre estiveram em movimento com suas interações e transformações de minerais, organismos, animais, vegetais e tantas outras coisas dos seres não-humanos.

Logo, diante destas observações, podemos afirmar que a categoria Paisagem trata-se de um “cenário-espacial” dialógico, que apresenta inúmeras possibilidades de interpretação, com uma importante e potente capacidade de resguardar os vestígios dos

acontecimentos, dinâmicas e fluxos – dos humanos e não-humanos – nas mais distintas e variadas formas possíveis de habitar o mundo:

Para os antropólogos, adaptar uma perspectiva deste tipo significa pôr em prática o conhecimento nascido da experiência imediata, ao privilegiar os entendimentos que as pessoas derivam de seu envolvimento vivido e cotidiano do mundo[...]. O conhecimento nascido desta prática está, portanto, no mesmo nível daquele que vem a atividade prática do morador nativo e que o antropólogo, através da participação, busca apreender e compreender. Tanto para o arqueólogo, quanto para o nativo morador, a paisagem conta – ou melhor, é – uma história. Ela envolve as vidas e os tempos de antecessores que, ao longo das gerações, nela se movimentaram e desempenharam seu papel e sua formação. Perceber a paisagem é, portanto, realizar um ato de recordação, e lembrar não é tanto uma questão de evocar uma imagem interna, armazenada na mente, a partir do envolvimento perceptivo com um ambiente que está, ele próprio, imerso de passado. (Ingold, 1993, p.1)

Como referendando ao longo de toda argumentação teórica acima descrita – de que a interpretação da vida é múltipla e variada a partir de contextos, posicionamentos e óticas – é evidente que aqui ao longo deste trabalho a reflexão proposta foi elaborada a partir do reposicionamento da forma de pensar, observar, coletar, questionar e analisar os dados de campo diante da lógica e argumentos do pensamento decolonial.

Descolonizar é alterar a forma de pensar – mudar o ângulo dos questionamentos, dos argumentos e das ideias – para assim, podermos alcançar os instrumentos que são capazes de romper com os paradigmas dominantes (ocidentais ou eurocêntricos).

Fazendo isto – o que não é um exercício fácil; mas, ao contrário, bastante complexo diante da formação histórica e social que adquirimos e alimentamos todos os dias – será possível promover perspectivas que darão novos valores e referências para os saberes locais, as tradições e as experiências. Pois, ao adotar uma perspectiva decolonial abrimos espaço para métodos distintos os quais são mais inclusivos e éticos com as comunidades e os grupos sociais com os quais interagimos – sejam esses humanos ou não-humanos.

2.2 Etnografia na pandemia – desafios do campo, o método e os interlocutores

No dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a SARS-CoV-2 (Covid-19) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância

Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta segundo o Regulamento Sanitário Internacional. Poucos meses depois, mais precisamente em 11 de março do mesmo ano, o que era um alerta transformou-se em uma declaração oficial da pandemia que só foi extinta em definitivo em 5 de maio de 2023.

Estas informações são importantes porque a maior parte dos dados etnográficos coletados e aqui analisados resultam destes cenários – de pandemia, isolamento social e reabertura do “Novo Normal” – exigindo ao longo do processo que muitas das ideias previamente planejadas fossem reconfiguradas no trajeto.

Quando em 2016 comecei a circular na região do Delta do São Francisco, ainda como pesquisador-antropólogo em formação, o contexto e a dinâmica de vida eram bem diferentes em comparação aos últimos 4 anos (período de coleta de dados e consolidação desta pesquisa).

Entre 2016 e 2019 a circulação e a dinâmica do ir e vir ao campo de estudo era “prática”. Bastava avisar a um ou dois interlocutores, chegar e começar a circular. Sem esforço as portas se abriam e os diálogos aconteciam. Foi um período de muito aprendizado, escutas e reeducação do olhar – para observar e perceber todos os fenômenos que os interlocutores e as paisagens apresentavam.

A partir de 2020, mais precisamente pós decreto da pandemia da Covid-19, tudo mudou. Tinha recém ingressado no Programa de Pós-graduação da Antropologia (PPGA), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a exigência do isolamento social foi um golpe muito forte porque a compreensão que tínhamos é que etnografia é prática! Antropologia é campo! É interação!

E, se no primeiro momento o isolamento era regra, como lidar com o dilema ético pós-abertura do isolamento social? Sabendo que muitos dos interlocutores além de conviverem em vulnerabilidade social – com baixo apoio das ações do estado; também eram idosos, ou seja, faziam parte dos grupos de risco.

Adotei assim ao longo do período de isolamento social e início da abertura com a permissão de circulação mediante o uso de máscaras (mesmo pós-imunização da população) a conduta ética estabelecida pelo Conselho Nacional de Saúde, que expõe que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e a garantia dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar causar-lhes qualquer dano:

Art. 19. O pesquisador deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos. (Resolução Nº 510, de 7 de abril 2016)

Na ocasião, também segui as recomendações do Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que reforçam a importância de preservar a integridade dos pesquisadores e das comunidades envolvidas. Logo, manter-se afastado das comunidades ribeirinha não compreendia apenas cuidados sanitários; mas sim, além de tudo, a conduta ética que a prática da antropologia recomenda.

Assim, ao longo deste período adotei o uso de metodologias remotas, como entrevistas online e análise de materiais digitais, minimizando os riscos do contato presencial. Essa medida não apenas assegurou a continuidade da pesquisa, mas também preservou a integridade dos interlocutores.

Outro ponto observado ao longo da pesquisa foi o reforço do consentimento informado, que ganhou ainda mais importância em um contexto de vulnerabilidade coletiva. As diretrizes éticas exigiram que os participantes fossem claramente informados sobre os objetivos, métodos e possíveis riscos das pesquisas, garantindo sua segurança e autonomia.

Além disso, o código de ética destaca a necessidade de maior cuidado com populações vulneráveis, ainda mais diante do cenário da pandemia que intensificou desigualdades sociais e econômicas, ampliando os riscos de exploração ou danos para esses grupos. Essas condutas refletiram o compromisso contínuo da prática da antropologia com a ética, mesmo em cenários adversos.

Por isso, quando retornei ao campo de pesquisa, ainda no período de abertura pós-vacinação da população, renovei no diálogo presencial com os interlocutores os acordos de consentimento livre, prévio e informado, assegurando que todos estivessem plenamente cientes dos objetivos e possíveis impactos da pesquisa.

Todos os acordos foram feitos de forma verbal, mediante a relação de convivência e confiança entre pesquisador e interlocutores. Não apresentar um documento escrito para ser assinado, ou, nem mesmo gravar a autorização por voz foi uma medida adotada para não constranger os ribeirinhos que em muitos casos pouco leem e escrevem; mas respeitam a “palavra dada” e as relações de confiança firmadas.

Essa postura foi fundamental para manter a transparência e o respeito durante o trabalho de campo. Especialmente em um contexto delicado de reconfiguração social

“pós-pandemia” em comunidades que apresentam diversas vulnerabilidades socioambientais.

Assim, segui rigorosamente os princípios de confidencialidade e proteção dos dados coletados, resguardando as informações fornecidas pelos participantes. Entendi que, mais do que uma exigência ética, essas ações fortalecem a relação de confiança necessária para o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a justiça social e a valorização das diferentes realidades.

Desta forma, os relatos que seguem no texto etnográfico fazem parte de narrativas “autorizadas” e validadas em diversas ocasiões com os grupos de interlocutores.

Com essas práticas busquei integrar os preceitos éticos estabelecidos pelos órgãos reguladores e as diretrizes da antropologia, visando não apenas uma produção científica responsável, mas também a promoção do bem-estar e da dignidade dos indivíduos e dos grupos ribeirinhos envolvidos.

Por isso sempre é tempo de lembrar que o tempo-espacial descrito no relato etnográfico compreende a um período de risco sanitário (biológico) e o afastamento por longos meses era a única medida de proteção – tanto para o pesquisador, quanto para os interlocutores da pesquisa.

Este nunca foi um desafio apenas desta pesquisa. Tanto que a provocação sobre as dificuldades da pesquisa etnográfica durante o isolamento social resultou dentro do PPGA-UFBA no livro-coletânea: **Etnografando na Pandemia** (2020)¹⁷, no qual docentes e discentes que contribuíram com capítulos descreveram e compartilharam os desafios, impactos e processos do fazer antropológico em tempos de isolamento social.

Na oportunidade, ainda distante do campo de pesquisa, elaborei no capítulo: “Mas etnografia não é observação participante?” – Implicações éticas na prática de pesquisa em tempos da pandemia da Covid-19”, uma reflexão que questiona exatamente a relação entre etnografia e observação participante; no qual argumento que muito da etnografia é teoria e que o trabalho de campo presencial pode ser substituído – com as devidas adequações metodológicas – por coletas de dados que façam uso de outras formas de interação.

¹⁷ Organizado por BOLLETTIN, Paride; SANABRIA, Guillermo Vega; TAVARES, Fátima; a coletânea com textos dos discentes do PPGA-UFBA oferece uma reflexão excepcional sobre aspectos fundamentais da pesquisa etnográfica; em particular, do trabalho de campo, âmago da antropologia, em meio aos desafios da pandemia da COVID-19.

A reflexão serviu para readequar o pensamento e reestruturar a pesquisa etnográfica em curso. Assim, por muitos meses só tive notícias do Delta do São Francisco de forma espaçada, pelos relatos – por telefone – de alguns dos interlocutores que descreviam em áudios curtos as dificuldades causadas pelo isolamento social e as mudanças que aconteciam em apenas uma das comunidades - Pixaim.

O diálogo esporádico geralmente era feito, via aplicativo de conversa *whatsapp*, com a ribeirinha Nanda, do povoado Pixaim. De início, entre os anos de 2020-2021 as conversas versavam sobre as incertezas da pandemia e a rotina da comunidade:

- A cidade [Piaçabuçu] tá parada! Aqui, movimento só de pesca e na roça. Bem pouco, que ninguém vai passar fome, né? Se não pescar e não plantar, não come! Mas o povo saí pra trabalhar e depois só fica em casa. Pixaim tá mais parada do que nunca. Barulho só de vento em palha de coqueiro; andança, só mesmo de areia. [Nanda, Povoado Pixaim, 02 janeiro 2021]

Neste relato Nanda expõe uma rica base para análise sob as perspectivas cultural, econômica e ambiental, revelando as complexas interações entre os modos de vida tradicionais e os desafios contemporâneos – em tempos de pandemia da Covid-19 – enfrentados pela comunidade rural localizada no Delta do São Francisco.

A narrativa destaca inicialmente a centralidade das práticas de pesca e agricultura, tanto como fontes de subsistência, quanto como elementos estruturantes da cultura ribeirinha. Nesta, Nanda evidencia que embora a comunidade tenha “desacelerado o ritmo de vida”, a rotina cotidiana não parou. Em sua fala ela expõe que a pesca e o trabalho nas roças foram continuados; embora a cidade mais próxima do povoado tenha tido as “ruas esvaziadas”, mostrando que Pixaim e as demais comunidades do entorno, cada uma a seu modo, seguiram as “estratégias de sobrevivência” que aconteceram em tantos outros territórios pelo mundo.

Muito embora Nanda também deixe claro em seus relatos que a vida social na comunidade mudou: “*Pixaim tá mais parada do que nunca. Barulho só de vento em palha de coqueiro; andança, só mesmo de areia*”; seu relato deixa claro que a dinâmica da natureza continuou com os ventos sobrando, as areias “andando” e o rio fluindo em direção ao mar. Pois o “impeditivo” e a desaceleração da dinâmica da vida estava posta para os humanos.

Do ponto de vista econômico, embora o relato de Nanda tenha ilustrado a fragilidade estrutural e a vulnerabilidade econômica que se acentuou durante a pandemia da Covid-19 nos mais diversos territórios pelo mundo, naquele também ficam claros

vestígios sobre a resiliência das comunidades e suas capacidades de manter atividades primárias – a pesca e a agricultura – como formas de manutenção e subsistência da vida.

Porém, com o passar do tempo e o prolongamento da pandemia da Covid-19 os relatos da interlocutora ribeirinha passa a descrever outros fenômenos socioambientais que estavam entrelaçados com a crise sanitária mundial:

- Tá chegando gente! A pandemia tá trazendo gente pra cá. O povo que já era daqui, sabe? Que tem família ou que a família era daqui. Que saiu pra morar na cidade. Que tem até casa na cidade. Mas, que agora com essa história de Covid, tá voltando pra cá! Tu vai vê quando tu chegar aqui! Pixaim não é mais aquele povoado, não! Com uma casa aqui e outra pra lá. Tá cheio de casa. E cada dia tá chegando mais! [Nanda, Povoado Pixaim, 05 julho 2021]

As narrativas que por alguns meses estavam centradas na rotina de trabalho dos ribeirinhos e no modo como as famílias estavam lidando com o isolamento social ganham, como o passar do tempo, novos fatos à medida que a pandemia se prolonga. Agora a observação e os relatos e Nanda está sobre a chegada de famílias e a construção de novas habitações no povoado Pixaim.

Este fenômeno que chamou a atenção da interlocutora ilustra como crises globais podem impactar diretamente nas comunidades locais. A pandemia reconfigurou dinâmicas urbanas e rurais, levando muitas pessoas a reconsiderarem sua relação com o lugar de origem.

Pixaim, antes caracterizado como um espaço com poucas casas e que nos últimos anos registrou o fenômeno do êxodo com a saída de famílias do campo para a cidade, passou a ser visto como refúgio por aqueles que migraram em busca de melhores condições de vida. Essa migração inversa reflete não só a vulnerabilidade das áreas urbanas em tempos de crise, mas também revela a resiliência dos espaços rurais como alternativa de segurança e proximidade com redes familiares e comunitárias.

Os fluxos migratórios descritos no relato destacam um fenômeno conhecido como “*retorno às raízes*”, no qual indivíduos que haviam deixado suas comunidades de origem retornam, impulsionados por fatores externos, como a instabilidade social e econômica gerada pela pandemia.

Nanda enfatiza que “o povo que já era daqui” voltou, trazendo consigo um sentido de pertencimento e reforçando os vínculos sociais com o território. Esse movimento não apenas reconfigurou o perfil demográfico da comunidade, mas também

reativou memórias coletivas reafirmando a importância simbólica do lugar de origem, mesmo após períodos prolongados de afastamento.

A transformação do espaço físico e social de Pixaim no período da pandemia da Covid-19 é um aspecto central de sua narrativa. O aumento no número de casas e moradores transforma a paisagem local, modifica o cenário e as relações sociais; revitalizando um povoado que até pouco tempo estava restrito a poucos moradores de apenas duas famílias – os Calistos e os Trindades.

No entanto, essa mudança também pode gerar novas dinâmicas sociais, desafiando as formas tradicionais de organização e convivência. Assim, o relato de Nanda revela como um evento global, como a pandemia, pode transformar profundamente as comunidades locais, evidenciando a interação entre o global e o local. Essas mudanças reafirmam Pixaim como um espaço dinâmico, onde o passado e o presente se encontram para moldar o futuro.

Com o fim do isolamento social retornei ao Delta do São Francisco aos poucos, à medida que vida ia se “normalizando”, e intensifiquei a presença nos anos de 2023 e 2024. No primeiro momento estive no território para estruturar uma reportagem sobre o processo de salinização das águas do Rio São Francisco para o observatório ambiental Lei.A¹⁸. Depois, acompanhei os trabalhos do Ministério Público de Alagoas (MP-AL) durante a Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) do São Francisco¹⁹.

Portanto, só no final do ano de 2023 voltei como antropólogo para cumprir o cronograma da pesquisa do doutorado – foi quando atravessei o rio para encontrar lideranças das comunidades Saramém e Resina, do lado de Brejo Grande, no estado de Sergipe. E aos percorrer nos meses seguintes as duas margens – Alagoas e Sergipe – pude observar na prática todos os relatos feitos durante o período da pandemia nos escassos contatos com os interlocutores.

Na ocasião, defini as comunidades: Pixaim e Potengy, em Piaçabuçu (AL) e Saramém e Resina, em Brejo Grande (SE) como “ponto focais” do campo de pesquisa. Os critérios para esta seleção foram dois. O primeiro porque essas são – em seus devidos territórios – as últimas localidades banhadas pelas águas do Rio São Francisco antes do

¹⁸ O Lei.A é um observatório de leis ambientais que desenvolve projetos de comunicação para a sociedade civil e entidades públicas que se engajam na defesa de direitos coletivos (www.leia.org.br).

¹⁹ A Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) do São Francisco é um programa do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) que atua para proteger o meio ambiente e a população ribeirinha da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco através de ações compartilhadas com instituições estaduais e federais que adotam medidas coordenadas de diagnósticos para resolver problemas e conter infrações ambientais.

curso d'água doce desaguar no oceano Atlântico. O segundo, porque as comunidades se apresentaram como excelentes espaços para coleta de dados sobre as condições socioambientais no Delta do São Francisco.

Assim, com os dois “pontos focais” definidos e o rio ao meio, estabeleci como método a coleta de narrativas e memórias dos moradores dos dois territórios (que ora se cruzam, e, ora se distanciam); e, a partir das narrativas e imagens (captadas por mim e pelos interlocutores) ampliei a observação sobre a paisagem para coletar no ambiente dados e informações importantes que ajudaram a elaborar as evidências das memórias ecológicas.

Desta forma, ao reestruturar a presente pesquisa tomei como interlocutores os humanos que ocupam os espaços geográficos nas duas margens do rio; como também, a paisagem com suas dinâmicas e as interações dos seres não-humanos. É importante lembrar também que assim como adotei uma postura ética diante do período de isolamento social; segui a mesma conduta diante da coleta das narrativas dos interlocutores humanos.

Todos os interlocutores estão nomeados – identificados inclusive com a marcação das comunidade aos quais integram – não só porque autorizaram o registro de seus depoimentos e narrativas de forma livre e consentida; mas também, porque ao longo da pesquisa foi firmada uma relação de compromisso e confiança entre o pesquisador e cada um deles, o que assegura que os dados aqui tratados não vão colocar os interlocutores em risco e nem em situação desconfortável diante do grupo ao qual fazem parte ou diante de qualquer outra instituição ou representatividade externa.

2.3 A imagem como instrumento etnográfico-comparativo

A Antropologia Visual, enquanto campo metodológico e teórico, reconhece a imagem fotográfica como uma poderosa ferramenta para captar, interpretar e problematizar as realidades sociais.

Autores como Eduardo Viveiros de Castro (2015), Cornelia Eckert (2004), José de Souza Martins (2008), Marcus Banks (2011) e David MacDougall (1998), oferecem contribuições valiosas para compreender como a fotografia e outras formas de representação visual podem transcender o registro documental e atuar como mediadoras na produção de conhecimento antropológico.

Em consonância com esta concepção, o presente trabalho se propõe a explorar o uso da fotografia como instrumento etnográfico-comparativo articulando dados coletados no Delta do São Francisco em uma abordagem que busca desconstruir o modelo binário natureza x cultura, tradicionalmente cristalizados na perspectiva ocidental.

Assim, a opção por utilizar imagens aéreas para representar o Delta do São Francisco dialoga diretamente com o conceito de “perspectivismo” desenvolvido por Eduardo Viveiros de Castro (2015), que propõe um olhar não hierárquico para as relações entre humanos e não-humanos.

Nesse contexto, a escolha metodológica de reduzir a escala do protagonismo humano nas imagens visa evidenciar a integração e paridade dos humanos com o ambiente, desafiando a visão sociocêntrica que frequentemente exclui ou subordina a natureza às atividades humanas.

Como enfatiza Viveiros de Castro, a natureza é um sujeito ativo na construção das relações, e sua representação visual pode revelar interdependências muitas vezes invisibilizadas.

Cornelia Eckert (2004) complementa essa perspectiva ao destacar que a imagem, longe de ser apenas um suporte documental, atua como uma ferramenta analítica que permite acessar camadas simbólicas e subjetivas das relações sociais e ambientais.

No contexto do Delta do São Francisco as imagens destacam como as intervenções humanas são parte da paisagem, mas não seu centro. Como Cornelia Eckert (2004) argumenta, a antropologia visual não apenas registra, mas também interpreta, evidenciando relações invisíveis entre elementos culturais e naturais.

Marcus Banks (2011) complementa essa visão ao afirmar que as imagens têm a capacidade de gerar um "espaço visual crítico", no qual o espectador é convidado a refletir sobre as interconexões entre os elementos representados.

Já David MacDougall (1998) argumenta que as imagens têm um papel narrativo próprio, atuando como textos visuais que oferecem perspectivas complementares à pesquisa escrita. Nesse sentido, as fotografias aéreas não apenas documentam, mas também estimulam uma leitura crítica e reflexiva sobre os processos socioambientais.

A escolha de registrar os impactos do El Niño (2016-2018) e do La Niña (2023) no Delta do São Francisco por meio de fotografias aéreas orientadas metodologicamente reforça essa premissa, pois permite comparações visuais que expõem as transformações do território e sua relação com fenômenos climáticos globais.

Seguindo esta orientação, optei por usar no trabalho em sua grande maioria imagens aéreas, as quais os humanos e suas intervenções estão diminutas ou quase sempre em segundo plano. Nesta concepção, busco uma forma de retirar o "protagonismo" dos humanos, e, os coloco – assim como as "coisas" da natureza – como partes integrantes da composição do ambiente.

Portanto, mesmo nas poucas fotografias nas quais os humanos estão mais próximos e em evidência, suas participações estão como composição da paisagem. Isso ocorre não por motivos estéticos, mas sim, por questões metodológicas que buscam evidenciar que os humanos, observados de outras perspectivas, dificilmente poderão reivindicar o protagonismo que tanto declaram em suas restritivas perspectivas de universos binários – natureza x cultura.

Ainda sobre os argumentos de Eckert, é importante destacar que as imagens etnográficas não apenas revelam a realidade observada, mas também convidam o pesquisador a interpretá-la criticamente, ampliando o potencial reflexivo do trabalho antropológico.

Compreensão que é compartilhada por José de Souza Martins (2008), ao reforçar que no campo da sociologia da imagem, a fotografia como mediadora de realidades pode ser um instrumento para compreensão cultural – entre estas, destaco os fenômenos de ordem socioambiental.

Martins argumenta que a fotografia etnográfica, especialmente quando usada em contextos de pesquisa comparativa, possibilita a documentação de experiências subjetivas e objetivas, evidenciando nuances das relações humanas e do ambiente.

Essa abordagem é particularmente relevante nesta etnografia, que busca discutir os desafios socioambientais de forma decolonial, rompendo com narrativas tradicionais e explorando a complexidade do Delta do São Francisco em diferentes períodos climáticos.

Outro autor relevante para essa discussão é Milton Guran (1996), que enfatiza a necessidade de uma abordagem crítica no uso de imagens na Antropologia Visual, especialmente em contextos que envolvem conflitos socioambientais.

Guran aponta que o olhar fotográfico deve ser orientado pela reflexão ética e pela preocupação com a representatividade, evitando estereótipos ou simplificações que comprometam a integridade dos sujeitos e territórios retratados.

Já Sarah Pink (2013) reforça que o uso de imagens na antropologia visual não deve ser apenas um exercício técnico, mas também ético e político, desafiando estruturas de poder e exclusão. As imagens captadas no Delta do São Francisco exemplificam essa proposta, ampliando as possibilidades de compreensão dos conflitos e desafios climáticos a partir de uma perspectiva que valoriza o equilíbrio e a interdependência entre os elementos do território.

No caso do Delta do São Francisco, a orientação metodológica definida pelo autor-pesquisador para os fotógrafos Jonathan Lins e Rudney Melo privilegiou a construção de um olhar que descentraliza o humano, permitindo que o ambiente e suas transformações climáticas se tornem protagonistas da narrativa visual.

Na ocasião, o fotógrafo Jonathan Lins acompanhou o pesquisador em algumas incursões no campo de pesquisa entre os anos de 2016 e 2018, período que compreende a fase do fenômeno climático El Niño. Já o fotógrafo Rudney Melo, esteve com o pesquisador durante trabalho de campo no ano de 2023, quando a região estava sob a influência do fenômeno La Niña.

As imagens captadas ao longo destes anos seguem aqui como registros fotoetnográficos-comparativos, dado que a partir destas podemos observar e comparar cenários do Delta do São Francisco durante os dois períodos de influências das mudanças climáticas; ampliando, assim, a percepção do presente debate que envolve a decolonização do olhar para uma melhor compreensão dos desafios e conflitos socioambientais.

Por fim, o uso das imagens aéreas no contexto deste trabalho se alinha ao conceito de “decolonização do olhar”, amplamente discutido por autores como Manuela Carneiro da Cunha (2009). A autora argumenta que a representação visual pode ser uma

ferramenta poderosa para questionar hierarquias epistêmicas e propor novas formas de entendimento das relações entre humanos e não-humanos.

No caso do Delta do São Francisco, as fotografias aéreas permitem transcender as limitações da observação direta em solo, oferecendo uma perspectiva ampliada e comparativa que reforça a complexidade dos desafios socioambientais contemporâneos.

Assim, ao integrar as contribuições de autores brasileiros da Antropologia Visual e Sociologia da Imagem, este trabalho reforça o papel da fotografia como instrumento etnográfico-comparativo que não apenas registra, mas também interpreta e problematiza as realidades sociais e ambientais.

As imagens captadas ao longo de seis anos no Delta do São Francisco são um testemunho visual das transformações do território, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica dos conflitos e desafios que emergem nas interseções entre natureza e cultura.



CAPÍTULO III

A recusa de mundo não é um ato sucinto e breve que anunciaria o fim de uma relação e a separação em que, separado, cada um viveria sem seu canto da Terra. Ao contrário, essa escravidão colonial dos Pretos nas Américas consistia em uma recusa do mundo como modo de relação
(Ferdinand, 2022, p. 73)

3. O Delta do São Francisco: um campo global com especificação local

Inúmeras vidas humanas e não-humanas se cruzam ao longo da principal bacia hidrográfica do Nordeste brasileiro: o Rio São Francisco, curso de água doce que se estende 2.830 km – da nascente a foz – em uma abrangência geográfica de 640.000m², que percorre, através do curso principal e afluentes, os territórios do Distrito Federal e dos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas (ICMBIO, 2010).

Assim, diante desta enorme extensão geográfica – que abriga diferentes dinâmicas ambientais, sociais e econômicas; e, uma vasta diversidade de ecossistemas (caatinga, cerrado, mata atlântica e litorâneo) – a Bacia Hidrográfica do São Francisco foi dividida em quatro regiões: Alto, Médio, Submédio e Baixo; entre as quais compartilham entre si inúmeras semelhanças e diferenças socioambientais (ANA, 2002).

O Alto São Francisco corresponde a uma extensão de 702 km estando todo o seu território concentrado em Minas Gerais – entre a nascente do rio em São Roque de Minas até o município de Pirapora. Enquanto o Médio São Francisco faz referência ao trecho da divisa com Minas Gerais até o município de Remanso, na Bahia; em um percurso de 1.230 km estando o maior trecho do curso d'água distribuído entre os territórios dos estados de Minas Gerais e Bahia.

Já o Submédio São Francisco restrito ao estado da Bahia corresponde ao trecho que vai de Remanso até Paulo Afonso. Enquanto o Baixo São Francisco, com um percurso de 214 km tem início em Paulo Afonso (BA) e sua maior extensão territorial ocupar áreas dos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, com o rio atravessando paredões de cânions alagados e o imenso delta que direciona a água doce até foz, onde o rio encontra o mar.

Com condições sociais e ecológicas próprias a região do Baixo São Francisco é, segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), um dos trechos mais impactados pelas intervenções humanas (CBHSF, 2016). Pois, de acordo com inúmeros estudos socioambientais²⁰ das Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL) até os problemas gerados no Alto e Médio São Francisco acabam refletindo na região do Baixo.

Por estar na parte final do rio e mais próximo do mar, o Baixo São Francisco vem sendo impactado em consequência dos danos ambientais acumulados em todo o curso hidrográfico. Assim como pelos problemas gerados pela redução da vazão das águas do rio, que vem sendo retidas nas barragens das hidrelétricas que entraram em operação nas décadas de 60, 70 e 80, comprometendo o fluxo natural das águas e as dinâmicas da vida no entorno da Bacia do São Francisco.



Imagem 6 – Na divisa entre os estados de Alagoas e Bahia a intervenção humana de grande impacto, a hidrelétrica de Paulo Afonso (BA), chama a atenção pela dimensão da capacidade de retenção das águas do Rio São Francisco, o trecho marca o início do território do Baixo São Francisco (Foto: Rudney Melo, Xingó, Piranhas, Alagoas, 2023)

²⁰ Vide referências bibliográficas.

A construção e a operação das barragens das usinas hidrelétricas²¹ é um marco para compreensão deste trabalho, dado que foi a partir destas que os maiores impactos passaram a ser sentidos no Baixo e no Delta do São Francisco.

Se nas décadas de 50 e 60 os efeitos da construção e operação das usinas de Paulo Afonso (Bahia) e Três Marias (Minas Gerais) já refletiam na calha e no volume das águas do rio gerando transtornos para as comunidades ribeirinhas; os efeitos destas intervenções foram ampliados ainda mais nos anos seguintes com a expansão do Complexo de Paulo Afonso que incorporou à usina Paulo Afonso I (1955) outras três unidades: Paulo Afonso II (1961), Paulo Afonso III (1971) e Paulo Afonso IV (1979).



Imagem 7 - A hidrelétrica de Xingó, na divisa de Alagoas e Sergipe, é uma das interferências humanas de grande impacto que se encontra mais próxima da Foz do São Francisco, menos de 150 km de distância (Foto: Rudney Melo, Xingó, Piranhas – Alagoas, 2023)

Diante deste cenário o que já era complicado, se agravou ainda mais com a construção em 1987 da Usina Hidrelétrica de Xingó, que, instalada na divisa dos municípios de Canindé do São Francisco (Sergipe) e Piranhas (Alagoas) – a poucos quilômetros da Foz do São Francisco – aproximou mais ainda os problemas

²¹ A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco contém seis grandes Usinas Hidrelétricas: o Complexo de Paulo Afonso – com as hidrelétricas Paulo Afonso I, II, III e IV (Bahia); a Usina Hidrelétrica de Três Marias (Minas Gerais); a Usina Hidrelétrica de Sobradinho (Bahia); a Usina Hidrelétrica de Itaparica, localizada em Petrolândia (Pernambuco); a Usina Hidrelétrica de Moxotó (Bahia); e a Usina Hidrelétrica de Xingó (Sergipe/Alagoas).

socioambientais gerando uma série de transtornos para a população do último trecho do rio.

A operação de geração de energia só começou no ano de 1990, mas os efeitos da intervenção na calha do rio já eram sentidos desde os anos 80 como relatam os moradores do Baixo São Francisco:

“Naquele tempo [década de 70 e 80], era tempo de fartura. Com a água doce a gente plantava arroz e por onde a gente olhava era aquele “montarêu” de lagoas com arrozais. Era tanta fartura, tanto trabalho, que homem, mulher e menino trabalhavam. Os homens e as mulheres no plantio e na colheita; os meninos, vigiando os arrozais espantando os pássaros. Mas foi tempo que fecharam lá em cima [referência as barragens das hidrelétricas de geração de energia]. Aí tudo mudou. A água doce foi minando... diminuindo, diminuindo e a cada ano as coisas começaram a ficar mais difíceis. O mar continuou com a mesma força e avançou salgando o rio. A água ficou salobra e já não dava mais para plantar o arroz, os peixes também foram sumindo e as coisas foram mudando. Com isso, o povo foi indo embora. Buscar trabalho e vida melhor em outros cantos. Nas cidades né, porque aqui já não dava. Só ficaram os velhos e os que tem benefício do governo para viver” [Aladim, Povoado Pixaim, 23 de janeiro de 2023]

“Neste trecho do rio (Foz do São Francisco) de tempos em tempos a água salga e a vida fica mais dura. Quem pode, mesmo morando do lado do rio, compra água para beber. Quem não, atravessa o rio com o barco cheio de garrafas para buscar água nas cacimbas cavadas nas dunas da foz. A água lá é doce e é o que vale [salva] muita gente por aqui quando o rio salga” [Maria José Calisto, Deda, Povoado Saramém – 18 de janeiro 2023].

“Antes da água salgada o rio tinha mais vida. Com água doce é fartura de peixe e tudo é mais fácil. Da navegação até a pesca. Você sabia que até navio grande, daqueles de mar, andavam por aqui. Hoje não tem mais como isso acontecer porque falta água. O rio tá raso, assoreado, e daí mais fraco. O que é ruim pra natureza e pra gente, que depende dele pra viver. Quantas vezes já jogamos a rede e nela só vem lama, é um ou outro peixe pra um monte de sujeira. Isso deixa a gente muito triste. Mas a gente tem que continuar lutando, né? Tem que fazer igual ao rio, insistir” [Anjo, Povoado Saramém, 14 de março de 2017]

Como podemos observar as narrativas de Aladim, Maria José e Anjo, ribeirinhos que vivem no Delta e nas proximidades da Foz do Rio São Francisco, trazem à tona a complexidade das interações que estão inseridas nas questões socioambientais. A exemplo das consequências da degradação ambiental e seus desdobramentos que vão dos processos de exclusão social as estratégias de resiliência adotadas pelas comunidades.

Nos relatos dos ribeirinhos ao remeterem a um passado de fartura em contraponto a um presente de escassez e ao futuro de incertezas, estão interpretações da vida vivenciada no cotidiano que são constantemente comparadas com as memórias - individual e coletiva.

Quando o grupo fala do tempo de fartura dos "arrozais" e da abundância da água doce e dos peixes no rio a lembrança principal é que naquele período as condições ambientais do território permitiam outras formas de organização social nas comunidades, que sustentavam práticas sociais, culturais e econômicas que depois das intervenções das hidrelétricas já não são mais possíveis. Nesta interpretação é possível notar que agora as configurações de vida são outras e no entendimento dos ribeirinhos essas alterações estão diretamente atreladas às condições do ambiente.

Neste processo das mudanças ambientais que influenciam nas configurações sociais, é perceptível que a construção das barragens e hidrelétricas, e, conseqüentemente a salinização do rio romperam não só com as dinâmicas ambientais diante da "descontinuidade" do rio, mas também interferiram em muitas das práticas humanas que estavam integradas ao ambiente. Entre estas, até mesmo a alteração na forma de lidar com o rio e das formas de consumir a água.

Com isso, é perceptível que o desequilíbrio ecológico não apenas transforma o ambiente, mas também, altera e impacta nas estruturas simbólicas e sociais que dependem do equilíbrio do território (Rappaport, 1984).

Outro ponto importante a observar nas memórias ribeirinhas são os impactos gerados pelo racismo ambiental. Quando Maria José Calisto fala na prática de "*atravessar o rio em busca de água doce nas cacimbas*", ela descreve uma renovada estratégia "adaptativa" que permita o grupo social continuar existindo.

Porém, nas entrelinhas desta fala encontra-se uma realidade baseada na desigualdade de muitas comunidades marginalizadas que são afetadas pelas políticas públicas que promovem o desequilíbrio ambiental. A necessidade de buscar água em cacimbas é um símbolo da negligência estatal e da precariedade enfrentada por essas populações.

Pois, na prática, as comunidades ribeirinhas do Delta do São Francisco não são prioridades quando a política sobre o acesso a água está vinculada ao debate econômico. Quando a prioridade das águas do rio está para a geração de energia, as comunidades ribeirinhas, postas em segundo plano, sofrem as conseqüências da exclusão que é marcada no caso específico pela permissão da redução da água doce no trecho, o que resulta na salinização de toda uma área e na degradação do ambiente.

A exclusão dessas populações de políticas públicas efetivas reflete um modelo de desenvolvimento de negligência a equidade social, forçando-as a criar estratégias de sobrevivência a partir de suas próprias práticas e conhecimentos. Desta forma, os

ribeirinhos – assim como o próprio espaço geográfico – precisaram reestruturar as dinâmicas para a condução da vida.

Este argumento dialoga de forma direta com as experiências das consequências da degradação ambiental vivenciadas pelo pescador Anjo. Ao tempo em que, mostra ainda os efeitos da necropolítica na prática. Pois, as decisões políticas que priorizam o lucro e o controle dos recursos naturais relegam as comunidades ribeirinhas a condições de sobrevivência mínimas.

No entanto, é preciso considerar e valorizar todas as práticas “adaptativas” adotadas pelos ribeirinhos. Uma vez que estas são recusas e contrapontos ao sistema que valoriza os ganhos econômicos em detrimento à preservação das coisas da natureza. Essa resistência pode afirmar que é além de tudo decolonial, pois estas mostram que os grupos sociais desfavorecidos não são passivos ao que acontece em seu entorno e ao modelo de desenvolvimento excludente.

Percepção que é defendida por Ailton Krenak (2020) ao afirmar que os saberes ancestrais e a relação simbiótica com o território são estratégias fundamentais para resistir às lógicas predatórias do capitalismo global. Pois, a destruição do Rio São Francisco, como relatado pelos moradores, não é apenas uma questão ambiental, mas também um reflexo das desigualdades sociais e políticas que afetam diretamente as populações locais.

A percepção que o ambiente, as paisagens e a vida no Baixo São Francisco mudaram é um sentimento constante e cotidiano na vida dos ribeirinhos. Quem circular pela região dificilmente escapará desta experiência e discussão que está presente por todos os cantos: nos povoados, no vai e vem do transitar das embarcações pelo rio, nas praças, feiras ou qualquer outro local de conversa cotidiana.

As mudanças, ou evidências e marcadores ambientais indicativos da “crise” climática – embora não sejam denominadas assim pelos ribeirinhos – estão por toda a parte, sendo experienciadas no cotidiano e contadas nas narrativas de homens e mulheres que, a seu modo, fazem suas marcações monitorando por meio de suas memórias, individuais e coletivas, as dinâmicas do ambiente.

Dinâmicas estas que envolvem desde questões objetivas, a exemplo do êxodo de moradores da região para outros lugares que resultam em problemas sociais e econômicos, assim como problemas da salinização e aniquilamento de atividades econômicas – em especial do fim das lavouras de arroz e o comprometimento da pesca.

Como também, as questões subjetivas, a exemplo da modificação e readaptação de comportamentos, práticas e saberes que refletem nos processos ambientais e debates sobre direitos e poderes do usufruto dos bens naturais.

E, se humanos possuem suas memórias ambientais, o não-humanos também dispõem de suas práticas de marcação do tempo e dos acontecimentos provocados pela interferência humana. Tudo isso está registrado no ambiente e no comportamento dos diversos seres que são atingidos alterando os fluxos ecológicos.

Ao longo dos anos registrando os fenômenos socioambientais no Delta do São Francisco consegui captar muitas mudanças significativas em um curto prazo de tempo – com duração de menos de uma década – diante dos períodos denominados pelos ribeirinhos como “Tempos das Águas Salgadas” e “Tempos das Águas Doces”. Pode ser destacado como exemplo a alteração do fluxo e canais do rio, as mudanças da vegetação, dos bancos de areias e até mesmo o comportamento dos animais, das areias, ventos e inúmeros outras coisas e seres que compõem e coabitam o ecossistema.

3.1 A vida nas duas margens da Foz do São Francisco

A partir da ótica de observação, a Foz do São Francisco pode tanto ser a etapa final do rio São Francisco, como também, o início do principal corpo hídrico do Nordeste. Embora a lógica ocidental considere as nascentes dos rios como ponto de partida e o desaguar no mar o fim; podemos aqui, do ponto de vista de uma leitura decolonial, inverter essa compreensão e também entender – a partir das evidências históricas – que muitos destes “territórios finais” que apresentam ligação direta com oceano são também “inícios”. Pontos de partida para entrada em um outro universo. Assim como foi para muitos navegadores durante a expansão da colonização e consolidação da exploração do Brasil.

Foi a partir da Foz do São Francisco, do espaço geográfico que hoje divide os estados de Alagoas e Sergipe, que o grupo de exploradores a serviço da Coroa Portuguesa, liderados pelo italiano Américo Vespúcio e o português André Gonçalves²², adentraram em 4 de outubro de 1501 no interior do nordeste brasileiro.

²² A história atribui a Américo Vespúcio e André Gonçalves o mapeamento do Rio São Francisco; assim como, a denominação do curso d'água que foi avistado pela primeira vez pelos exploradores no dia de São Francisco Assis. No comunicado feito à Coroa Portuguesa à época, é informado sobre a presença humana ao longo de todo o curso do rio que era ocupado por indígenas das etnias tamoios, cataguás,

A época, o “achado” do imenso corpo d’água foi reconhecido como um importante meio para navegação e as operações de delapidação das riquezas brasileiras. Este contexto é importante, assim como, esta virada do ponto de observação, porque nos mostra que ao longo de toda a história a Foz do São Francisco sempre foi cobiçada como território estratégico; como ponto de ligação entre o oceano e os dois continentes – América e Europa – com grande potencial e interesses econômicos.

É importante destacar que este espaço foi disputado por portugueses, franceses e espanhóis; além dos povos nativos que foram dizimados ao longo da colonização e ocupação do Nordeste (Mello, 1998).

É neste território declarado como ponto final do rio, mas que está marcado na história como o lugar que serviu de partida para muitas expedições, conexões e conflitos entre o Brasil e a Europa, que está localizado o nosso campo de observação. Sendo ali também onde estão alojados os humanos e não-humanos que dialogam com as memórias ecológicas aqui descritas e analisadas.

Com o corpo d’água do rio São Francisco como eixo central do campo de pesquisa (ao considerar o ponto de vista dos nativos, de quem viver o lugar e por lá “sempre esteve”), no sentido de quem navega descendo pelo Delta do São Francisco em direção ao mar, na margem esquerda encontram-se os povoados Potengy e Pixaim, ambos localizados no território do estado de Alagoas; enquanto do lado oposto estão os povoados Saramém e Resina, ocupando áreas no território do estado de Sergipe (*Vide Mapa*).

aricobés, tabajaras, amoipira, tupiná, ocren, sacragrinha, tupinambás e xacriabás que denominava o curso d’água com o Opará (Rio-Mar) (Mello, 1998).

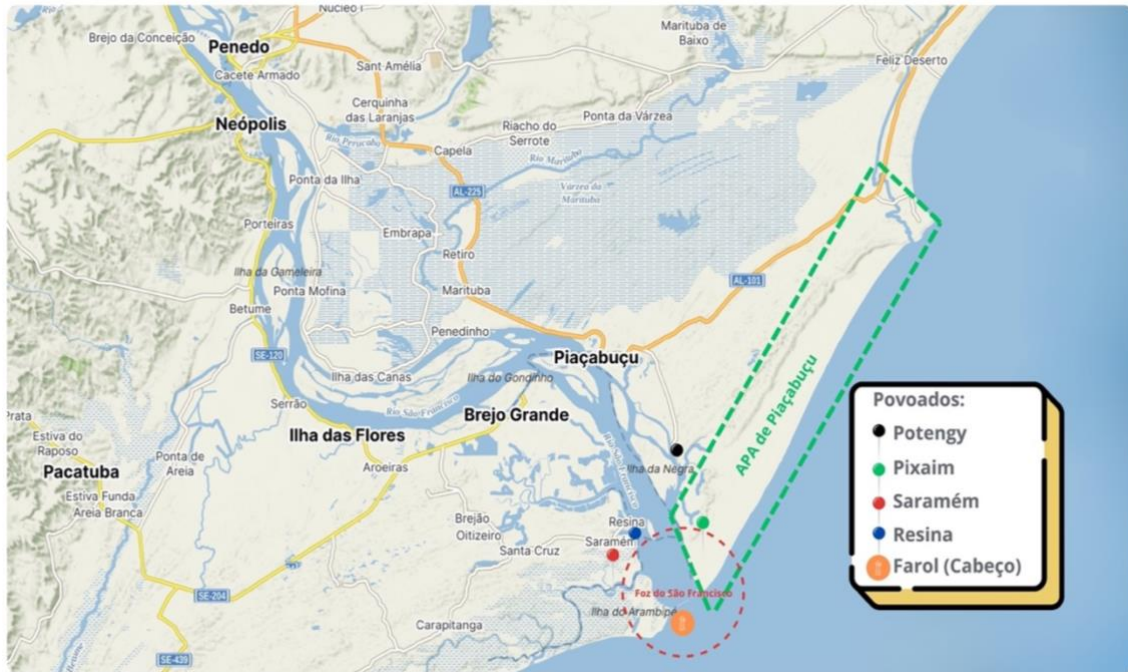


Figura 1 – Mapa geográfico ilustrado do território do Delta do São Francisco produzido pelo autor (Fonte: www.windy.com / Maceió, 2024).

Para uma melhor compreensão geográfica sobre o presente campo de estudo o mapa acima ilustra apenas uma parte do Baixo São Francisco, ou seja, a área de maior interesse desta pesquisa: que compreende a região do Delta do São Francisco; e, mais precisamente, a Foz do São Francisco e seu entorno.

Assim, para melhor se localizar observe o mapa de cima para baixo e siga o fluxo do rio até o oceano Atlântico a partir das cidades de Penedo (AL) e Neópolis (SE); navegue pela Ilha das Flores (SE), Brejo Grande (SE) e Piaçabuçu (AL).

Em seguida, desça mais um pouco e amplie a atenção para localizar as comunidades de maior diálogo: [●] Potengi e [●] Pixaim do lado de Alagoas; e, [●] Saramém e [●] Resina do lado de Sergipe.

Ainda nesta leitura visual observe e guarde algumas informações importantes que estão em destaque: a exemplo da comunidade Pixaim estar dentro da Área de Preservação Ambiental de Piaçabuçu (APA de Piaçabuçu); do círculo vermelho que faz a marcação precisa da Foz do São Francisco; e, do ponto maior em laranja que marca a localização do [●] Farol do Cabeço.

As quatro comunidades situadas no perímetro mais próximo onde as águas do mar e do rio se misturam são “independentes” entre si; mas compartilham inúmeras

histórias e vivências conectadas. Tanto diante das relações geográficas e econômicas; como também, diante das relações sociais atreladas as famílias e parentescos.

Por uma questão geográfica e política-administrativa que envolve a separação entre os estados de Alagoas e Sergipe, os moradores de Potengi e Pixaim interagem mais entre si; assim como, a interação é maior entre os habitantes de Saramém e Resina.

Mas, isso não impede a formação de ambientes de socialização e conflitos mútuos ao longo de diversos trechos do Delta do São Francisco e da Foz do São Francisco. Processo que acontece tanto no rio como nas margens – a exemplo do trabalho da pesca e a comercialização de produtos na prainha da Foz São do Francisco, trecho que está situado do lado de Alagoas.

3.1.1 Povoado Potengy

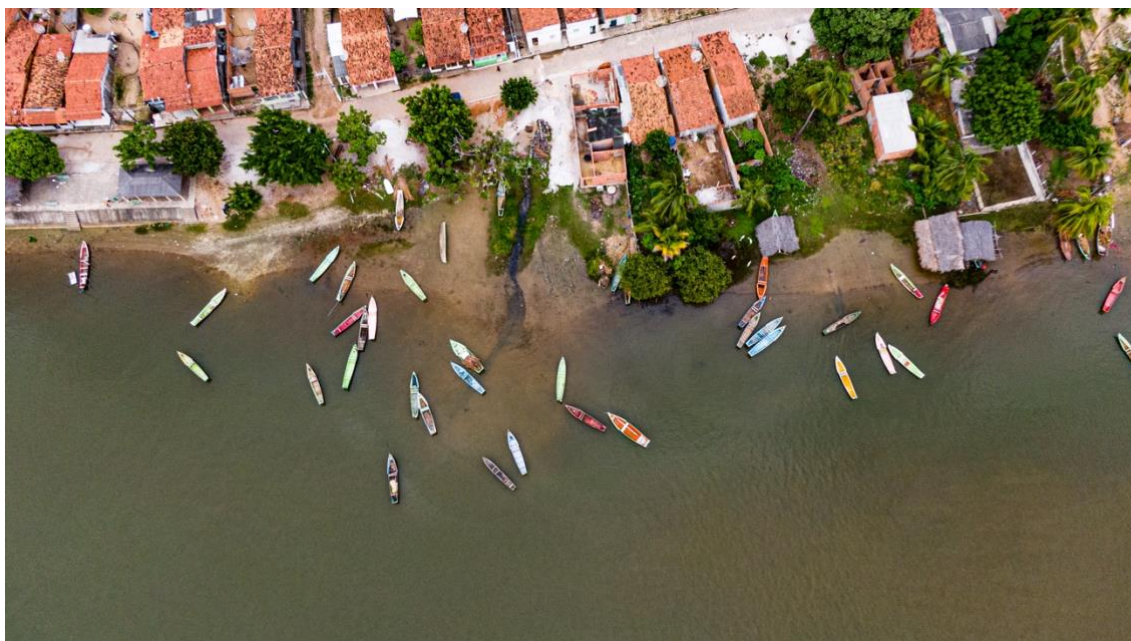


Imagem 8 – Vista aérea de parte do povoado Potengy mostra as relações de reciprocidade e conflito entre humanos e não-humanos, codependência entre as partes que necessitam do equilíbrio do ambiente agredido pelos humanos em diversos graus de complexidade (Foto: Rudney Melo, Povoado Potengy, Alagoas, 2023)

Localizado no município de Piaçabuçu, no litoral sul de Alagoas, o povoado Potengy, que ocupa uma pequena área às margens rio São Francisco, recebeu este nome após uma grande embarcação com o nome Potengy encalhar nas proximidades da comunidade.

Nesta época, era comum a navegação de barcos de médio e grande porte circularem pelo Delta do São Francisco, muitos daqueles com passageiros e mercadorias (inclusive, sacas de arroz) que eram cultivados nas imediações da Foz e encaminhadas para os comerciantes da cidade de Piaçabuçu, além do principal polo comercial do Baixo São Francisco, representado pela cidade histórica de Penedo.

Resquícios da “Era de Ouro do Arroz”²³ no Baixo São Francisco, a história de Potengy está atrelada a essa atividade econômica que predominou entre as décadas 60 e 80 atraindo muita gente para região. Muitos moradores contam que, inicialmente, o território de Pontegy servia de ponto de apoio para os trabalhadores do arroz que moravam em Piaçabuçu e outros povoados da região.

²³ Nas décadas dos 60 e 70 a região do Baixo São Francisco era uma das maiores produtoras de arroz do Nordeste. A produção em grande escala acontecia nas lagoas abastecidas pelas águas do rio São Francisco e gerava um grande impacto econômico na região. A derrocada da atividade econômica começou na década de 80 com a redução das águas do rio ocasionadas pelas hidrelétricas.

Ali, por conta da proximidade das lagoas de arroz e onde as atividades se concentravam, famílias inteiras chegavam, acampavam e faziam a vida tendo as riquezas do rio – água doce e a fartura de peixes – como suporte para manutenção dos arrozais.

Muitas daquelas famílias eram de Piaçabuçu. Logo depois, com a pujança do arroz e a grande oferta de trabalho, muitas outras de diversos lugares do estado foram chegando e fazendo morada no povoado que hoje que abriga cerca de 1 mil habitantes (IBGE, 2017).

Quem sai do porto da cidade de Piaçabuçu e desce o rio em direção ao mar vai localizar Potengy alguns minutos depois de navegar pelo canal central do Delta do São Francisco.

O pequeno porto do povoado está sempre repleto de pequenos barcos coloridos, que facilmente informam sobre a dinâmica da vida no lugar. Já quem segue por “terra firme” precisa cruzar a estrada de terra que acumula buracos e poeira em tempos de sol; e, muita lama nos dias de chuva. O trajeto de pouco mais de 3 km do centro de Piaçabuçu até Potengy é rápido e feito com frequência de carro, moto e cavalo e até pé pelos moradores do lugar.

Com a derrocada da cultura do arroz no final dos anos 80, hoje a principal atividade econômica do Potengy é a pesca. Mas há também quem se dedique a agricultura, a criação de animais de pequeno porte e a prestação de serviço nas fazendas e sítios dos arredores.

Já alguns outros moradores, encontraram na exploração turística da Foz do São Francisco, a oportunidade de ganhar a vida. Eles comercializam artesanato, bebidas e alimentos para os turistas. Mesmo assim, com renda baixa e limitada muitas das famílias do Potengy dependem dos benefícios sociais para complementar a renda familiar.

Apenas uma pequena parte do povoado tem calçamento e uma tentativa de organização típica das periferias brasileiras que mostra de forma evidente a ausência do Estado. Quem chega ao povoado – seja pelo rio ou por terra – o primeiro espaço que encontra é Praça do Porto, que dá as boas-vindas contrastando a beleza do rio com os esgotos lançados na água. Tudo isso no mesmo trecho onde a captação de água para consumo humano e animal é feita pela estação de tratamento, que aplica cloro na água, contudo não dispõe de tecnologia para dessalinização.

Ao seguir em frente, pela via principal enfileiradas de casas, é possível encontrar a recente estação tratamento de água e os chafarizes onde a população se abastece. No

local o movimento é constante de homens, mulheres e crianças transportando água em tonéis, baldes e garrafões. Mais na frente, a pouco metros fica igreja do povoado, que antecipa um pequeno largo com piso de terra que serve de área de lazer para as crianças.

Nesta linha principal as casas, em sua maioria de alvenaria, ficam de frente para a rua; enquanto os quintais estão voltados para o rio. Fora deste trecho inúmeras outras moradias se aglomeram formando ruas e becos improvisados.

Para suprir as necessidades emergenciais dos moradores, existe no povoado um tímido comércio – com mercadinhos e bares; mas, a maior parte dos suprimentos das famílias são adquiridos fora: na feira e no comércio da cidade de Piaçabuçu; assim como nas outras cidades maiores da região, a exemplo de Penedo e Coruripe.

Quem transita por Potengy vai encontrar na comunidade ribeirinha muitas semelhanças com tantas outras comunidades periféricas e rurais do país. Está tudo lá – os problemas sociais e ambientais. Mais um problema específico vem gerando inúmeros transtornos para os moradores: a salinização do trecho do rio São Francisco, que nos últimos anos vem sendo impactado pelo volume cada vez maior da água salgada reduzindo a incidência da água doce.

Este fenômeno da salinização – que é resultado da implantação das usinas hidrelétricas no rio São Francisco – ocorre porque a intervenção humana para geração de energia reduziu a vazão da água doce; ou seja, alterou o fluxo e as dinâmicas “naturais” do rio provocando problemas que vai da aniquilação das principais atividades econômicas: o plantio do arroz e a pesca (com a fuga das espécies da água doce para outros trecho do rio); assim como afetando a saúde dos moradores que passaram a registrar um índice maior de hipertensão em decorrência do consumo da água salinizada.

Na tentativa de mitigar o problema da salinização os moradores de Potengy acompanham os fluxos da maré para coletar a água do rio no período que entendem que há uma predominância menor das águas salgadas do mar dentro do estuário do Delta. Mesmo assim, a condição do rio é uma preocupação constante na vida dos ribeirinhos:

“O futuro ninguém sabe como vai ser. Tem dias que quem quer água boa, água doce, tem que pegar o barco colocar os baldes dentro e subir o rio. Só lá em cima a água presta. Por aqui, ela espuma de tanto sal. Tem dia que tá pior, quando a maré tá alta e entra mais água salgada dentro do rio. Com isso, nem peixe fica. Eles também correm da água salgada e vão lá pra cima. Isso acontece porque com pouca água o rio não consegue empurrar o mar. Daí ele entra e salga tudo. Fica salobra, dá até pra sentir. Tanto que já teve até gente doente por conta dessa água. É triste porque a gente vê que o rio tá morrendo. Ele é forte, mas tá morrendo” [Aparecida, Povoado Potengy, 14 de março de 2017]

O relato de Aparecida reflete as profundas transformações ambientais e sociais que afetam o Rio São Francisco e as comunidades ribeirinhas. A salinização do rio, a escassez de água doce e a precarização das condições de vida são resultados das intervenções humanas e das políticas públicas que alteraram o equilíbrio ecológico e subordinaram o território às lógicas econômicas.

À semelhança de Milton Santos (2001) enfatiza que o território não é apenas um espaço físico, mas um lugar de relações sociais e políticas que reflete as dinâmicas do capitalismo global, a narrativa de Aparecida sobre as consequências da salinização e os desafios das comunidades na busca da água doce são expressões concretas de como o território foi subordinado aos interesses econômicos, como a construção das barragens para geração de energia.

Essas intervenções desconsideraram a sustentabilidade ambiental e a autonomia das comunidades locais, transformando o Rio São Francisco em uma zona de interesse especificamente econômico (do capital). A afirmação de que “o rio não consegue empurrar o mar” simboliza a perda da vitalidade ecológica e cultural do território, evidenciando a imposição de um modelo de desenvolvimento que privilegia o lucro em detrimento da vida.

Em um processo complexo e imbricado de poderes onde se perpetuam as desigualdades e exclusões, percebemos mais uma vez que diante da lógica de expressões comuns ao cotidiano da administração pública – a exemplo das palavras: “desenvolvimento” e “progresso” – sempre estão inseridos os custos sociais e ambientais que nunca são distribuídos e cobrados em partes iguais na sociedade.

A relação simbólica entre os ribeirinhos e o rio é central para compreender o impacto dessas transformações. Tim Ingold (2011) argumenta que humanos e natureza estão em contínua interação, coevoluindo em sistemas interdependentes. No entanto, o modelo de exploração capitalista rompeu essa conexão, desestabilizando tanto o ecossistema quanto as práticas culturais associadas ao rio.

A água salobra, que “espuma de tanto sal”, não apenas inviabiliza a subsistência, mas também rompe os laços simbólicos entre as comunidades e o ambiente. Bruno Latour (2019) complementa essa análise ao criticar a separação moderna entre natureza e sociedade, destacando que a destruição do rio não é apenas um problema ecológico, mas também uma crise política que afeta diretamente as populações locais.

Sob a ótica de Malcolm Ferdinand (2022) podemos evidenciar como a crise ambiental está enraizada em um modelo colonialista de exploração que separou humanos da natureza, promovendo desigualdades estruturais e destruição ambiental.

A prática descrita por Aparecida, de buscar água em cacimbas com baldes e barcos, é uma adaptação forçada que reflete a exclusão das populações ribeirinhas de políticas públicas eficazes. Essa exclusão é um exemplo de racismo ambiental, onde comunidades historicamente marginalizadas são desproporcionalmente afetadas pela degradação ecológica e pela falta de infraestrutura básica.

A metáfora de Aparecida sobre o rio, que “é forte, mas está morrendo”, também aponta para a dimensão da resistência e da memória. Ailton Krenak (2019) ressalta a importância de repensar os modos de vida que rompem os laços entre humanos e o mundo natural, valorizando os saberes ancestrais como ferramentas de reconexão.

Nesse contexto, a luta das comunidades ribeirinhas para sobreviver em um território degradado é um ato político de resistência que reafirma o papel do rio como elemento central na identidade e na vida dessas populações. Além disso, a memória do tempo em que o rio era abundante é um recurso mobilizador e de resistência pois conecta o passado às ações presentes em busca de um futuro mais justo.

Portanto, o relato de Aparecida denuncia as consequências de um modelo de desenvolvimento que desconsidera as especificidades territoriais e as necessidades das populações locais. Ao mesmo tempo, ele evidencia a resiliência dessas comunidades, que utilizam a memória e os saberes tradicionais como ferramentas de resistência frente à destruição ambiental e à exclusão social.

Esta reflexão é uma oportunidade para que possamos repensar as relações entre desenvolvimento, justiça social e sustentabilidade ambiental. Uma vez que, ao reconhecer os problemas enfrentados em nosso entorno, percebemos que todos estes estão intrínsecos a uma rede de dimensão cultural e natural que precisa ser revista por nós humanos de forma interligada e não em concepção binária como se a ação de uma categoria não se dialoga com a outra.

A fragilidade da dinâmica deste sistema ecológico que seres humanos e não-humanos compartilham pode ser percebido por diversas perspectivas. Desde a observação empírica dos ribeirinhos, diante de um monitoramento prático, vivenciado no dia a dia; até mesmo diante de muitos estudos científicos que mostram a desregulação dos sistemas ecológicos.

Os estudos²⁴ do professor Paulo Peter, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ao monitorar a qualidade da água na região constatou que mesmo quando o mar apresenta uma baixa na maré a cunha salina ainda permanece misturada à água doce, incapacitando a regeneração e permanência das espécies que dependem deste equilíbrio das águas.

Ou seja, mesmo que o sal não seja sentido pelos moradores, este permanece na água por um tempo bem maior que o esperado, podendo se acumular nos organismos afetando a saúde dos humanos e não-humanos.

A percepção desta cunha salina, ou seja, desta anormalidade, pelos moradores acontece no cotidiano. Se os dados da saúde pública revelam problemas na qualidade de vida dos ribeirinhos; eles também percebem o problema diante da presença das espécies que transitam na parte baixa do rio e no aumento da carga de trabalho cotidiano, uma vez que precisam subir o rio para buscar botijões de água mais “pura” para o consumo humano e animal.

No ambiente, as marcas do sal se propagam na vegetação que amarelam, secam e morrem, redesenhando a margem do rio que ao perder a vegetação não conseguem sustentar a terra das margens, que desabam na água contribuindo com o assoreamento. Adicionalmente, as espécies de água doce ao sentirem a diferença da água fogem do trecho em busca de águas mais doces; enquanto muitas outras espécies de água salgada que não circulariam pelo rio invadem o território, causando desequilíbrio predatório que prejudicam as dinâmicas da fauna e da flora.

²⁴ Os dados que revelam os processos deste fenômeno de salinização estão presentes em artigo assinado pelo professor Paulo Peter no relatório: O Baixo São Francisco: Características Ambientais e Sociais", Volume II, organizado pelos pesquisadores Emerson Carlos Soares, José Vieira Silva e Themis Jesus Silva, publicado pela Editora da UFAL (Edufal), 2022.

3.1.2 Povoado Pixaim



Imagem 9 – Fotografia mostra a relação entre humanos e não-humanos que coabitam as dunas móveis situadas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Piaçabuçu. (Foto: Waldson Costa, Povoado Pixaim, Alagoas, 2023)

Assim como Potengy, a formação e o esvaziamento populacional do povoado Pixaim estão atrelados ao auge e a derrocada da atividade econômica de cultivo do arroz no Baixo São Francisco. Os moradores mais antigos contam que o povoado que já abrigou mais de 200 famílias, na “Era de Ouro do Arroz” cresceu com a chegada de muita gente que veio do sertão e do agreste alagoano e sergipano em busca de trabalho.

Fugindo da miséria e da fome provocadas pela seca no interior do país, famílias inteiras desembarcam às margens do São Francisco e foram orientadas a fazerem abrigos sob as sombras dos cajueiros que ficavam no Pixaim para ficarem mais próximas das plantações de arroz.

Incrustada sobre as dunas de areias, que se movem a todo momento, dentro do território que fica na Área de Preservação Ambiental (APA) de Piaçabuçu, o trajeto mais fácil para chegar no Pixaim é por navegação descendo o Delta pelo curso principal; em seguida, depois da comunidade Potengy é preciso desviar o barco para um canal de águas mais calmas que levará o visitante até um pequeno porto improvisado.

Só ao subir a imensa duna é possível avistar a comunidade marcada pelo branco das areias e o verde escuro dos enormes, e, hoje, escassos, cajueiros. Por terra também é

possível chegar, mas para isso é preciso contornar sítios e fazendas por um longo trajeto de “chão batido”, além de precisar concentrar grandes esforços para vencer as areias e dunas do caminho.

Sendo mais isolado, o povoado Pixaim²⁵ é formado por trabalhadores rurais – plantadores de arroz que permaneceram na comunidade após a derrocada da rizicultura – e, que atualmente, se dedicam a criação de ovelha, pesca e a prestação de serviço nos sítios e fazendas da região. As famílias que estão há décadas no território permaneceram no local após a instituição da APA de Piaçabuçu, em 21 de junho de 1983, por serem considerados povos tradicionais.

Mesmo assim, foi preciso muito diálogo com os representantes das instituições públicas para frear os conflitos e as tentativas de expulsão que eram “mediadas” com propostas de indenizações, com a oferta de casas na cidade, e o acirramento das fiscalizações impedindo a extração de material natural para manutenção das moradias.

Foram tempos difíceis, que, vez ou outra, emergem na memória dos moradores e ainda provocam medo na comunidade:

“Por aqui já viveu muita gente. Muitas famílias que acabaram indo embora. No começo o povoado [Pixaim] era grande e tinha casa em tudo que era morro. Era muita gente porque a água do rio prestava, tava doce. E água doce é sempre fartura. Ninguém passava necessidade porque tinha trabalho e comida. Se se apertasse ia até o rio e tirava o que comer. Mas quando a água salgou, tudo mudou. Começou a ficar mais difícil quando fecharam a água lá pra cima e povo foi saindo; saindo em busca de canto melhor. Quando fizeram a barragem não pensaram na gente. Não pensaram que sem a água doce tudo morre”. (Gêo, Povoado Pixaim, 14 de março de 2017)

Como a narrativa e memórias de muitos ribeirinhos, os relatos de Gêo expressam as profundas transformações ambientais e sociais decorrentes da construção das barragens e hidrelétricas no Rio São Francisco. Sua fala denuncia a desestruturação do território, o êxodo de famílias do campo para as cidades, assim como a precarização das condições de vida de quem optou por permanecer nas comunidades ribeirinhas.

Retomando aqui o argumento de Milton Santos (2001), o território é mais do que um espaço físico, constitui um campo de relações sociais, políticas e culturais que refletem dinâmicas de poder. E o relato de Gêo evidencia como o território do Pixaim foi

²⁵ Pixaim foi certificado em 2009 pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombo. A certificação reconhece a ancestralidade e a identidade cultural da comunidade ribeirinha destacando sua importância histórica e social na preservação das tradições afro-brasileiras.

desarticulado pelas intervenções dos humanos no ambiente diante de uma estrutura macro que resultou na redução do fluxo da água doce na região do Baixo São Francisco.

Com o “tamponamento das águas” o resultado foi a salinização do rio e inviabilização das diversas práticas de subsistência como a pesca e o plantio do arroz. Na frase “quando fizeram a barragem não pensaram na gente”, Gêo faz referência ao processo de exclusão das populações ribeirinhas das decisões que afetaram diretamente suas vidas, exemplificando o modelo de desenvolvimento excludente que transforma o território em um recurso subordinado às demandas e interesse dos grupos dominantes. Da escolha e decisão de sujeitos que não fazem parte daquele território, e, portanto, não sentem os efeitos dessa “escolha” da priorização da água para atender o sistema energético.

Além de destacar a transformação do território, o relato de Gêo evoca também a memória coletiva das comunidades ribeirinhas. Isso acontece porque os contextos socioambientais são inseparáveis dos sujeitos e dos espaços (ambiente) sendo moldados pelas interações e experiências compartilhadas em grupo, como argumenta Maurice Halbwachs (1990).

Ao lembrar o tempo em que o povoado era “grande” e “a água doce era sempre fartura”, Gêo resgata um passado de abundância que contrasta com a precariedade dos dias atuais. Essa memória não é apenas uma recordação nostálgica, mas um recurso para resistir às adversidades e reivindicar a preservação do território.

Este processo que permite aos ribeirinhos “recordar” e “comparar” cenários é importante, dado que a memória é além de tudo um patrimônio que contribui com a preservação da história destas comunidades, fazendo com que as novas gerações compreendam as transformações e resistam aos processos de exclusão que os fazem a pagar a conta da crise climática.

Cornelia Eckert (2004) destaca que a memória também pode ser uma ferramenta crítica e política, especialmente em contextos de desigualdade. A narrativa de Gêo representa estes posicionamentos ao conectar a salinização do rio ao êxodo das famílias, ao denunciar as consequências das decisões políticas que priorizaram interesses econômicos sobre a sustentabilidade ambiental e a vida das comunidades.

O caso do Pixaim é um exemplo real do chamado racismo ambiental que explica como populações desfavorecidas são desproporcionalmente afetadas pelas políticas de desenvolvimento. Assim como muitas outras comunidades ribeirinhas e rurais do País,

Pixaim foi relegada a zona de sacrificio, enfrentando a precarização das condições de vida enquanto os benefícios das hidrelétricas foram direcionados a outros grupos.

A crise ambiental está profundamente enraizada a uma lógica colonialista que separa humanos e natureza promovendo a exploração indiscriminada dos territórios. O relato de Gêo, ao afirmar que “sem a água doce tudo morre”, ilustra essa lógica ao expor como a degradação do rio afetou tanto o ecossistema quanto as relações sociais e culturais das comunidades.

Porém, o discurso de Gêo está preenchido também por resistência de um grupo social, que mesmo não sendo convidado para participar dos benefícios do “desenvolvimento” vem estruturando estratégias para permanecer no território resistindo as crises ambientais.

Esse confronto acontece no âmbito da prática, no ambiente do conhecimento empírico que reconhece os saberes locais como estratégias para a sobrevivência, como defende Ailton Krenak (2019) quando destaca a importância de repensar os modos de vida, valorizando as práticas tradicionais e os saberes ancestrais.

A memória de tempos de fartura e a luta das comunidades para sobreviver no Delta do São Francisco representam um ato de resistência frente ao abandono e à destruição ambiental. Ao iluminar a conexão entre o território e a identidade das populações ribeirinhas, o relato de Gêo reforça a importância de políticas públicas que reconheçam o papel central das comunidades na preservação do território e na promoção de um futuro sustentável.

Dessa forma, o depoimento de Gêo evidencia os impactos das intervenções humanas no Rio São Francisco, ao mesmo tempo que denuncia as desigualdades impostas pelo modelo de desenvolvimento capitalista e colonialista. Conduas que são mais do que necessárias no mundo e mais urgentes ainda em territórios frágeis e ricos de vida a exemplo do Delta do São Francisco.

Se estabelecer e construir a vida no povoado Pixaim sempre foi um desafio para os humanos. Habitar o Pixaim consiste o tempo todo em negociar com a natureza. Como a dinâmica do território por conta da movimentação constante das areias e morros (dunas) não permite a construção de moradias de alvenaria, ou melhor, habitações fixas, as construções em Pixaim são feitas de taipas e necessitam frequentemente de reparos.

Este processo técnico de moradia, que exige de tempos em tempos a extração de material natural das áreas de preservação, foi adotado pela comunidade porque diante dos fluxos do ambiente é comum vez ou outra as habitações serem tomadas pelas “areias

vivas, que, com a força dos ventos andam, fazem morros nascerem, crescerem e morrerem; invadindo, ocupando e soterrando casas” (Costa, 2018), exigindo a migração do habitar das famílias que precisam abandonar um espaço para ocupar outro.

Foi aqui neste ponto que por muitas vezes as instituições públicas atuaram de forma coercitiva, na tentativa de impedir a permanência do grupo sobre as dunas que ficam dentro da APA de Piaçabuçu.

No discurso produzido sob os “argumentos ecológicos e de preservação ambiental”, a ordem foi de que nenhum material natural fosse mais extraído do ecossistema para reparos e reconstrução das moradias. Assim, os barracos não poderiam mais ser reformados e os caíssem não mais seriam levantados. Além disso, quem deixasse o território por questões diversas sociais ou econômicas (em busca de trabalho em outras regiões), não poderia mais retornar.

Quando comecei a dialogar com os moradores do povoado Pixaim, em 2016, havia dentro do território 29 moradias espalhadas pelas areias e morros, sendo a maior parte daquelas ocupadas por integrantes de duas famílias – os Calistos e os Trindades; que “inconscientemente” dividiam o território em dois lados com argumento de que o certo é *ficar perto dos seus*, em uma estratégia de sociabilidade para evitar conflitos.

Muitas dessas casas eram feitas de taipas, outras, de palhas sustentadas apenas por amarrações de arames e cordas. As casas de taipas mantinham cercas delimitando o território privado de cada família; nas de palhas, o limite estava no distanciamento geográfico das demais moradias.

A época o povoado, configurado como um espaço rural – com as moradias espaçadas, não dispunha de energia elétrica e era constituído por três portos para ancoragem dos barcos, uma pequena igreja-capela localizada no alto de um dos morros (única edificação em alvenaria), um grande curral para os cuidados com as ovelhas, um bar e um grande largo onde concentravam a maior parte das cacimbas cavadas na areia, da qual os moradores obtinham água para o consumo humano e animal.

As cacimbas, mesmo estando em um espaço de convívio coletivo, eram privadas. Cada família abre e mantém a sua, dedicando cuidados para assegurar a qualidade do líquido que sai direto dos baldes para os filtros e potes que abastecem a casa no dia a dia.

Menos de uma década depois (ao considerar mais precisamente o período 2020-2024) o povoado de Pixaim foi novamente reconfigurado. Só que desta vez muito mais influenciado pelas questões sociais do que pelas do ecossistema do ambiente, que

apresenta uma dinâmica muito singular. Desconheço na minha experiência de vida qualquer outro lugar em que as percepções das dinâmicas de alterações do ambiente sejam tão evidentes.

É certo que a paisagem da comunidade passa por constante transformação, como em qualquer outro lugar do planeta terra. Porém, o diferencial da comunidade Pixaim é que essas alterações dentro do território são perceptíveis ao ponto de serem “palpáveis”, acompanhadas e mensuradas com muita facilidade em uma simples observação de dias, semanas ou anos.

No entanto, a reconfiguração que destacamos aqui não são precisamente as das alterações “ambientais”, embora elas estejam intrinsicamente ligadas neste debate; mas sim as mudanças sociais-políticas que passaram a interferir no ambiente.

A pandemia da Covid-19 fez muitas famílias retornarem para o Pixaim. O distanciamento geográfico da comunidade serviu como lugar para isolamento de muitas famílias que ergueram novas habitações no povoado, muitas delas com “raízes” na comunidade. Com isso, no começo de 2023 era possível contabilizar o total de 52 moradias – 23 novas habitações além de outras áreas já demarcadas.

Outro fator que alterou a dinâmica social foi a chegada da energia elétrica²⁶ por meio de equipamentos de captação de energia solar. A “chegada da luz” despertou o interesse de muitas famílias do Potengy para a possibilidade de voltar para o Pixaim, mas só as habitações previamente cadastradas receberam os equipamentos de geração e o benefício da luz.

A energia elétrica sempre foi uma das maiores reivindicações dos moradores, que não entendiam como cabearios e postes chegaram há décadas nas propriedades particulares vizinhas, mas não alcançavam a comunidade proporcionando o conforto que equipamentos elétricos podem gerar, a exemplo da conservação de alimentos.

A paisagem modificada do povoado, em um espaço tão curto de tempo, me chamou a atenção não pela capacidade de transformação do lugar. Mas pelas leituras que podem ser feitas de forma socioambiental, tendo Pixaim como campo de observação e os impactos das políticas sociais-econômicas na vida das comunidades ribeirinhas.

²⁶ Através do projeto E+ Comunidades Solares a companhia de energia que atua em Alagoas, Equatorial Alagoas, instalou sistemas de energia solar na comunidade Pixaim, em agosto de 2023, beneficiando 43 famílias com energia elétrica de fonte limpa e sustentável, por meio de sistemas fotovoltaicos que transformam a luz solar em eletricidade.

Se este movimento de reocupação da comunidade é positivo ou negativo, isto é uma discussão que cabe a outros questionamentos. De momento o que é possível observar é que uma comunidade que estava preste a “acabar” pode, diante dos inúmeros processos sociais, se regenerar – indo além de uma sobrevivida.

3.1.3 Povoado Saramém



Imagem 10 – Com a migração das famílias do antigo Povoado Cabeço, o território “realocado” foi reestruturado como habitacional denominado de Conjunto Saramém (Foto: Waldson Costa, Povoado Saramém, Alagoas, 2024)

Quando as retenções das águas do Rio São Francisco para geração de energia pelas hidrelétricas se intensificaram nos anos 80, os problemas do povoado Ilha do Cabeço (Cabeço) se agravaram. A redução da água na calha do rio provocou desequilíbrios na Foz do São Francisco como a redução do fluxo de sedimentos, a mudança do curso e o avanço do mar; resultando em um processo de erosão costeira que deixou mais de 140 famílias desabrigadas.

Foi assim o fim do povoado Cabeço que ficava localizado na entrada da Foz do São Francisco, no município de Brejo Grande, em Sergipe, e o começo da comunidade Saramém:

Do Cabeço [povoado] não sobrou mais nada. Só dá pra ver o farol que tá dentro d'água. Dentro do mar mesmo. Pra chegar lá, só de barco. Mas já é mar. Lembro como hoje quando o mar começou a tomar o Cabeço. Era noite quando deu uma maré e águas entraram nas casas. Quando acordei foi com a água mexendo nas coisas que tava no chão. Tudo boiando e o mar indo e vindo. Daí

foi ficando mais forte e o povo tudo teve que sair. Até o dia que o mar chegou e ficou. Não recuou mais. A gente subiu o rio. Ficou vivendo nos coqueiros, rio acima, até que construíram o conjunto Saramém. Isso aconteceu porque com as barragens o rio não aguentou segurar o mar. Ele avançou e foi tomando conta e o que era terra, virou mar. O farol que a gente ver hoje ficava bem no centro do cabeço. Daí dar pra você imaginar o quanto o mar avançou (Maria de Fátima (Fazinha), Povoado Saramém, 20 de maio 2023)

A submersão do povoado Cabeço e o deslocamento forçado de sua população para o conjunto Saramém refletem processos socioambientais que envolvem relações complexas entre território, desenvolvimento e desigualdade. A narrativa de Maria de Fátima é mais um depoimento ribeirinho que evidencia como a interferência humana nos ecossistemas pode provocar efeitos adversos, desestruturando comunidades e alterando paisagens de forma irreversível.

Entre tantas dimensões possíveis para a análise deste fenômeno socioambiental, acredito que um dos conceitos interessantes para compreender o impacto e os efeitos do fim do Cabeço é a abordagem do antropoceno, conceito que define a era geológica em que a ação humana passou a modificar os processos naturais do planeta, interferindo nos espaços e nas dinâmicas ecológicas

O avanço do mar, descrito por Maria de Fátima como um fenômeno progressivo, não ocorreu isoladamente, mas foi intensificado pela construção de barragens e hidrelétricas que diminuíram a força do Rio São Francisco. Esse tipo de intervenção humana, conforme argumenta Emilio Moran (2010), frequentemente ignora as interconexões dos sistemas ecológicos, resultando em impactos negativos não planejados. A regulação do fluxo de água doce interrompeu o equilíbrio hidrológico da região, impedindo o rio de conter a invasão do mar e levando à submersão do povoado.

A transformação do território do Cabeço pode ser vista como um microcosmo das mudanças ambientais globais. As populações ribeirinhas, que antes dependiam da relação harmônica entre rio e mar, viram-se obrigadas a migrar à medida que o mar avançava.

O desaparecimento do Cabeço não representa apenas a perda de um espaço geográfico, mas também a destruição de um ambiente de vida que sustentava modos tradicionais de existência. Esse fenômeno se conecta a processos mais amplos das categorias de estudos – antropoceno e racismo ambiental – nos quais a degradação ambiental gerada pelas ações humanas atinge desproporcionalmente as comunidades mais vulneráveis.

Outro ponto importante a observar sobre a submersão do Cabeço é que, além da mudança territorial a expulsão espacial forçada, impactou também nas relações sociais. A frase “o que era terra, virou mar” sintetiza a ruptura dessa relação. A impossibilidade de retorno ao Cabeço, simbolizada pelo farol submerso, marca a transformação de um território que antes sustentava vidas para um espaço de ausência.

O avanço do mar e a conseqüente migração imposta não apenas alteraram o ambiente físico, mas também redefiniram identidades e memórias coletivas. O farol, outrora um marco central do povoado, torna-se agora um vestígio visível de um espaço que deixou de existir, reforçando a sensação de perda territorial e cultural.

Tim Ingold (2011) argumenta que os territórios não são fixos, mas moldados continuamente pelas interações entre humanos e ambiente. No relato de Maria de Fátima, a mobilidade forçada dos moradores para áreas rio acima demonstra uma mudança abrupta na relação entre as populações locais e o espaço que habitavam. Diferente dos deslocamentos tradicionais das populações ribeirinhas, que seguem os fluxos naturais dos rios, essa migração foi determinada por uma imposição ambiental gerada por intervenções humanas.

Neste ponto é importante também ampliar a percepção de que a destruição do Cabeço e a realocação de sua população para o conjunto habitacional Saramém, são exemplos claros do racismo ambiental. A construção das barragens no Rio São Francisco beneficiou setores econômicos e urbanos, mas trouxe conseqüências diretas para o povoado, que não teve “voz” no processo de decisão e foi deixado à mercê dos impactos.

Maria de Fátima explica que “as barragens o rio não aguentou segurar o mar”, evidenciando como as populações locais foram prejudicadas por uma política ambiental que priorizou o desenvolvimento industrial e urbano em detrimento da sustentabilidade ecológica e da justiça social.

A exclusão dessas comunidades das decisões políticas e das estratégias de mitigação dos impactos demonstra a desigualdade na distribuição dos danos ambientais. O deslocamento para o conjunto Saramém não resolve a questão territorial e identitária dos moradores do Cabeço, mas, sim, reforça a lógica da adaptação forçada, sem considerar a necessidade de políticas públicas que garantam a permanência dessas populações em seus territórios de origem.

Portanto, as narrativas e memórias de Maria de Fátima sobre o desaparecimento do Cabeço não são apenas testemunho de uma mudança ambiental, mas uma denúncia das desigualdades estruturais que moldam a relação entre desenvolvimento e meio

ambiente. O caso do Cabeço exemplifica como intervenções humanas desconsideraram as interconexões ecológicas, desestruturaram territórios e deslocam comunidades inteiras. Com isso, é possível compreender que a submersão do povoado não foi um fenômeno natural inevitável, mas um reflexo da interação entre políticas ambientais excludentes e a exploração desigual dos recursos naturais.

O farol submerso no Cabeço é um marco. Último vestígio do povoado, simboliza não apenas a perda de um espaço geográfico, mas também a necessidade urgente de repensar as relações entre humanidade e natureza, garantindo que políticas de desenvolvimento sejam pautadas na equidade e na sustentabilidade socioambiental.

Do povoado Cabeço só restaram as famílias deslocadas, as memórias – individuais e coletivas, e o antigo Farol do Cabeço, que era conhecido como Farol de Cotegipe ou Farol Francisco do Norte, permanece de pé até hoje coberto pelas águas do mar fazendo a marcação do que antes era a área central do povoado.

Mesmo assim, com o território submerso, o instrumento de auxílio à navegação funcionou até o ano de 1998, período que foi desativado pela Marinha do Brasil, que o substituiu pelo Farol do Peba, que do lado de Alagoas atualmente faz a sinalização para as embarcações que circulam próximo da costa.

Por conta da localização estratégica onde estavam situados o farol marítimo e a ligação do rio São Francisco com o oceano Atlântico, o território do Cabeço era regulado pela Marinha do Brasil, que atuava controlando o crescimento das habitações e a ocupação do espaço, evitando a chegada e a permanência de pessoas de fora (Silva, 2014).

Mesmo assim, a vida no antigo povoado Cabeço está conectada as demais comunidades ribeirinhas da Foz do São Francisco. E sua história também está atrelada a migração de famílias do interior do nordeste e ao cultivo do arroz, da pesca e a agricultura – atividades que até hoje são mantidas pelas famílias que hoje se dividem entre as comunidades Saramém e Resina.

Nos relatos de quem viveu no Cabeço as lembranças são de uma vida social bastante agitada, com longas jornadas de trabalho nos dias de semana; e, muita diversão nos finais de semana. As casas eram simples feitas de taipa, palhas e algumas poucas de alvenaria; na comunidade não havia posto de saúde, e, tinha apenas uma pequena escola.

Quando as famílias foram forçadas a deixar o Cabeço por conta dos problemas ambientais, no final da década de 90, elas subiram o rio e encontraram abrigo em uma localidade conhecida como Coqueiros.

Por lá permaneceram por meses até receberem, em 1999, as primeiras casas do Conjunto Habitacional Saramém, que inicialmente era constituído de 80 casas, praça e escola, que foram divididas para as famílias do Cabeço e do Antigo Porto da Resina. Anos mais tarde outros 44 imóveis populares foram atrelados ao conjunto habitacional.

O conjunto Saramém foi construído em uma área mais distante do rio. Como os complexos habitacionais populares, com as casas perfiladas e um grande largo no meio; onde foi construída a escola, a igreja e instalada a área de lazer com o campo de futebol.

Diferente do que acontece nas comunidades Potengy e Pixaim, a certificação de Comunidade Quilombola de Saramém, em 2019, resultou em benefícios para os moradores; que mais organizados conseguiram através da associação de moradores um melhor diálogo com as instituições públicas. Superando a burocracia, a comunidade recebe diversos incentivos e benefícios do governo federal e estadual que ajudam a manter os grupos e as atividades de pesca, das catadoras de marisco, da agricultura e do artesanato.

Diante da localização privilegiada com vista para o trecho turístico da Foz do São Francisco, os moradores do Saramém que já comercializam produtos na prainha também estão estruturando um projeto de Turismo Comunitário, com a perspectiva de oferecer aos visitantes diversas experiências ribeirinhas.

Porém, os desafios socioambientais também estão presentes na comunidade Saramém. A exemplo do lançamento de esgotos não tratados no rio e das dificuldades provocados pela salinização e contaminação das águas do São Francisco.

Muitos pescadores relatam que ao trabalhar no trecho mais baixo do rio, eles estão propensos a impactos maiores e sempre são os primeiros a sentirem os efeitos do desequilíbrio ambiental. Quando o rio reduz a vazão e o mar avança os primeiros lugares a serem abandonados pelas espécies de água doce é exatamente o segmento onde os pescadores do povoado atuam; assim como, os primeiros pontos onde a água fica comprometida para o consumo humano também são próximos destas comunidades.

3.1.4 Povoado Resina



Imagem 11 – Vista aérea do Povoado Porto da Resina, às margens do Rio São Francisco, com o habitacional do Saramém ao fundo (Foto: Rudney Melo, Povoado Resina, Alagoas, 2023).

O tempo presente do povoado Resina (Porto da Resina) é muito diferente da realidade do passado. Hoje quem chega na comunidade localizada às margens do Rio São Francisco, no município de Brejo Grande, no estado de Sergipe, a poucos metros da Foz do São Francisco, vai encontrar um território reconfigurado com casas populares enfileiradas e uma dinâmica de dedicação ao trabalho com atenção dividida entre a agricultura e a pesca.

No Porto da Resina, a posição privilegiada mantém a visão estratégica da entrada da Foz do São Francisco. Lá permanecem os barcos ancorados e o fluxo constante dos pescadores que chegam e saem a todo momento movimentando pescados, redes e outros instrumentos de navegação e pesca. Ainda neste ponto está a sede da associação comunitária e alguns dos resquícios do povoado do passado com alguns barracos de taipas em ruas improvisadas de terra batida.

Formada, como as demais comunidades do Baixo São Francisco, por plantadores de arroz que trabalhavam nas lagoas alagadas pelas águas doces do rio, os moradores da Resina conquistaram o direito ao território ocupado após inúmeros conflitos com proprietários de terra, que após a derrocada da Era de Ouro do Arroz, ensaiaram diversas

tentativas de expulsá-los da área que passou a ser cobiçada pelo mercado mobiliário. Mas a resistência dos ribeirinhos se sobressaiu:

Naquela época [Era de Ouro do Arroz] era escravidão. A gente só não apanhava. Mas era escravo. Se a casa caísse não podia fazer outra no mesmo chão. Tinha que pedir permissão ao dono da fazenda que massacrava. Até ele permitir era sol e chuva na cabeça dos filhos. Ele não tinha pressa porque a casa dele tava erguida e coberta com telha. E a gente só querendo refazer o barraco para se amparar. [...] A sobra do arroz, uma lata que fosse não podia levar pra família comer, tinha que devolver... se não nessa, na outra safra [...] Isso mudou no dia que a gente descobriu nossa história e se uniu. Não tínhamos dinheiro, mas tínhamos fé e coragem. Não foi fácil! Foi com muito suor e lágrima! Mesmo assim guerreamos e ganhamos! (Marília dos Santos, Povoado Resina – 5 de outubro de 2023)

A narrativa de Marília dos Santos descreve as condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais durante três momentos: na chamada "Era de Ouro do Arroz", na derrocada da atividade econômica e no período de luta e resistência para os trabalhadores permanecerem na terra que sempre cultivaram como lar.

Sua fala evidencia um contexto de opressão, exploração e humilhação onde os trabalhadores não apenas eram submetidos a condições desumanas, assim como tinham sua autonomia limitada pelas dinâmicas de poder impostas pelos proprietários de terras.

A referência ao impedimento de reconstrução de moradias e à restrição alimentar, aponta para um sistema que não apenas explorava a força de trabalho, mas também limitava a sobrevivência e a dignidade dos trabalhadores. Para entender a resina é preciso compreender como se estruturam as relações de dominação e como a resistência emerge como resposta à opressão.

Talvez aqui entre tantas teorias o conceito de necropolítica, de Achille Mbembe (2019), melhor se encaixe porque diante da situação narrada por Marília dos Santos, os ribeirinhos do lugar viviam submetidos a um sistema que regulava não apenas a exploração econômica, mas também as próprias condições de vida e morte dos trabalhadores.

Mbembe argumenta que a necropolítica se manifesta em regimes que não apenas disciplinam e controlam corpos, mas também decidem quem pode viver e quem deve morrer, seja pela violência direta ou pela imposição de condições de vida insustentáveis. No contexto do Povoado Resina, o impedimento de reconstrução das casas e a proibição de levar sequer sobras de arroz para a família evidenciam um controle que ultrapassa a esfera do trabalho, atingindo diretamente a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias.

A expressão “era escravidão” utilizada por Marília, mesmo que os trabalhadores não fossem fisicamente punidos, remete à ideia de uma continuidade das lógicas coloniais, quando a vida dos sujeitos explorados é relegada à precariedade máxima.

O poder dos proprietários sobre a terra e sobre os corpos daqueles que nesta trabalhavam se assemelha ao que Mbembe define *como* “a escolha de quem viver ou morrer” (op. cit., p. ...) que pode se manifestar de maneira explícita ou pela imposição de condições extremas de vulnerabilidade.

Essa interpretação também segue a lógica de dominação das instituições, como explica Mary Douglas (1986), ao argumenta que as instituições não apenas estruturam as sociedades, mas também moldam a forma como os indivíduos percebem e legitimam as relações de poder.

No caso descrito por Marília, o sistema de exploração era mantido não apenas pela coerção direta, mas também por um arcabouço institucional que normalizava a dominação dos trabalhadores rurais. A necessidade de “pedir permissão ao dono da fazenda” para reconstruir moradias ou para ter acesso aos excedentes da colheita evidencia como as instituições locais (os proprietários “donos das terras” e dos meios de produção) consolidaram um modelo de dependência, no qual os trabalhadores não tinham poder sobre sua própria existência.

Douglas argumenta que as instituições estabelecem padrões de comportamento e pensamento que garantem sua continuidade. No caso do Povoado Resina, a estrutura da fazenda enquanto instituição funcionava como um mecanismo de controle total da vida dos trabalhadores, estabelecendo regras que impediam a autonomia e reforçavam a subjugação.

Esse modelo de dominação, baseado na hierarquia e no controle, fazia com que a própria exploração fosse percebida como um “dado” da realidade, tornando difícil sua contestação. Somente a partir da tomada de consciência coletiva – mencionada por Marília no trecho “Isso mudou no dia que a gente descobriu nossa história e se uniu” – foi possível romper com essa estrutura e transformar a realidade.

Michel Foucault (1975), em *Vigiar e Punir*, apresenta a noção de poder disciplinar como um mecanismo de controle dos corpos e das ações dos indivíduos. No contexto descrito por Marília, os trabalhadores rurais estavam submetidos a uma lógica disciplinar rígida, sob a qual sua permanência na terra, sua alimentação e suas moradias eram reguladas pelo proprietário da fazenda.

O fato de que “a casa caísse e não pudesse ser refeita sem permissão” reflete a materialização desse controle, sob o qual até mesmo o direito básico à moradia era condicionado a um poder externo. Além da disciplina, Foucault (1978) também desenvolve o conceito de biopolítica, que descreve como o poder moderno regula a vida das populações, gerenciando seus corpos e sua reprodução.

O controle da comida, como descrito no *trecho*: “a sobra do arroz, uma lata que fosse não podia levar pra família comer”, exemplifica uma forma de biopolítica perversa, em que a própria alimentação era utilizada como um mecanismo de sujeição. Esse controle dos corpos, das casas e da comida reflete uma estrutura de poder que não apenas explora a força de trabalho, mas também impõe restrições sobre os aspectos mais fundamentais da vida.

O final do relato de Marília: “Isso mudou no dia que a gente descobriu nossa história e se uniu”, sugere que a resistência não surgiu apenas como um movimento espontâneo, mas como um processo de tomada de consciência coletiva. Foucault (1982) argumenta que onde há poder, há resistência, e que a dominação nunca é absoluta, pois sempre há espaços de contestação e luta.

A descoberta da própria história, mencionada por Marília, sugere uma ruptura na forma como os trabalhadores compreendiam sua posição dentro daquela estrutura de dominação. A resistência, nesse sentido, não se limitou a uma ação pontual, mas a uma reconfiguração das relações sociais e políticas dentro daquela comunidade.

A frase “Não tínhamos dinheiro, mas tínhamos fé e coragem” remete à ideia de que a luta não foi apenas econômica, mas também simbólica. A resistência exigiu a desconstrução do imaginário institucional que havia normalizado a exploração. Como sugere Douglas (1986), as instituições não apenas organizam a vida social, mas também definem os limites do que é possível ou impossível.

O ato de resistência dos trabalhadores, portanto, pode ser interpretado como uma tentativa de redefinir esses limites, rompendo com a estrutura de poder e criando nova possibilidade de existência. Em sua narrativa, Marília também evidencia a possibilidade de resistência, mostrando que a tomada de consciência coletiva e a luta organizada podem reverter processos históricos de opressão e abrir caminhos para novas formas de existência.

O caso do Povoado Resina, portanto, é um exemplo de como a memória da exploração pode ser transformada em um instrumento de luta e emancipação. Tanto que a conquista do território só foi possível após a organização social das famílias, que, com

o apoio da Caritas Brasil, reconheceram a história da formação do povoado o declarando remanescente de quilombo.

A partir deste momento e após muitos embates as famílias conquistaram em 2010 a posse da terra através da luta pela reforma agrária. Hoje a Resina é uma das comunidades pesqueira-quilombola que está inserida no Território Quilombola Brejão dos Negros²⁷, sendo ainda uma referência em organização social na Foz do São Francisco.

Este movimento de união e luta foi o que assegurou a permanência do grupo no território da Resina, diante dos diversos embates que ocorreram em mais de uma década nas tentativas de expulsão das famílias. Foi assim que elas resistiram quando o antigo proprietário impediu a chegada da energia elétrica; depois de muitos confrontos e a intervenção do Ministério Público, os postes foram erguidos e a luz destinada para comunidade ribeirinha.

Em outra tentativa de expulsão, as famílias conseguiram resistir a negociação da venda da propriedade para um grupo de empreendedores que tinha o objetivo de fazer um resort de luxo na área. À época a propriedade já estava em processo de tramitação para ser destinada para reforma agrária e assentamento das famílias.

Organizados socialmente, as famílias da Resina reestruturaram as atividades econômicas da comunidade, que hoje vive da pesca artesanal no Rio São Francisco e da agricultura – com a plantação de arroz, coco e outros alimentos. Para isso, os agricultores fazem uso da retenção das águas das chuvas, só usando as águas do rio em situações esporádicas em que controlam a vazão da maré para captar água com menor teor de sal para as plantações. Há também no planejamento da comunidade o trabalho de turismo comunitário, que oferece para os visitantes a experiência da vida ribeirinha.

Na memória coletiva do grupo é muito comum as histórias do passado e do presente se misturarem. Em uma das visitas à comunidade, tive a oportunidade de acompanhar a colheita das lavouras de arroz. Era um momento festivo e muito satisfatório para todos. E mais ainda para os agricultores, que ao contrário do passado quando parte do trabalho estava dedicado a aumentar a riqueza do dono da terra, desta vez o grupo

²⁷ O Território Quilombola Brejão dos Negros – composto por cinco comunidades autodeclaradas quilombolas: Resina, Santa Cruz, Brejão dos Negros, Carapitanga e Brejo Grande – foi oficialmente reconhecida pelo Governo Federal em 20 de novembro de 2023. O reconhecimento formaliza a luta histórica das comunidades pelos direitos territoriais e culturais; e assegura a elas a proteção legal e o acesso a políticas públicas específicas para comunidades quilombolas.

estava reunido embaixo da sombra de uma árvore com o caderno de anotação assistindo a máquina de colheita retirar o preciso grão da lavoura:

“Essa é a liberdade de ser dono do próprio trabalho. Na época dos fazendeiros a gente arrendava a terra e pagava de meia [a lavoura era dividida entre o posseiro e o trabalhador]; daí entrava a família toda – homem, mulher e criança – que trabalhava muito sob sol e chuva e ainda saía devendo. Sem poder tirar nem um pilão de arroz para comer. Hoje o que a gente planta é nosso. E isso só foi possível porque reconhecemos nossa história e lutamos muito para conquistar nossos direitos (Éneas Rosas, 5 de outubro de 2023)

A narrativa de Éneas Rosas reflete um processo de transformação histórica marcado pela resistência e pela conquista de direitos, situando-se na interseção entre memória coletiva e territorialidade.

Essa experiência de luta pela autonomia sobre o trabalho e a terra enfatiza como a memória coletiva articula experiências individuais e sociais para construir identidades. O relato também expõe as dinâmicas de opressão estrutural e exploração econômica vividas sob o sistema de arrendamento, revelando um contexto de desigualdade e violência simbólica, conforme discutido por Foucault (2014).

A superação desse modelo opressor pela apropriação da terra reforça o protagonismo das comunidades na redefinição de suas condições de existência, destacando como a luta pela terra é também uma luta por dignidade e liberdade. Assim, se “ontem” o grupo social estava preso a um modelo de produção e de vida opressor, o presente da “liberdade de ser o dono do próprio trabalho” assegura melhores condições para a construção da vida.

Na safra de 2023, o arroz agroecológico produzido pela comunidade havia sido negociado pela associação de moradores com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil, para a produção de cestas básicas destinadas às famílias carentes.

Essa informação é constantemente marcada nas narrativas dos ribeirinhos da Resina. Dado que no passado, antes do processo de organização social da comunidade, eram eles que dependiam da política pública de distribuição de cestas básicas para se alimentar. Agora, no atual cenário, com a produção de arroz em alta as famílias associadas passaram a fornecer alimentos para compor as cestas básicas distribuídas pelo governo federal para famílias carentes.

No entanto, mesmo diante das diversas conquistas e organização social alcançada pelas famílias, os conflitos socioambientais continuam presentes na Resina, a

exemplo da salinização do Delta do São Francisco que provoca a fuga de espécies e diversos outros danos ambientais. Outra questão que vem preocupando os moradores apontando conflitos futuros é o interesse na Foz do São Francisco da empresa ExxonMobil, multinacional que explora petróleo e gás em todo o mundo e que já foi responsável por graves danos ambientais.



CAPÍTULO IV

4. As memórias e as mudanças ecológicas no Delta do São Francisco

"A principal ameaça ao futuro da humanidade compreende problemas antropogênicos, muitas vezes resultantes do desenvolvimento de nossas tecnologias. Essas ameaças revelam que nossa forma de agir e interpretar o mundo frequentemente se mostra incompatível com a preservação e a inter-relação entre Natureza e Cultura"
(Nick Bostrom, 2013)

Ao propor um monitoramento das mudanças socioambientais através de registros etnográficos, embasados pelas memórias ecológicas no Delta do São Francisco, dividimos a presente análise em duas perspectivas de observação:

- a) a primeira, na ótica dos humanos, apresentada como **Deslocados Ambientais** foi elaborada a partir do cruzamento das narrativas das memórias, percepções e experiências dos ribeirinhos das comunidades – Potengy, Pixaim, Saramém e Resina – que coabitam o Delta e a Foz do São Francisco. Nesta reflexão analítica a observação está centrada nas conexões entre os impactos das decisões sociais-econômicas-políticas do passado, diante da dinâmica do cotidiano (presente); e, em seus reflexos nas estratégias da construção da vida e perspectivas para o futuro;
- b) a segunda, ao tomamos a compreensão das teorias do ator-rede, de Bruno Latour; e, do agenciamento, Gilles Deleuze e Félix Guattari; e, ao denominarmos a sessão analítica como: **Os tempos das águas doces são diferentes dos tempos das águas salgadas**, fazemos um exercício descritivo-interpretativo a partir de imagens, no qual invertemos a ótica de observação para colocar as coisas não-humanas em primeiro plano. Sendo aqui o Delta do Rio São Francisco – suas águas, dinâmicas e ecossistemas – o principal agente de interação da condução da vida; sujeito este que nesta perspectiva ignora e abandona a categoria de “recurso” explorado pelos humanos para atuar de forma direta; participando, moldando e influenciando

acontecimentos – inclusive os que interferem nas práticas e relações sociais humanas;

No entanto, apesar das duas análises estarem interligadas, não sendo possível muitas vezes dissociar de forma direta uma da outra, para uma melhor compreensão sobre as reflexões diante das perspectivas humanas e não-humana as dividimos em duas sessões. Embora os discursos hora se aproximem, e, hora se distanciem, o certo é que quase sempre as duas narrativas se complementam; assim como já acontece no dia a dia, e, no decorrer da construção da vida.

4.1 Deslocados socioambientais

Durante a COP 29 [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (UNFCCC)], realizada em novembro de 2024, em Baku, capital do Azerbaijão, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou o relatório cujo título é **Sem Escapatória – na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamentos forçado**²⁸, documento que mostra que nos últimos 10 anos mais de 220 milhões de pessoas em todo o mundo precisaram deixar suas casas por conta dos “eventos climáticos extremos” (ACNUR, 2024).

Os “Deslocados do Clima”, os quais denominamos aqui como “deslocados socioambientais”, estão segundo os dados do relatório distribuídos por toda as partes do mundo – nos países subdesenvolvidos e nos do “primeiro mundo” – com, evidentemente, suas devidas diferenças diante dos impactos, consequências e acúmulo de riscos.

Diferenças essas que também devem ser consideradas a cada contexto, já que a posição dos sujeitos e dos grupos sociais em cada ambiente ou espaço, é o que refletirá na dimensão dos impactos climáticos, determinado o preço a ser pago em cada uma das tragédias socioambientais.

Ao apontar também a assustadora escalada nos últimos anos dos conflitos e tragédias ambientais, o relatório evidência ainda que a saída para contenção dos problemas do “clima” é acima de tudo política. Assim como, também ilustra que a cada ano os ecossistemas do planeta estão cada vez mais vulneráveis, ampliando o alcance dos

²⁸ O relatório encontra-se disponível no endereço eletrônico: <https://www.acnur.org/br/media/sem-escapatoria-na-linha-de-frente-das-mudancas-climaticas-conflitos-e-deslocamento-forcado>.

conflitos climáticos que passaram a afetar a cada dia mais localidades e pessoas no mundo.

É neste ponto que o debate sobre os eventos climáticos e os dados da ACNUR-ONU convergem, nas devidas proporções, com a presente pesquisa de monitoramento das mudanças socioambientais no Baixo São Francisco. Porém, se no levantamento do mencionado relatório a mensuração e a coleta dos dados dos impactos ambientais e as consequências foram feitas com metodologias quantitativa-qualitativa, o trabalho da pesquisa **Monitorando Mudanças Socioambientais: memórias ecológicas do Baixo São Francisco** faz uso do método de pesquisa qualitativa de cunho descritivo-interpretativo, com o propósito produzir uma compreensão e interpretação etnográfica.

Visando produzir uma compreensão etnográfica, fazemos uso dos dados informacionais, memórias e narrativas já descritas no segundo e terceiro capítulos. Destacando aqui, com mais precisão, apenas as análises, interpretações, e, as conexões que estão intrínsecas no monitoramento das mudanças socioambientais; as quais estão relacionadas com as quatro comunidades: Potengy, Pixaim, Saramém e Resina – que estão inseridas no campo de pesquisa.

De imediato é importante evidenciar que a história da humanidade sempre esteve atrelada aos deslocamentos dos humanos (Harari, 2015). Os seres humanos sempre interagiram com ambiente, e, desta forma, na elaboração da vida, precisaram se adaptar e alterar os diversos ecossistemas respondendo possibilidades e limitações ambientais (Moran, 2010). Isso implica na compreensão que ação humana vem em toda a sua passagem pela terra gerando e acumulando impactos nos diversos ambientes.

A pegadas dos humanos sobre a terra são reais, constantes e variadas. No entanto, o que nos interessa nesta análise é a dimensão destes impactos – se acontece em escala local, regional ou global; pois, só assim poderemos verificar a intensidade de todos esses efeitos no planeta.

Nesta compreensão, a ideia romântica de ambiente intocável, “paraíso natural” ou qualquer outra denominação neste sentido precisa ser reconfigurado. Assim, quando falamos sobre mudanças ou alterações ambientais no Delta do São Francisco, estamos tratando de um espaço geográfico que há séculos vem sendo impactado pelas ações humanas.

Desta forma, o monitoramento ao qual nos referimos é aquele que a memória – individual e coletiva – dos sujeitos que interagem com o ambiente consegue dar conta nas relações sociais, políticas, geográficas, econômicas e afetivas.

4.1.1 Memórias Migrantes

Quando passamos analisar a ocupação territorial do Delta e da Foz do São Francisco, conseguimos observar que se trata de uma população que já tem em sua identidade – mesmo não declarada ou consciente – a marca dos deslocados socioambientais.

Muitas das famílias dos povoados Potengy, Pixaim, Saramém e Resina, mesmo as que com o passar dos anos, foram formadas dentro do território e têm entre seus descendentes o histórico de origem da migração. Isto não representa nenhuma implicação (problema) diante das declarações e sentimento de pertencimento ao território que ocupam. Os ribeirinhos do Delta e da Foz do São Francisco são povos tradicionais declarados e reconhecidos.

Porém, esta compreensão de que ali estão grupos sociais “deslocados”, que em algum momento da história precisaram migrar de um território para o outro, explica muito sobre os contextos sociais-ambientais da atualidade. Entre outras razões, porque nos revela que se trata dos sujeitos que desde sempre foram desfavorecidos. Daqueles que nunca foram prioridades na construção social-política de desenvolvimento do país.

Quando recorremos a história, as evidências que temos são dos povos nativos dizimados pelos colonizadores que chegaram no “novo mundo” para dilapidar as riquezas das Américas. Os que restaram foram escravizados ou subjugados.

O interesse sempre foi econômico-financeiro, jamais em desenvolvimento autossustentado ou de preservação. As relações sociais eram de exploração, posse e escravização, jamais de respeito e valorização. Logo, o contexto do Nordeste do açúcar no Brasil das capitânicas hereditárias – das casas grandes e senzalas – não seria diferente. Este também foi o cenário no Baixo e Delta do São Francisco, formado por uma população de excluídos e necessitados que migrou, ao ser expulsa pela fome e a miséria, dos territórios do interior do país. Principalmente, no período das longas secas (1934-1926 e 1979-1984) no sertão de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco.

Na dissertação, **As “Areias Vivas” de Pixaim: a comunidade das dunas da Foz do São Francisco** (2003), a pesquisadora Madalena Zambí, abre o trabalho com o

relato de Antônia Rosa da Conceição, uma das primeiras moradoras do povoado Pixaim que conta que chegou para viver nas dunas com os seis filhos após migrar de Flexeiras, município da região norte de Alagoas, em busca de uma vida melhor. Antônia Rosa, faz um relato explícito da miséria e da coragem de quem sem alternativa teve a iniciativa de enfrentar, com seis crianças, uma longa jornada de dias e a pé do interior do estado ao litoral.

Muitos outros relatos desta migração forçada em busca de trabalho, oportunidades e dias melhores são resgatados pelas memórias dos ribeirinhos que coabitam o Delta do São Francisco.

As narrativas individuais sobre como aconteceu o povoamento se cruzam a todo tempo reestruturando uma história coletiva:

Pixaim começou por conta da plantação de arroz. Antes só tinha areia e cajueiro. Daí quando começou o arroz o povo foi chegando. Vinha gente de longe. A família toda... mulher e menino. Chegavam, fala com o homem que tomava conta e ele mandava pra cá pra dunas. Cada família fazia seu barraco pra morar e daí ia ficando porque aqui tinha trabalho e comida. (Dié Calisto, Povoado Pixaim, 14 de abril de 2017]

“Antes de ir morar no Cabeço vivi no Pixaim. No dia que chegamos lá, chegou a minha e outras famílias. Não gostava de lá porque era muito parado Só tinha trabalho. Foi aí que minha mãe se casou com um homem que vivia no Cabeço e nos mudamos pra lá. Lá era bom porque era mais animado” (Maria de Fátima (Fazinha), Povoado Saramém, 20 de maio 2023)

“Quando eu era criança morava em Tapera, em Igreja Nova. Daí foi quando meu pai deixou a minha mãe e a gente foi pro Pixaim plantar arroz. Minha mãe trabalhou muito e eu com seis anos ajudava a ela na lagoa. A gente passou muita fome. Depois, a gente saiu se mudando. Moramos na fazenda Mutuca, em Brejo Grande; Ilhas das Flores até chegar aqui na Resina, de onde não saí mais. Sou raiz daqui! Derramamos muito suor e lágrima!” (Marília dos Santos, Povoado Resina, 4 de outubro de 2024)

“Vinham famílias inteiras: homem, mulher e menino porque aqui tinha trabalho e comida. Naquele tempo de água doce era fartura com todo mundo dentro d'água trabalhando. Chegava era carrada de gente nos caminhões com as trouxas na cabeça. Tudo sofrido de fome lá do sertão. Daí arrumavam um canto e faziam o barraquinho. No outro dia tavam tudo dentro das lagoas plantando arroz. Plantavam e depois colhiam quando já era São João. E quando não tinham o arroz, tinham o peixe e o camarão, o que caçar e comer. Era outro tempo” (João Lapada, morador de Pixaim, 19 de agosto de 2017)

Observe-se que as quatro narrativas apresentadas articulam as categorias de Memória e Migração evidenciando como os deslocamentos de famílias e comunidades estão intrinsecamente ligados às dinâmicas do trabalho e à busca por subsistência em territórios marcados pela exploração agrícola. Pixaim, Cabeço e Resina aparecem como

espaços moldados por migrações forçadas e voluntárias, onde a chegada de trabalhadores foi motivada pela promessa de trabalho, comida e uma vida melhor. Esses processos, porém, também carregam marcas de sofrimento, exploração e resistência, reveladas nas memórias de seus habitantes.

A chegada ao Pixaim é frequentemente narrada como um movimento coletivo, com famílias inteiras migrando em busca de oportunidades. Como descreve João Lapada, “vinham famílias inteiras [...] tudo sofrido de fome lá do sertão”, em um fluxo migratório que reflete o deslocamento de populações do semiárido em direção às áreas de plantio de arroz.

Dié Calisto reforça essa ideia, ao destacar que Pixaim se formou a partir da chegada de trabalhadores atraídos pela possibilidade de sustento em uma paisagem anteriormente desabitada. Essas narrativas mostram como o território foi reconfigurado pela interação entre o trabalho agrícola e mobilidade social.

A migração, entretanto, não se limitou ao movimento inicial da busca ao sustento. O relato de Maria de Fátima destaca como as migrações internas entre povoados, como de Pixaim ao Cabeço, também foram motivadas por dinâmicas familiares e pela busca de melhores condições de vida.

Por outro lado, a fala de Marília dos Santos revela o caráter fragmentado da migração, com famílias transitando entre diferentes localidades até encontrarem um lugar para fixação. O sofrimento e o esforço coletivo estão presentes em todas as narrativas, simbolizando as lutas vividas por essas comunidades na busca por sobrevivência e pertencimento.

Os relatos também carregam uma memória coletiva de resistência e reconstrução, como observado em Marília, que afirma: “Sou raiz daqui! Derramamos muito suor e lágrima!”. Essa memória ressignifica os deslocamentos forçados, transformando o sofrimento em um componente identitário.

As migrações, embora originadas pela precariedade e pela fome, resultaram na formação de comunidades e na criação de laços territoriais profundos, marcados por práticas culturais e pela memória compartilhada de luta e sobrevivência.

Assim, os depoimentos evidenciam que memória e migração não são apenas categorias de análise, mas elementos centrais na compreensão de como os deslocamentos reconfiguraram o território e moldaram as identidades locais. A interação entre as dificuldades enfrentadas e as experiências de resistência e fixação, mostra como essas

comunidades transformaram seus deslocamentos em narrativas de pertencimento e resiliência.

Diante dos relatos, é possível compreender também que os “deslocados” que povoaram o Baixo São Francisco tiveram sua condição de migração forçada pelas questões socioambientais. Muitos chegaram à região fugindo das condições climáticas – seca – e dos problemas sociais atrelados – a exemplo da miséria, da exploração do trabalho, da ausência de moradia e condições de saúde precária.

Assim, esses deslocados socioambientais já chegaram neste “novo” território precarizados, e, neste permaneceram por muito tempo da mesma forma, sem estrutura e assistência das instituições públicas.

A precarização dos deslocados socioambientais reflete no cotidiano da vida prática – social, política, econômica, ambiental e afetiva. Se a eles faltam moradia digna, saneamento, acesso a saúde, educação e até mesmo a água de qualidade é porque diante de uma leitura da ótica da necropolítica os grupos sociais que ali estão não são prioritários para as políticas públicas (Mbembe, 2016). Foram eles, neste sistema entre privilegiados e desprivilegiados, os sujeitos elegíveis para viver com as “sobras”.

Esses contrassensos estão expressos quando as políticas de geração de energia elétrica e água priorizam o “recurso natural” para o desenvolvimento das cidades, indústrias e de quem vai pagar mais pela água. Mas condenam comunidades inteiras a conviver com trechos do rio com as águas salinizadas e contaminadas, comprometendo a vida das espécies, as atividades econômicas, as práticas sociais e culturais; promovendo inclusive novas migrações de quem precisou deixar novamente mais um território para construir a vida em outros locais. Construção essa que promovida pela migração forçada será mais uma vez precarizada.

Quando a rizicultura findou no Baixo São Francisco uma nova onda migratória forçada foi potencializada. Desta vez, de dentro para fora, com muitas famílias deixando o território ampliando a lacuna entre pobres e ricos. Primeiro foram os homens, depois os mais jovens, em seguida as mulheres e os filhos. Ficaram os velhos e os poucos que encontraram alternativas – muitas precarizadas – para se manter no Delta do São Francisco:

Se você for procurar tem gente daqui do Pixaim em tudo que é lugar. Em Aracaju, Maceió, São Paulo, Rio de Janeiro e até Minas Gerais. Família da gente e conhecido. O povo foi embora em busca de trabalho. Eu não fui porque aqui eu tenho a minha casa e o chão pra morar. O resto, Deus nos dá (Nêgo Calisto, morador de Pixaim, 14 de agosto de 2017)

Neste ponto é interessante observar que o relato de Nêgo Calisto evidencia a dimensão da migração como um processo estrutural dentro da história das comunidades ribeirinha. A fala aponta para um fenômeno recorrente em territórios marcados pela precariedade econômica e pela degradação ambiental: o deslocamento forçado de populações em busca de melhores condições de vida.

Entretanto, a experiência migratória não é homogênea, pois enquanto muitos deixaram a região em busca de trabalho em centros urbanos como Aracaju, Maceió, São Paulo e Rio de Janeiro, outros, como Nêgo, optaram por permanecer, ancorados na ideia de pertencimento territorial.

A migração, nesse contexto, pode ser analisada sob a perspectiva de reconhece o deslocamento como um fenômeno dinâmico e relacional. Como evidência Tim Ingold (2011) os territórios ao tempo que são espaços fixos, são socialmente dinâmicos podendo ser constantemente recriados pela circulação de pessoas e suas memórias.

Assim, a fala de Nêgo reforça a existência de redes sociais que transcendem as fronteiras do povoado Pixaim, criando laços entre aqueles que partiram e os que ficaram. A dispersão das famílias evidencia uma territorialidade fragmentada, na qual o pertencimento não está apenas no espaço físico, da mesma forma que nas conexões sociais mantidas entre aqueles que deixaram a região e aqueles que permaneceram.

A decisão de ficar, expressa na fala “eu não fui porque aqui eu tenho a minha casa e o chão pra morar”, revela uma dimensão importante da relação entre território e identidade. Pois como destaca Milton Santos (2001), o território não é apenas um espaço geográfico, mas um campo de experiências e significados que estruturam a vida dos sujeitos. A casa e a terra simbolizam mais do que propriedades materiais; são elementos de enraizamento e resistência diante da pressão migratória e da precarização das condições de vida.

Além disso, a referência ao trabalho como fator determinante da migração aponta para a economia da necessidade que rege o deslocamento das populações rurais. Como analisado por Emílio Moran (2010), as populações camponesas e ribeirinhas frequentemente precisam lidar com mudanças no ambiente econômico e ecológico que impactam sua capacidade de subsistência. A falta de oportunidades na agricultura e a degradação do ecossistema empurram os indivíduos para as cidades, onde esperam encontrar melhores condições de vida.

Por fim, a frase “o resto, Deus nos dá” sugere uma relação com o território que transcende a lógica produtivista e insere um elemento de espiritualidade e resignação. Esse aspecto pode ser compreendido onde a permanência em um lugar está ligada a narrativas compartilhadas que conferem significado à vida cotidiana.

O apego ao território, portanto, não é apenas material (físico), ele é além de tudo simbólico e afetivo, estruturando uma visão de mundo em que a migração é uma possibilidade, mas não uma necessidade absoluta para todos.

Dessa forma, a fala de Nêgo Calisto sintetiza a dualidade presente nas dinâmicas migratórias dos povoados ribeirinhos. Enquanto a saída é motivada por dificuldades materiais e pela busca de trabalho, a permanência é ancorada em laços territoriais e na continuidade de uma memória coletiva que dá sentido à existência.

O território, nesse contexto, não é apenas um local de moradia, mas um espaço carregado de história, resistência e pertencimento, configurando-se como um elo fundamental entre identidade e mobilidade.

Portanto, se a saída forçada dos pequenos núcleos familiares já provoca transtornos sociais e afetivos; a expulsão de uma comunidade inteira do seu território é sempre mais traumática.

Foi assim no caso do povoado Cabeço que tomado pelas águas do oceano “isentou” as ações humanas da responsabilidade pela tragédia. Todos atribuem o problema a construção das barragens da hidrelétrica e a contenção das águas do Rio São Francisco; mas nesta discussão a interferência humana é relativizada delegando muitas vezes a interpretação a um “fenômeno natural” ao qual rio é responsabilizado por perder a força e não mais conseguir segurar o mar.

E está forma de pensar não se trata de uma limitação dos ribeirinhos ou de quem por lá circula. Se observarmos é uma interpretação narrativa que segue a mesma lógica do aquecimento global, do efeito estufa, das ondas de calor, das trágicas enchentes e queimadas, das elevações dos oceanos; ou qualquer outra tragédia ecológica – inclusive, de todas aqui relatadas e muitas outras que estão em curso no mundo.

4.1.2 Zona de Interesse

Outro ponto que cabe a atenção em nossa análise é a eficiência das instituições públicas quando os territórios as interessam. Sabemos que as instituições são constituídas

por sujeitos que – conscientes ou inconscientes – tendem “defender” os interesses dos grupos sociais aos quais fazem parte.

Isso acontece porque as ideias e pensamentos são moldadas por essas instituições que estabelecem como os indivíduos devem perceber e interpretar o mundo. (Douglas, 1998). E se as instituições funcionam como filtros orientando como as informações devem ser aceitas ou rejeitas, são elas que estabelecem a base cognitiva de interpretação, que legitimam dentro de cada contexto o que é o “certo” e o que é o “errado”; quem está dentro ou fora da lei.

Assim, estabelecer que determinado sujeito ou grupo social está em desacordo com as regras pode em muitos casos depender apenas da ótica interpretativa. Ainda mais quando no jogo de poder as instituições são usadas para reforçar hierarquias assegurando privilégios para determinados grupos em detrimento de outros. A grande questão é quem são esses outros. Ou melhor, o que pode fazer o grupo social que não está entre os elegidos, ou seja, os desprivilegiados.

Quando a Área de Preservação Ambiental (APA) de Piaçabuçu foi instituída nos anos 1990 a comunidade de Pixaim foi “percebida”. O povoado que passou anos transitando pelas dunas sem estrutura de tratamento de água, esgotamento sanitário e assistência estatal (governos federal, estadual e municipal) e que até poucos meses atrás nem energia elétrica tinha; foi visto e convidado a se retirar pelo bem maior da preservação ambiental:

“Eu lembro como hoje no dia que o Ibama chegou na minha casa. Foram três pessoas em um carro. Pararam aí na frente e conversa vai e conversa vem. Disseram que a gente não podia tirar mais nem um pau da mata. Que ia ficar difícil pra gente ficar aqui porque agora era APA. Que ia aumentar a fiscalização e quem fosse pego podia até ser preso. Que o melhor era sair e quem saísse teria até casa na cidade. Eu fiquei calado. Não gostei. Escutei e só falei que eles não podiam tirar a gente daqui. Porque a gente nasceu e vive a vida toda aqui. Eles não gostaram. Entraram no carrão e foram embora”
(Aladin Calisto, 20 de agosto de 2017)

O relato de Aladin reflete não só as dinâmicas de poder e desigualdade que permeiam a implementação das políticas ambientais, mas também, evidencia o impacto das instituições públicas sobre comunidades tradicionalmente invisibilizadas.

Quando Mary Douglas (1998) argumenta que as instituições moldam a percepção da realidade, definindo o que é legítimo ou ilegítimo dentro de um determinado contexto social, podemos tomar o exemplo da implantação da Área de Preservação Ambiental (APA) de Piaçabuçu como ato de imposição para os moradores de Pixaim;

pois, o Estado redefiniu o território a partir de uma perspectiva institucional, ignorando as práticas e os laços culturais estabelecidos pelas comunidades ribeirinhas.

Neste ato, como explicam muitos ribeirinhos muitas práticas comuns ao cotidiano foram criminalizadas, a exemplo da coleta de madeira para construção das casas, a regulamentação da cata de caranguejo e até mesmo das atividades de pesca no rio.

Com isso, podemos perceber que o relato de Aladin denuncia um processo de uso assimétrico do poder estatal, em que a preservação ambiental é justificada em detrimento da permanência e dos direitos das populações tradicionais. Para Foucault (2014), isso exemplifica a relação entre poder e controle, na qual as instituições legitimam intervenções que reforçam hierarquias e excluem grupos já vulnerabilizados.

A ameaça de prisão e a oferta de moradia na cidade simbolizam a tentativa de deslocar essas comunidades, desarticulando seus modos de vida e suas relações simbólicas com o território.

Além disso, a narrativa destaca a marginalização histórica enfrentada pela comunidade de Pixaim. O reconhecimento tardio pelo Estado – apenas quando o território foi transformado em zona de interesse ambiental – demonstra como comunidades “periféricas” são desproporcionalmente impactadas por políticas ambientais que priorizam interesses econômicos e políticos, desconsiderando as especificidades locais.

A resistência de Aladin ao deslocamento é uma defesa de sua identidade e de sua relação com o território, que vai além da mera ocupação, integrando memórias e práticas comunitárias que moldam a vida em Pixaim.

Logo, sua narrativa evidencia a tensão entre a proteção ambiental e os direitos das comunidades locais, sugerindo que a implementação de políticas públicas deveria considerar não apenas a preservação da natureza, assim como a inclusão e o reconhecimento das populações que historicamente coabitam e manejam esses espaços.

O caso de Pixaim exemplifica como as instituições, ao ignorarem as vozes das comunidades tradicionais, reforçam desigualdades e perpetuam dinâmicas excludentes.

Pixaim resistiu sob muita pressão e conflitos. Foram anos complicados com o povoado monitorado de perto pelos agentes do estado que acompanhavam cada passo dos moradores. Neste embate constante o povoado continua se reconfigurando e buscando alternativas para se manter sobre as dunas da Foz do São Francisco.

Já do outro lado do rio, no povoado Resina, o embate foi mais duro porque o conflito pelo território não envolvia só o “Estado”. Mas sim, também o poder econômico

de proprietários de terra e grupos de investidores que perceberam o potencial turístico do lugar que ocupa um trecho privilegiado às margens do Rio São Francisco. Estabelecendo, assim, um confronto na forma de disputa desigual entre o Poder Capital (econômico) e Ribeirinhos desfavorecidos que viviam em situação análoga à escravidão.

Quando cruzamos as narrativas e memórias dos ribeirinhos do povoado Resina e a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a escravidão em tempos modernos, fica evidente que o grupo social estava no período da “Era de Ouro do Arroz” em condição análoga à escravidão. Aquela que se dissocia das práticas da escravidão histórica, mas que mantém a violência contra os menos favorecidos diante da caracterização da condição degradante do trabalho, da manutenção das jornadas de exaustivas que ameaçam e comprometem a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores; como também, pelo cerceamento da liberdade e manutenção da servidão:

“Lembro como fosse hoje que um vereador lá do Cabeço deu um motor pra gente colocar energia na Resina. Naquele dia foi uma alegria! Os homens improvisaram os postes, compraram fios, lâmpadas e óleo para motor. Quando o fazendeiro soube, mandou tirar tudo e voltamos de novo para o escuro. [...] Depois disso, o vereador deixou até de comprar os peixes e cocos da gente porque o patrão da fazenda ordenou (Marília dos Santos, Povoado Resina, 5 de outubro de 2023)

“[...] Na época dos fazendeiros a gente arrendava a terra e pagava de meia [a produção da lavoura era dividida entre o posseiro e o trabalhador]; daí entrava a família toda – homem, mulher e criança – que trabalhava muito sob sol e chuva e ainda saia devendo. Sem poder tirar nem um pilão de arroz para comer. [...] (Éneas Rosas, 5 de outubro de 2023)

“Vivemos muitos anos de humilhação. Até a parte do arroz que era da gente o fazendeiro não aceitava que a gente vendesse para fora. Ele queria ficar com o arroz pagamento menos. Meu marido batia o pé não aceitava (Marília dos Santos, Povoado Resina, 5 de outubro de 2023)

Os relatos ribeirinhos estão repletos de camadas e dimensões para interpretações diversas diante dos conflitos que estão envoltos os termos “preservação ambiental”. Por isso as falas de Marília dos Santos e Éneas Rosas contextualizam o histórico de dominação e exploração que por anos conviveram os moradores da Resina.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define trabalho análogo à escravidão como aquele que impõe condições degradantes, jornadas exaustivas e cerceamento da liberdade. Essa caracterização se reflete no relato de Éneas Rosas, que descreve um sistema de arrendamento que obrigava famílias inteiras a trabalhar sob condições precárias, sem garantia de sustento e com dívidas perpétuas.

Essa estrutura remete ao conceito de biopolítica, descrito por Foucault (2014), que analisa como mecanismos de controle disciplinam e regulam corpos e vidas, garantindo a manutenção de desigualdades e impedindo a emancipação dos trabalhadores.

O depoimento de Marília dos Santos sobre a retirada da energia elétrica pela ordem do fazendeiro revela como o poder político-econômico foi historicamente exercido para manter o domínio sobre os trabalhadores. A negação do acesso à eletricidade não era apenas um obstáculo técnico, mas um mecanismo de controle, reafirmando a dependência da comunidade em relação aos donos da terra.

Segundo Douglas (1998), as instituições estabelecem filtros que determinam o que pode ou não ser legitimado, e nesse caso, a permanência dos ribeirinhos no escuro simboliza o limite imposto ao seu desenvolvimento e autonomia.

A impossibilidade de comercializar a própria produção, como relatado por Marília, reforça também o que Achille Mbembe (2019) conceitua como necropolítica – um sistema onde o poder não apenas disciplina os corpos, mas decide quais vidas têm valor e quais podem ser descartadas ou submetidas à exploração extrema.

O fazendeiro, ao impedir que os trabalhadores negociassem seu próprio arroz, controlava não apenas o território, mas também a liberdade e sobrevivência econômica da comunidade. Essa prática evidencia como a exploração não se restringia ao trabalho físico, mas também ao cerceamento de oportunidades, transformando a produção agrícola em um instrumento de dependência e submissão.

No caso de Resina, a terra era não apenas um meio de produção, mas um local de resistência e identidade cultural dos ribeirinhos. O conflito pelo território não envolvia apenas o Estado e a legislação ambiental, como no caso de Pixaim, mas também o capitalismo predatório, que transformava o espaço em uma mercadoria a ser explorada por fazendeiros e investidores.

Dessa forma, os relatos analisados evidenciam que a luta dos ribeirinhos não era apenas pela terra, mas pela redefinição de suas condições de existência e autonomia. A história de Resina mostra a necessidade de um olhar mais crítico sobre as desigualdades estruturais que perpetuam relações de exploração e exclusão, reforçando, inclusive, a importância da reflexão antropológica para a compreensão das interações entre sujeitos, território, trabalho e poder.

Todas essas práticas descritas e que fazem parte das memórias ribeirinhas só foram extintas após a reorganização social do grupo, que alcançou – a partir do auxílio da instituição Cáritas Brasil – instrumentos para confrontar a violência dos opressores.

Pois, quando as famílias passaram a refletir sobre suas origens, posicionamento no mundo, violências e injustiças sofridas, elas fizeram uma mudança na base cognitiva que readequou a forma de interpretar o mundo.

A reflexão social, política e coletiva as levou a se declararem povos tradicionais – ribeirinhos, pescadores, agricultores e quilombolas – ampliando assim a leitura de contextos sobre o que deveria ser relevante na visão individual e coletiva, o que contribuiu para reestrutura comportamentos, ações e práticas.

Quando nos deparamos com as narrativas da ribeirinha Marília dos Santos, percebemos que em toda em sua trajetória ela nunca deixou de ser combativa na defesa da sua família. Ela sempre esteve, desde criança, engajada com o trabalho no campo – em atividades que exigiam muita força e determinação, mesmo que o retorno fosse apenas assegurar a própria sobrevivência.

Portanto, quando ela ampliou sua base cognitiva de leitura de mundo e contextos, ocupar outros espaços para garantir os direitos que por toda a vida lhe foi negado, surgiu como uma excelente alternativa para tentar mudar o contexto que se encontrava. Mesmo que o trajeto tenha apresentado inúmeros sacrifícios e muitas incertezas:

“Quando o padre Isaías chegou aqui no Baixo São Francisco ele começou a andar e ver o sofrimento do povo. Foi ele que nos apresentou a lei. Os direitos que tínhamos e não sabíamos. Foi tempo de muita perseguição. A gente juntou o povo e andou. Eu levei meus filhos comigo para eles aprenderem de pequenos. [...] Levamos pedradas, fomos chamados de ladrão de terra, sofremos ameaças. Mas aprendemos a lutar pelos nossos direitos. Tivemos coragem de dragão. Naquele tempo eu tinha garra, tinha força! E ainda tenho! Viajava para Aracaju em busca de ajuda. Entrava nos prédios grandes e até de elevador eu andei. Entrava nas reuniões, sentava nas salas com ar-condicionado gelado morrendo de frio; mas ficava lá porque eu queria ouvir o que tinham a dizer que interessa pra gente. [...] Meu marido disse que só morreria depois de ver o estado aqui dentro. Só depois que ele morreu foi que o documento da posse da terra chegou. Guerreamos muito, mas ganhamos! (Marília dos Santos, Povoado Resina, 5 de outubro de 2023)

O que Marília dos Santos descreve é um processo de tomada de consciência coletiva em que a comunidade ribeirinha passou a compreender suas condições de vida e a reivindicar seus direitos. Essa trajetória, marcada por lutas, ameaças e transformações sociais, reflete está vinculada ao processo de memória – individual e coletiva. Pois não se trata apenas da experiência individual de Marília, mas sim de uma construção compartilhada por um grupo que, ao longo do tempo, ressignificou sua identidade e posição no mundo.

A presença do padre Isaías como agente de mudança remete ao papel das instituições na formação da consciência social. Segundo Mary Douglas (1998), as instituições moldam a forma como as pessoas percebem o mundo e determinam o que é considerado legítimo ou ilegítimo. A partir da intervenção do Cáritas Brasil e do padre Isaías a comunidade pode perceber que a opressão sofrida por anos não era “normal”, ou seja, não era uma prática legítima. Podendo assim ser contestada e modificada.

O contato com Cáritas Brasil e o acesso ao conhecimento sobre leis e direitos funcionaram como um gatilho para a reorganização da luta coletiva no povoado Resina.

Em sua fala Marília conta ainda sobre a resistência à violência e perseguições, o que nos remete às interpretações necropolítica, de Achille Mbembe (2019), que descreve como determinados grupos são historicamente marginalizados e colocados em situações de extrema vulnerabilidade.

Ao serem tratados como "ladrões de terra" e sofrerem agressões, os ribeirinhos enfrentaram não apenas a repressão do Estado e do poder econômico, mas também a violência simbólica e física que buscava deslegitimar sua presença no território. Colocando outros grupos sociais também desfavorecidos, e, menos esclarecidos, como agentes repressores a serviço do grupo dominante.

A obtenção do documento da posse da terra, somente após a morte do marido de Marília, revela como o direito ao território para comunidades tradicionais é um processo demorado e muitas vezes negado até os últimos momentos. Esse cenário reforça a desigualdade estrutural, na qual apenas por meio da mobilização coletiva os grupos excluídos conseguem acessar políticas públicas e garantias jurídicas.

Além disso, sua experiência de adaptação a espaços institucionais, como reuniões em prédios administrativos e o uso de elevadores, exemplifica o que Bourdieu (1989) chama de deslocamento entre campos sociais. Marília, ao entrar em ambientes formais e burocráticos, desafia a lógica da exclusão social e se apropria de espaços tradicionalmente negados aos ribeirinhos.

Sua resistência e determinação ressignificam a luta por direitos, demonstrando que o conhecimento sobre leis e políticas públicas pode ser um instrumento de transformação real.

Aqui também é importante destacar que memória individual da ribeirinha Marília dos Santos dialoga com as narrativas de muitos outros moradores da Resina, que das poucas vezes que deixaram o território no Delta do São Francisco foi para lutar pela sua conquista.

Como ela muitos outros entendem que foram tomados por uma força de consciência coletiva que contribuiu para superar os embates do conflito. Quando eles relatam as viagens para outras cidades, e, principalmente, a capital Aracaju, os ribeirinhos falam de espaços que destoam de suas vidas e práticas cotidianas. Mas que eles entendiam como necessário porque como conta Marília o interesse do grupo era “ver o Estado aqui dentro”.

Ou seja, fazer com que com as instituições públicas os vissem e os reconhecessem como cidadãos, sujeitos detentores de direitos como expressa a Constituição Federal que declara que todos são iguais perante a lei e que o Estado brasileiro deve zelar pelo direito a vida, a segurança, a liberdade e a igualdade (BRASIL, 1988, art. 5º, caput).

O território da Resina sempre foi um espaço de disputa e novos conflitos socioambientais devem surgir nos próximos anos envolvendo não só a comunidade, mas todo o Baixo e Delta do São Francisco. A preocupação atual dos ribeirinhos está diante da zona de interesse da multinacional ExxonMobil que já realizou alguns estudos para exploração de gás e petróleo na região, podendo comprometer ainda mais o equilíbrio do ecossistema do Delta do São Francisco:

“A Petrobras já faz algumas explorações na região há muitos anos. Recentemente descobriram um poço grande. Falam em 11 pontos de exploração e isso preocupa muito a gente porque sabemos dos riscos para o ambiente. Estão a 30 km daqui e isso é o mesmo que está no batente da nossa porta podendo gerar muitos problemas. Já tentaram cooptar a nossa comunidade. Queriam oferecer cursos para a gente lidar com o óleo em casos de acidente. Nós não aceitamos, mas tem comunidades pesqueira que estão ignorando os riscos e aceitaram” (Éneas Rosas, 5 de outubro de 2023)

Os embates socioambientais são processos que nunca terminam e exigem atenção constante dos povos tradicionais. É o que expõe um dos depoimentos do presidente da Associação Comunitária da Resina, Éneas Rosas, quando evidencia os interesses das grandes corporações nos “recurso” naturais do delta do São Francisco.

Essa tensão reflete a disputa entre o interesse econômico de exploração de recursos naturais e a luta das comunidades ribeirinhas pela preservação do território e de seus modos de vida tradicionais. Esse embate pode ser analisado sob diferentes perspectivas antropológicas, considerando as relações de poder, a colonialidade e os impactos ambientais que recaem sobre grupos historicamente marginalizados.

A preocupação dos ribeirinhos com os impactos da exploração petrolífera está alinhada ao conceito de racismo ambiental, que descreve como comunidades vulneráveis – geralmente negras, indígenas e ribeirinhas – são desproporcionalmente afetadas pela degradação ambiental e pelo deslocamento forçado devido a interesses econômicos.

O relato de Éneas expressa essa preocupação ao destacar que a atividade exploratória está “no batente da porta” da comunidade, o que evidencia o risco iminente à biodiversidade e à segurança hídrica do Delta – o que pode afetar vidas humanas e não humanas.

A recusa da comunidade em aceitar cursos para lidar com vazamentos de óleo revela a consciência coletiva sobre as estratégias corporativas de coerção e cooptação, que muitas vezes buscam legitimar a exploração ao oferecer compensações insuficientes.

Segundo Foucault (2014), o poder não se manifesta apenas pela repressão, mas também por meio de mecanismos de controle que orientam comportamentos e discursos. A oferta de capacitação para emergências ambientais demonstra uma tentativa de normalizar os riscos da atividade petrolífera e transferir a responsabilidade de possíveis desastres para as próprias comunidades atingidas.

A resistência ribeirinha também pode ser compreendida à luz do conceito de agenciamento, de Deleuze e Guattari (2011), que enfatiza que grupos marginalizados não são apenas vítimas das relações de poder, mas atores que mobilizam estratégias para resistir e redefinir suas realidades.

Ao rejeitar a cooptação, a comunidade reafirma sua autonomia e fortalece a luta pela proteção do território. No entanto, a divisão entre aqueles que rejeitam e aqueles que aceitam os benefícios oferecidos pelas petrolíferas, ilustra como o capital exerce seu domínio ao fragmentar resistências e criar assimetrias dentro dos próprios grupos atingidos.

Além disso, o contexto apresentado se insere no debate sobre a colonialidade do poder, conforme argumentado por Quijano (2005), que analisa como as estruturas coloniais continuam operando por meio da subjugação de comunidades tradicionais e da apropriação de seus territórios em nome do desenvolvimento econômico.

O interesse de exploração de petróleo no Delta do São Francisco representa a perpetuação dessa lógica, sob a qual as grandes corporações, em aliança com o Estado, determinam o destino dos territórios sem consulta adequada às populações locais. Tanto que Éneas reforça a necessidade de uma abordagem política e jurídica que reconheça a

importância das comunidades ribeirinhas como guardiã do ecossistema e agentes ativos na luta pela justiça ambiental.

A crescente presença de multinacionais na região demonstra que os conflitos territoriais no Baixo São Francisco não são apenas sobre acesso à terra, mas, também, sobre soberania, sustentabilidade e sobrevivência natural e cultural. O enfrentamento dessa nova ameaça exige articulação política e estratégias de resistência para evitar a repetição dos processos históricos de exploração, exclusão e degradação.

Neste cenário, a preocupação de Éneas Rosa, é que assim como ocorreu com a instalação das hidrelétricas no Rio São Francisco, de forma imposta pelos interesses econômicos sem mensurar os danos socioambientais afetando ecossistemas e comunidades, aconteça o mesmo com a exploração das jazidas de petróleo. Assim, para evitar futuras degradações, as famílias da Resina buscam com lideranças de outras comunidades ribeirinhas, pesqueiras e quilombolas acompanhar o processo do projeto que está, declaradamente, “adormecido”:

“Disseram que desistiram [de explorar petróleo na Foz do São Francisco]. Mas fala isso pra gente se aquietar. Depois surgem com os passos dados” (Éneas Rosas, 5 de outubro de 2023)

A desconfiança sobre as pautas políticas-ambientais é um sentimento latente entre os ribeirinhos. Esse ceticismo coletivo, compartilhado entre ribeirinhos, quilombolas e pescadores, reflete a experiência histórica dessas comunidades com processos de desenvolvimento econômico que, reiteradamente, ocorreram sem consulta ou consideração pelos impactos socioambientais.

A fala de Éneas Rosa remete a uma memória coletiva de promessas feitas e descumpridas por agentes estatais e corporativos, que frequentemente camuflam interesses políticos e econômicos sob o discurso de progresso e desenvolvimento.

Para os ribeirinhos do delta do São Francisco a história da construção das hidrelétricas no rio serve como um marco traumático que fundamenta a resistência. Assim, a experiência do passado molda a forma como a comunidade interpreta as ações do presente, levando-a a questionar as narrativas oficiais sobre a paralisação do projeto de exploração de petróleo.

A desconfiança manifestada por Éneas ganha sentido porque a menção da exploração de petróleo na região, mesmo “adormecida”, segue um padrão recorrente de projetos que, inicialmente, são apresentados como benéficos para a população, mas que,

na prática, favorecem apenas aos interesses dos grupos dominantes, deixando para as comunidades locais os impactos negativos, como poluição, êxodo forçado e degradação ambiental.

Outro aspecto importante da fala de Éneas é a menção a uma estratégia de silenciamento e distração. Segundo Mbembe (2019), na lógica da necropolítica, certos grupos sociais são constantemente colocados em situação de vulnerabilidade e incerteza, enquanto decisões sobre seus territórios são tomadas sem sua participação.

Assim, a afirmação de que “disseram que desistiram” para que a população “se aquiete” evidencia uma forma de controle que busca desmobilizar a resistência local, permitindo que os projetos avancem sem oposição organizada.

Além disso, a fala de Éneas evidencia um agenciamento coletivo (Deleuze; Guattari, 2011), no qual a comunidade ribeirinha não é apenas vítima da possível exploração, mas também um ator ativo na resistência. O engajamento dessas populações em acompanhar o projeto, em aliança com quilombolas e pescadores, demonstra uma mobilização que rompe com a passividade imposta pelos discursos oficiais e reforça sua autonomia na luta pelo território.

A desconfiança expressa por Éneas não é infundada, mas um reflexo de um passado de desapropriações, invisibilizações e exploração de recursos sem o devido reconhecimento dos direitos das populações tradicionais. O cenário revela um conflito permanente entre território, interesses econômicos e identidade cultural.

É evidente que a memória de todas as consequências das intervenções humanas no Rio São Francisco estão muito presentes na vida dos ribeirinhos que monitoram, ao longo da construção da vida cotidiana, as alterações ecológicas que vem ocorrendo no trecho do Delta e da Foz do São Francisco.

E, muito embora esse monitoramento seja empírico, diante de um contexto de ótica decolonial, este valida até muito mais os dados do que uma abordagem científica (seja de análise geológica, química, física, biológica ou matemática) porque trata-se de uma avaliação da vida experienciada; das memórias e relatos de quem vê, percebe e sente as alterações no cotidiano com dimensões e interpretações distintas.

Como é o caso das quatro comunidades – Potengy, Pixaim, Saramém e Resina, que mesmo estando no “mesmo espaço geográfico” do Delta do São Francisco experimentam transtornos e complicações – semelhantes e distintas, porque cada território apresenta suas diferenças e peculiaridades, assim como, variadas óticas de percepção e experimentação do mundo.

4.2 Os tempos das águas doces são diferentes dos tempos das águas salgadas

Assim como os humanos dispõem de suas memórias ecológicas, os não-humanos também dispõem de seus mecanismos de lembranças e marcações que monitoram os cenários e contextos dos ecossistemas. Portanto, neste exercício no qual reposicionamos a ótica de observação destas memórias ambientais, colocamos as “coisas da natureza” em primeiro plano e centralizamos a leitura de percepção no Delta do Rio São Francisco.

Para isso, diante das inúmeras possibilidades de abordagens teóricas possíveis, recorreremos a compreensão das teorias do agenciamento (Deleuze; Gatatari, 2011); da teoria do ator-rede (Latour, 2009) e da teoria das linhas e movimentos (Ingold, 2011), com vistas a compreender e buscar explicar as percepções dos fenômenos, dinâmicas e fluxos envolvem acima de tudo as relações de aproximação e distanciamento entre o espaço temporal, que estão definidos como os tempos das águas doces e os tempos das águas salgadas.

Assim, quando falamos sobre o termo agenciamento propomos uma abordagem dentro da perspectiva da ecologia prática, que compreende que tudo estar interconectado em relações dinâmicas e contextuais; ao tempo que também entendemos que ao adotar esta linha de pensamento conseguimos romper os modelos fixos e hierárquicos estabelecidos pela ótica humana que tende a posicionar os seres humanos, quase sempre, em um patamar acima dos demais seres e coisas da natureza (Deleuze; Guattari, 2011).

Desta forma, assim como os humanos, os não-humanos estabelecem inúmeras redes de interações com atores diversos e independentes, podendo configurar construções de vidas individuais ou coletivas que dialogam diante das dinâmicas e fluxos constantes porque a vida e seus seres estão sempre em movimento, em transformação gerando eventos e estabelecendo ações (Ingold, 2011). Este é o caso do Delta do São Francisco, que independente das intervenções mantém em seu “estágio natural” suas dinâmicas e interações com a vida.

Porém, como já destacamos muitas vezes neste texto a compreensão de que a vida não acontece de forma isolada, e, que o Delta do São Francisco e as vidas que o coabitam fazem parte de uma rede emaranhada muito maior, que está conectada com as demais forças e fenômenos do planeta. Com vistas a dar suporte a este argumento, expomos neste exercício as influências e condução das variações climáticas global no ecossistema deste campo de pesquisa, que apresentou grandes variações durante a última

década por conta das interferências dos fenômenos El Niño e La Niña, sendo que o primeiro representa o Tempo das Águas Salgadas e o segundo o Tempo das Águas Doces.

Isso acontece porque o El Niño é caracterizado pelo aquecimento das águas superficiais do oceano Pacífico Equatorial central e oriental, resultando assim na redução dos ventos, no aumento das temperaturas do mar em até 3°C e na alteração na circulação atmosférica global, comprometendo as chuvas e as temperaturas.

Enquanto a La Niña é caracterizada pelo resfriamento das águas superficiais do oceano Pacífico Equatorial central e oriental que provocam efeitos opostos ao El Niño, a exemplo da intensificação dos ventos, da redução das temperaturas que comprometem o regime das chuvas gerando um volume maior da precipitação de água. Os impactos dos dois fenômenos de desequilíbrio atmosférico são sentidos de forma diferentes nos distintos partes do globo terrestre.

No Nordeste brasileiro o El Niño é sinônimo de períodos de estiagem e seca; enquanto a La Niña registra volume maiores de chuvas, que refletem condições diferentes nas dinâmicas do Rio São Francisco comprometendo evidentemente as vidas que coabitam o Delta e na Foz São Francisco.

Quando comecei a pesquisar na região em 2016 era época de influência do El Niño, entre 2014 e 2016, tendo seu auge em 2015. Neste período com a redução e até mesmo a ausência de água nos rios do Nordeste que abastecem o Rio São Francisco, somado a retenção de águas nos reservatórios das hidrelétricas para geração de energia, o cenário no Delta do São Francisco era desesperador com o assoreamento da calha do rio, a morte e fuga de espécies e a invasão intensa das águas do mar, mesmo situadas a quilômetros de distância no ecossistema que depende do equilíbrio entre a água doce e salgada.

Os efeitos do El Niño perduraram ainda até 2017 com uma dinâmica atípica, as águas do rio fluindo lentamente pelo Delta. O que não é uma característica do rio que tem como reconhecida característica a força das águas. Muitos pontos registraram assoreamento e outros trechos ficaram marcados pela lama, resultando na fuga de algumas espécies. Em muitos pontos do rio era possível atravessar todo o trecho a pé.

Com o ecossistema desequilibrados a vegetação amarelava, morria e várias dinâmicas necessárias para regeneração das vidas dos seres não-humanos ficaram comprometidas. Os problemas estavam visíveis por todos os lados, dentro dos canais do

delta, no curso principal, na água que espumava por conta da acunha salina e refletida no espaço geográfico, que sentiu a alteração com a fuga das variadas espécies.



Imagem 13 - Com a escassez de água no leito do rio a paisagem do Delta do São Francisco é modificada. Na imagem podemos observar pontos de assoreamento que reduzem os canais comprometendo a vida de inúmeras espécies que dependem do fluxo das águas doces. (Foto: Jonathan Lins, Povoado Potengy, Piaçabuçu, Alagoas, 2017)

A imagem (13) apresenta uma perspectiva aérea que revela a complexidade das dinâmicas ambientais do Delta do Rio São Francisco. Sob a ótica das teorias do agenciamento, conforme discutidas por Deleuze e Guattari (2011), e das linhas e movimentos de Ingold (2011), essa paisagem não é apenas um espaço físico, mas um campo de interações contínuas entre humanos, não-humanos e elementos ambientais.

A conformação do rio, com áreas visivelmente alagadas, reforça a noção de que o Delta é um território dinâmico, cuja forma e funcionalidade estão em constante transformação.

Os trechos de vegetação presentes na imagem indicam um ecossistema resiliente, mas também vulnerável às mudanças climáticas e às intervenções humanas.

A coloração da água e a distribuição dos manguezais e coqueirais evidenciam o impacto das variações de salinidade mencionadas no texto, particularmente em períodos de influência do El Niño, conforme descrito por Moran (2010).

Quando o avanço das águas salgadas altera o equilíbrio ecológico, a vegetação esparsa em algumas áreas reflete a dificuldade de regeneração, indicando o impacto dessas alterações no bioma local.

A perspectiva aérea, ao centralizar o rio e os espaços adjacentes, reforça a ideia de redes de interações, destacada por Latour (2009) na teoria ator-rede. A imagem posiciona o rio como um agente central que conecta os diversos elementos do ecossistema – fauna, flora e as comunidades humanas que dependem dele para subsistência.

As margens, marcadas por ocupação humana e vegetal, são espaços de encontro e conflito entre as forças naturais e as ações humanas, alinhando-se à ideia de que natureza e sociedade estão intrinsecamente conectadas.

Por fim, a imagem convida à reflexão sobre o tempo e o movimento, conforme discutido por Ingold (2011), onde o fluxo do rio simboliza as transições contínuas que moldam a vida no Delta.

A coexistência de áreas de degradação e regeneração é um lembrete visual das interdependências ecológicas que sustentam o equilíbrio ambiental. Assim, a imagem busca traduzir o Delta do São Francisco como um espaço vivo e interconectado, em que os impactos do antropoceno são registrados tanto na paisagem quanto nas memórias ecológicas.



Imagem 14 – Na Foz do São Francisco com as forças das águas “desequilibradas” o mar avança sobre o rio aumentando a salinidade nos trechos de água doce como é possível observar pela espuma branca. (Foto: Jonathan Lins, Foz do São Francisco, Alagoas, 2017)

A imagem (14) da Foz do Rio São Francisco apresenta um cenário visual que evidencia a relação dinâmica entre o rio e o mar, destacando os desequilíbrios ambientais causados por fatores climáticos e antrópicos.

A espuma branca na superfície da água indica a presença de salinidade em áreas antes caracterizadas por água doce, resultado de uma sobreposição de fenômenos naturais, como o El Niño, e intervenções humanas, como a construção das barragens e hidrelétricas, que alteraram o fluxo do rio.

Esse desequilíbrio se conecta à noção de redes de interações proposta por Latour (2009), na qual elementos naturais e humanos estão entrelaçados, gerando impactos visíveis no ecossistema.

A presença marcante da água salgada avançando sobre o território do rio reflete a ruptura no equilíbrio hidrológico, uma consequência direta das mudanças climáticas globais e da retenção de água em reservatórios para geração de energia elétrica.

Moran (2010) destaca que essas intervenções frequentemente resultam em degradação ambiental ao ignorar as interconexões dos ecossistemas. A redução do fluxo de água doce no São Francisco diminui a capacidade do rio de conter o avanço do mar, evidenciando um processo de vulnerabilidade do ambiente natural.

Deleuze e Guattari (2011), ao discutirem o conceito de agenciamento, destacam que os fluxos e movimentos dos elementos naturais, como água e sal, não são isolados, mas fazem parte de uma rede dinâmica de interações. O avanço do mar, como observado na imagem, é uma força que redefine o território e desafia as práticas tradicionais das populações locais, que dependem do equilíbrio entre a água doce e salgada para subsistência.

A perspectiva aérea da imagem reforça a ideia de movimento e transformação contínua, conforme anteriormente discutido por Ingold (2011), cujo argumento é de que os ambientes não são estáticos, mas estão em constante interação com os seres humanos e não-humanos.

O avanço do mar sobre o rio, evidenciado pela espuma e pela alteração da coloração da água, simboliza o impacto direto das mudanças climáticas no Nordeste brasileiro, especialmente durante períodos de estiagem associados ao El Niño. Essas alterações não apenas afetam a biodiversidade, mas também as práticas culturais e econômicas das comunidades que habitam a região.

A imagem é um testemunho visual das consequências do antropoceno, onde as ações humanas, somadas aos fenômenos naturais, têm reconfigurado ecossistemas

inteiros. A luta entre o rio e o mar reflete uma rede de interações em desequilíbrio, destacando a necessidade de abordagens mais integradas e sustentáveis para preservar a funcionalidade ecológica e a vida das comunidades que dependem do Delta do São Francisco.



Imagem 15 – Contrastes do desequilíbrio ecológico é marcado pela divisão de águas e lama no leito do Rio São Francisco, assim como pela morte da vegetação nas margens que não suportam o aumento da salinidade da água que resulta da invasão da cunha salina. (Foto: Jonathan Lins, Povoado Potengy, Piaçabuçu, Alagoas, 2017)

A imagem (15) focaliza um terço do leito do Rio São Francisco, retratando a coexistência de humanos e não-humanos em um ecossistema marcado pelo desequilíbrio ambiental. A presença do homem a cavalo e do pescador no barco, contrastando com a lama exposta e a vegetação morta nas margens, exemplifica a interação dinâmica entre práticas humanas e as alterações ecológicas no território.

Sob a ótica das teorias que exploram a interação entre humanos e não-humanos, como as propostas por Latour (2009) e Ingold (2011), a imagem revela um sistema interdependente em constante transformação.

Segundo a teoria ator-rede de Latour (2009), humanos e não-humanos participam igualmente das redes que constituem a realidade, interagindo em agências que configuram o ambiente.

Na imagem, o avanço da cunha salina e o assoreamento do rio são agentes que moldam as práticas humanas, como a pesca e a agricultura, enquanto o cavalo e o barco se tornam extensões das interações humanas com o ambiente degradado.

Ingold (2011), em sua abordagem sobre linhas e movimentos, argumenta que os seres vivos moldam e são moldados pela paisagem em que habitam. A lama no leito do rio e a vegetação morta indicam uma ruptura no fluxo natural do ecossistema, enquanto a presença humana reflete uma adaptação contínua às mudanças. A paisagem, nesse caso, é um espaço vivo que reflete o impacto das forças climáticas e antrópicas, como o El Niño e as barragens.

Deleuze e Guattari (2011) também contribuem com o conceito de agenciamento, destacando que humanos e não-humanos formam redes dinâmicas que transcendem as hierarquias tradicionais.

Na imagem, o cavalo e o pescador não estão apenas inseridos em um ambiente, mas fazem parte de um agenciamento que responde às transformações locais, como a ausência de água e a perda da biodiversidade.

A fotografia mostra um ambiente fragilizado. No entanto, os sinais visíveis de degradação – como a lama exposta e a vegetação morta – alertam para os limites da resiliência, indicando a necessidade de ações que reconheçam o papel central das interações entre humanos e não-humanos para a sustentabilidade do ecossistema.



Imagem 16 – Em tempos da água salgada é comum os ribeirinhos do Delta do São Francisco subirem o rio em busca de água doce para o consumo. No período mais difícil é preciso navegar horas para sair do trecho salinizado. (Foto: Jonathan Lins, Povoado Potengy, Piaçabuçu, Alagoas, 2017)

A imagem 16 retrata um momento de adaptação e resistência da comunidade ribeirinha diante dos desafios impostos pelo avanço da salinidade no Delta do Rio São Francisco. A figura de um rapaz carregando um galão de água, em contraste com os

barcos ancorados e o leito do rio exposto, simboliza a luta diária pela obtenção de água doce em um cenário de desequilíbrio ambiental. Essa realidade reflete a interação contínua entre humanos e não-humanos, na qual o acesso à água é mediado por dinâmicas ecológicas e sociais.

Na imagem, o rio, os barcos e a água doce carregada no galão são agentes que interagem com os habitantes locais. O desequilíbrio causado pela salinidade obriga os ribeirinhos a navegarem horas em busca de água potável, destacando a vulnerabilidade da comunidade frente às mudanças climáticas e às interferências humanas, como a construção de barragens que reduzem o fluxo do rio.

A presença do galão de água nas mãos da criança pode ser compreendida como um símbolo de adaptação cultural às condições adversas. Segundo Ingold (2011), o movimento e a interação moldam tanto o ambiente quanto os indivíduos que o habitam. Nesse contexto, a necessidade de buscar água em áreas mais distantes revela como a relação dos ribeirinhos com o território é continuamente reconfigurada pelas condições ambientais.

Deleuze e Guattari (2011) acrescentam que o conceito de agenciamento permite compreender como esses elementos se articulam de maneira dinâmica. A atividade de carregar água é uma resposta às forças naturais, como a ausência de água doce provocada pela cunha salina, mas também às decisões humanas que impactaram o fluxo do Rio São Francisco.

A fotografia revela também como a vida ribeirinha, mesmo em face de desafios extremos, continua se ajustando para manter práticas essenciais à sobrevivência. Esta denúncia os impactos das ações humanas, como a retenção de água para geração de energia, amplificam os efeitos das mudanças climáticas.

A busca por água doce, representada de forma tão emblemática na cena, reflete a desigualdade no acesso aos recursos naturais e reforça a necessidade de políticas que considerem a interdependência entre humanos e ecossistemas.

Nos anos seguintes entre 2017-2018 foi o período de transição do El Niño e a chegada da La Niña, que atuou de forma moderada, mas marcou presença entre os anos de 2020-2023. Já a partir de 2018 o cenário do Delta do São Francisco começou a mudar com a presença de um volume maior de água na calha do rio.

Muito embora as águas continuem represadas nas hidrelétricas, a sua liberação ocorre em um volume maior ajudando os ecossistemas a se recompor. Foi assim no Delta que já passou a apresentar uma outra dinâmica com as margens mais verdes, mais

água e força da correnteza na calha principal, a reestruturação e retomadas de fluxos que por muito tempo ficaram contidos.



Imagem 17 – Com um fluxo maior de água o rio desenvolve uma outra dinâmica melhorando as condições de vida para todas as espécies que dependem dos fluxos das águas doces. Na imagem é possível observar a recuperação da calha e da vegetação. (Foto: Rudney Melo, Delta do São Francisco, Povoado Resina, Sergipe, 2023)

A imagem (17) apresenta uma perspectiva aérea do Rio São Francisco, evidenciando o impacto positivo do aumento no fluxo de água na calha do rio.

Observa-se a recuperação tanto da vegetação nas margens quanto da largura do curso d'água, que demonstra uma reestruturação ecológica após períodos de crise hídrica e avanço da cunha salina. Essa transformação está intimamente conectada às dinâmicas entre humanos e não-humanos, como discutido por Latour (2009), Ingold (2011) e Deleuze e Guattari (2011).

No caso do Rio São Francisco, a liberação controlada de água pelas hidrelétricas desempenha o papel de um ator que, ao interagir com o rio e o ecossistema local, contribui para a regeneração da paisagem. Essa decisão humana cria condições favoráveis para que os processos naturais possam ocorrer, promovendo a recuperação da calha e da vegetação observada na imagem.

De acordo com Ingold (2011), os ambientes não são estáticos, mas moldados continuamente pelos fluxos e movimentos das interações vivas. Na imagem, a vegetação recuperada e o rio mais amplo simbolizam esse movimento constante, por meio do qual a natureza responde ao aumento do fluxo de água doce, permitindo o retorno de espécies e a reativação de processos ecológicos interrompidos pela seca e salinização.

O aumento do volume de água atua como um elemento catalisador que reorganiza as interações entre os diferentes agentes do ecossistema. Essa reorganização não apenas melhora as condições ambientais para os não-humanos, mas também beneficia as populações ribeirinhas que dependem do equilíbrio ecológico para sua subsistência.

A fotografia, com suas margens verdes e o fluxo contínuo de água, também reflete uma narrativa de resiliência ecológica. Aqui, a regeneração visível é uma demonstração de como o equilíbrio pode ser parcialmente restaurado quando o manejo dos recursos hídricos respeita as dinâmicas naturais.

Por fim, a fotografia simboliza a coexistência entre humanos e natureza em um cenário de recuperação, enfatizando a importância de práticas integradas e sustentáveis para preservar o Rio São Francisco e os modos de vida que dele dependem.

A regeneração da calha e da vegetação ilustra como as ações humanas podem, quando bem direcionadas, apoiar a restauração ecológica em um território vital para a biodiversidade e as comunidades ribeirinhas.



Imagem 18 – Vegetação típica do Delta do São Francisco, as aningas voltam a se recuperar no período das cheias protegendo as margens. (Foto: Waldson Costa, Delta do São Francisco, Brejo Grande, Sergipe, 2023)

A imagem 18 destaca a recuperação da vegetação típica do Delta do São Francisco, as aningas, que desempenham um papel fundamental na proteção das margens durante os períodos de cheia.

Essa regeneração demonstra a resiliência do ecossistema quando condições hídricas favoráveis são restauradas, destacando a interdependência entre os ciclos naturais e as intervenções humanas.

Segundo Moran (2010), os ecossistemas fluviais possuem uma capacidade adaptativa que depende diretamente da manutenção dos fluxos de água, evidenciando como o manejo adequado pode promover a recuperação ambiental. As aningas, como mostra a imagem, são agentes ecológicos essenciais para a estabilização das margens e a manutenção da biodiversidade.

Gellner (1995) argumenta que a regeneração de paisagens naturais como esta reflete a complexidade das interações ecológicas, onde cada elemento desempenha um papel em um sistema interconectado. Nesse caso, a recuperação das aningas simboliza a revitalização do ecossistema, reforçando o papel dos ciclos naturais em reconfigurar as relações ecológicas após períodos de crise hídrica.

Além disso, como já mencionamos anteriormente, para Santos (2000), o território deve ser compreendido como um espaço de vivências e significados que transcendem o aspecto físico. A regeneração da vegetação não apenas assegura a estabilidade ecológica, mas também reforça as práticas culturais das comunidades ribeirinhas, que dependem dessas margens para pesca, transporte e outras atividades.



Imagem 19 – Com maior volume de água na calha do rio a vegetação é recuperada e a navegação é facilitada nos canais do Delta do São Francisco. (Foto: Waldson Costa, Delta do São Francisco, Brejo Grande, Sergipe, 2024)

A imagem 19 retrata um momento de regeneração ecológica no Delta do São Francisco, evidenciado pela recuperação da vegetação ribeirinha e pela retomada da navegabilidade nos canais do rio.

A interação entre humanos e não-humanos, como o barco e o ecossistema fluvial, exemplifica as transformações positivas proporcionadas pela maior liberação de água no curso do rio, favorecendo tanto a biodiversidade quanto as práticas humanas. Esse cenário reflete conceitos fundamentais das teorias de interação socioambiental.

Conforme Latour (2009), humanos e não-humanos coexistem em redes de interações que definem os processos ecológicos e culturais. A embarcação, como agente mediador, facilita a ocupação do espaço fluvial e simboliza a conexão das comunidades ribeirinhas com o território recuperado. Por outro lado, a vegetação regenerada desempenha um papel essencial na estabilização das margens e na proteção da biodiversidade local.

Logo, como já dito anteriormente, vale lembrar que os movimentos no ambiente moldam tanto os espaços quanto os sujeitos que os habitam (Ingold (2011)). O fluxo ampliado de água não apenas viabiliza a navegação, mas também reativa as dinâmicas ecológicas, promovendo o retorno de espécies e o fortalecimento dos canais fluviais. A navegação simboliza a retomada da interação humana com o ecossistema em equilíbrio.

Além disso, Moran (2010) enfatiza que os ecossistemas fluviais são altamente dependentes de uma gestão integrada dos recursos hídricos. A liberação controlada de água pelas hidrelétricas demonstra como decisões humanas podem reverter danos ambientais, permitindo que a vegetação e os canais fluviais retornem a condições que favorecem tanto a vida natural quanto as atividades humanas, como o transporte e a pesca.

A paisagem apresentada na imagem também evoca a ideia de território como espaço de múltiplos significados, defendida por Santos (2000). A regeneração do Delta não apenas renova os ciclos ecológicos, mas reafirma também a relação simbólica e prática das populações locais com o rio, que continua sendo um elemento central de sua identidade cultural e sobrevivência econômica.

Assim, a imagem do barco navegando pelos canais do Delta reflete o equilíbrio renovado entre o homem e a natureza, simbolizando a importância de práticas sustentáveis para a preservação do ecossistema e a continuidade das interações humanas no território.



Imagem 20 – Águas do São Francisco retomam espaços que no período da “seca” haviam sido ocupados pelas águas salgadas do mar. (Foto: Rudney Melo, Foz do São Francisco, Brejo Grande, Sergipe, 2024)

A imagem 20 ilustra o retorno das águas doces do Rio São Francisco ao território que, durante os períodos de seca, foi invadido pelas águas salgadas do mar. Essa dinâmica revela um processo de recuperação ecológica, marcando a resiliência do rio diante das adversidades climáticas e das intervenções humanas.

Conforme Moran (2010), os ecossistemas fluviais são particularmente sensíveis às mudanças nos fluxos hídricos, especialmente em regiões onde a gestão das águas é influenciada por múltiplos interesses.

A retomada do espaço pelas águas doces simboliza uma recomposição natural do ecossistema, que responde às variações climáticas, como os períodos de influência da La Niña, caracterizados pelo aumento de chuvas e do volume de água nos rios.

Na imagem, a dinâmica das águas representa esse movimento constante e as interações que definem o território. O avanço das águas doces sobre as áreas ocupadas pelo mar ressignifica o espaço como um ambiente regenerado, favorecendo a biodiversidade e as práticas humanas dependentes do rio.

A abordagem de Latour (2009) sobre as redes de interação é aplicável ao observar como o equilíbrio entre águas doces e salgadas influencia não apenas o ecossistema, mas também a vida das comunidades ribeirinhas.

A gestão hídrica, somada às mudanças climáticas, impacta diretamente a composição ecológica e social do Delta, evidenciando que o equilíbrio ambiental depende de ações que considerem a complexidade dessas redes.

A recuperação das águas doces não apenas reestabelece a dinâmica natural do rio, mas também devolve às populações locais um elemento essencial para sua identidade e subsistência. A fotografia é, portanto, um registro visual de resiliência e regeneração, destacando a capacidade do Rio São Francisco de responder às forças que moldam seu curso.

Ainda neste período, é importante destacar que entre 2020-2022 o mundo desacelerou por conta da pandemia da Covid-19, fato que resultou na redução de danos no Rio São Francisco que entre 2023-2024 apresentou outros cenários em muitos trechos, demonstrando que a redução das ações e impactos humanos surtem efeitos positivos no ambiente que consegue se regenerar e promover a reparação dos danos.

Os Tempos das Águas Doces e os Tempos das Águas Salgadas são diferentes e cada um destes contribui com uma gama de memórias que são elaboradas pelas coisas da natureza, a exemplo das águas, dos ventos, dos minerais e das espécies – animais, vegetais e tantos outros organismos.

Em tempos de fartura de água (Água Doce) o rio corre por determinados canais que não são atendidos em tempos de seca (Água Salgada); isso implica na renovação ou deterioração do ambiente, que vai registrando e resguardando suas lembranças.

Por mais tempo que determinado ponto não receba água, quando o volume aumenta o rio volta a reconhecer o trajeto e novamente passa abastecer e gerar fluxos dinâmicos naquele ambiente. Isto é memória de agenciamentos – dos seres e coisas que são independentes, mas que interagem entre si gerando assegurando a permanência das coisas que são capazes de estabelecer e gerar outras vidas.

Um fenômeno interessante desta concepção de agenciamento das coisas não-humanas são as formações das dunas da APA de Piaçabuçu. Aquele ambiente específico existe dentro de uma variedade de ecossistemas presentes no Delta do São Francisco por conta da colaboração de diversas “coisas”, de diversos seres que independentes interagem entre si formando uma outra “coisa”.

As dunas são acúmulos de grão de areias, minerais independentes, que se concentram na costa com o auxílio dos ventos. Antes disso, esses grãos estavam misturados nas águas do rio e do mar; que os lançam para fora em um trecho onde os ventos agem e os fazem andar, circular até a zona de acúmulo, as dunas.

Embora os grãos de areias não percam suas características individuais, juntos elas geram uma outra coisa, as dunas, ou, até mesmo um outro ambiente reconfigurando a sua forma de estar no mundo. E, o mais destacados de todo este processo social das coisas é que este independe das ações humanas; que podem interferir e impactar em diversas questões desta dinâmica; mas os fluxos e as memórias são especificamente dos seres não-humanos.

Assim como este processo social dos seres e coisas não-humanas que acontece nas dunas, muitos outros estão em constante dinâmica de transformação dentro do Delta do São Francisco, que se encontra composto por inúmeros outros ecossistemas complexos que resguardam memórias e narrativas – inclusive as dos impactos humanos. Com base nesta compreensão, permito-me sustentar a afirmativa de que o Rio São Francisco é testemunha de tudo que acontece em seu espaço territorial, assim como, dos desequilíbrios e fenômenos que estão em curso no planeta.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou lançar luz sobre as mudanças socioambientais no Delta do São Francisco evidenciando os impactos cumulativos de intervenções humanas e fenômenos globais em uma das regiões mais sensíveis e estratégicas do Nordeste do Brasil.

Por meio de uma abordagem etnográfica ancorada nas memórias humanas e não-humanas exploramos como as dinâmicas de poder, as desigualdades sociais e os desequilíbrios ecológicos se entrelaçam, resultando em desafios tanto locais quanto globais.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que o Delta do São Francisco, moldado por décadas de exploração econômica, tornou-se um reflexo das complexidades da crise ecológica contemporânea.

Fenômenos como a salinização das águas, a perda da biodiversidade e o deslocamento de comunidades mostram como decisões políticas do passado – como a construção de barragens, hidrelétricas e a negligência com políticas inclusivas – continuam a gerar impactos socioambientais irreversíveis.

Nesse cenário, as comunidades ribeirinhas se tornam não apenas vítimas das desigualdades socioambientais, mas também protagonistas de narrativas de resistência e resiliência na construção da vida.

O debate em questão destacou ainda que enquanto os humanos sofrem com deslocamentos e transformações em seus modos de vida construindo memórias, os seres não-humanos e o próprio ambiente também guardam suas lembranças e narrativas testemunhando os processos de degradação.

Os problemas nas águas do Rio São Francisco que resultam no afastamento e eliminação de espécies animais, minerais, vegetais e organismos entre outros que dependem dos ciclos naturais são indicadores das pressões impostas pelo desequilíbrio ecológico.

Contudo, essas memórias ambientais também revelam o potencial de regeneração do ecossistema quando há redução da pressão antrópica, evidenciando a capacidade do ambiente de reestruturar suas dinâmicas naturais diante da ausência ou diminuição das intervenções humanas.

Durante o período de isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, por exemplo, o menor impacto das atividades econômicas e a redução do uso intensivo de recursos naturais permitiram que fluxos ecológicos fossem parcialmente restaurados.

No caso do Delta do São Francisco, o aumento do volume de águas doces revitalizou margens, reativou fluxos hídricos e favoreceu a recuperação da biodiversidade.

Ao adotar as perspectivas decoloniais e que envolvem a teoria do ator-rede e do agenciamento, este trabalho desafiou a visão tradicional que coloca os humanos como os únicos protagonistas das dinâmicas socioambientais.

Nas descrições-etnográficas as águas do Rio São Francisco, os ventos, as areias e outros agentes não apenas participam dos ciclos da vida, mas também moldam as interações no Delta. Essa perspectiva nos conduz a um entendimento mais amplo das crises ecológicas, integrando elementos humanos e não-humanos em um mesmo debate.

A análise das memórias ribeirinhas revelou também as dinâmicas de exclusão e violência estrutural que permeiam o uso e a apropriação dos “recursos” naturais. Pois, desde o período colonial até as políticas públicas contemporâneas, as comunidades do Delta do São Francisco têm enfrentado um modelo de desenvolvimento que privilegia interesses econômicos em detrimento da sustentabilidade e da justiça social.

As lutas de povos ribeirinhos e quilombolas, os relatos sobre a salinização das águas e os impactos das hidrelétricas evidenciam como os grupos mais vulneráveis carregam o peso das decisões que favorecem poucos, enquanto convivem com as consequências ambientais e sociais de longo prazo.

Concluimos que a crise ecológica é, antes de tudo, uma crise humana, como aponta a ONU. No entanto, ela se desdobra de forma desigual, afetando mais intensamente aqueles que ocupam posições “desfavorecidas” na hierarquia social.

A compreensão dessas crises exige uma abordagem integrada que conecte dimensões locais e global, passado e presente, humanos e não-humanos. Não basta abordar a crise climática como um problema ambiental: é preciso reconhecer suas raízes nas estruturas de poder, colonialismo e desigualdade que definem e caracterizam a história e experiência comum da humanidade.

Por fim, este estudo reforça a importância das memórias como ferramentas indispensáveis para compreender as transformações socioambientais, assim como, aponta para a necessidade de decisões políticas e sociais mais justas e inclusivas.

A valorização das narrativas locais e das interações ecológicas oferece um caminho para repensar modelos de desenvolvimento que respeitem tanto a diversidade cultural quanto a biodiversidade do planeta.

Ao adotar uma visão ética, decolonial e comprometida com o equilíbrio entre humanos e não-humanos, poderemos vislumbrar um futuro mais sustentável e equitativo para o planeta terra, que segue em uma rota de colisão para inviabilização da existência das formas de vidas humanas e não-humanas.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca (Org.). **Água e Política: Atores, Instituições e Poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil**. São Paulo, Annablume, 2010.

ABBOT, Joanne; GUIJT, Irene; COMERFORD. **Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento**. Tradução de John Cunha. IIED, 1989.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robison. **Fotoetnografia – um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Ed. Tomo, Porto Alegre, RS, 1997.

_____. **Fotoetnografia – da Biblioteca Jardim**. Editora UFRGS, Porto Alegre, RS, 2004.

ALBUQUERQUE, M. M. **Indicador de Salubridade Ambiental (ISA) como instrumento de análise da salubridade do ambiente da comunidade Saramém em Brejo Grande (SE)**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

ALMEIDA, Mauro W. B. **Populações Tradicionais e Conservação Ambiental**. São Paulo: Estação liberdade/Instituto Socioambiental, 2001.

ALTHUSSER, Louis. Ideology and Ideological State Apparatuses. In: GUPTA, Aradhana (Org.). **The Anthropology of the State**. Australia: Blackwell Editors, 2006.

ANEEL – **Agência Nacional de Energia Elétrica. Inventário Hidrelétrico do Brasil: Usinas do Rio São Francisco**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Rio São Francisco e suas hidrelétricas**. Editora XYZ, 2000.

ARAÚJO, Sérgio Silva de. **Apropriação dos recursos naturais e conflitos socioambientais no Baixo São Francisco em Sergipe e Alagoas**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos *remanescentes*: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana** vol.3 n.2 Rio de Janeiro Oct. 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Código de ética da Associação Brasileira de Antropologia*. Brasília: ABA, 2012.

BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1994.

BARTH, Fredrik. An Anthropology of Knowledge. **Current Anthropology**, v. 43, n. 1, 2002.

_____. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth**. São Paulo: Fundação Unesp, 1998.

BANKS, Marcus. **Visual methods in social research**. 2. ed. London: SAGE Publications, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual** / Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BELTING, Hans. **Antropologia da imagem – Para uma ciência da imagem**. Lisboa: KKYM+EAUM, 2014.

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. *Ecology: from individuals to ecosystems*. 4. ed. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

BENSÁ, Albán. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 39-76.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Tradução de Maria José Silveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Cap. 1: Truques, p. 17-27. Cap. 4: Conceitos, p. 145-187.

BOLLETTIN, Paride; SANABRIA, Guillermo Vega; TAVARES, Fátima (orgs.). **Etnografando na pandemia**. Editora Cleup SC, Università de Padova, Padova, Itália, 2020.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOSTROM, Nick. Existential Risks: Analyzing Human Extinction Scenarios and Related Hazards. **Journal of Evolution and Technology**, v. 9, n. 1, mar. 2002. Disponível em: <https://nickbostrom.com/existential/risks>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 10ª Ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BULLARD, Robert D. **Racismo Ambiental: Poluição, Classe e Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.

_____. **Decreto n. 88.421, de 21 de junho de 1983**. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, institui a Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu. Brasília, 1983.

_____. Fundação Cultural Palmares. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRIs)**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares>. Acesso em: mar. 2023.

_____. **Lei n. 9985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 1 out. 2024.

_____. Oxfam. **1% DA POPULAÇÃO MAIS RICA ESGOTA SEU LIMITE ANUAL DE EMISSÕES DE CARBONO EM APENAS 10 DIAS**. Oxfam Brasil, São Paulo, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/1-da-populacao-mais-rica-esgota-seu-limite-anual-de-emissoes-de-carbono-em-apenas-10-dias/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – Artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORDEIRO, Graça; VIDAL, Frédéric. **A rua – espaço, tempo e sociabilidade**. Portugal: Livro Horizontes.

COSTA, Waldson de Souza. **Nos ‘morros vivos’ de Pixaim – as dinâmicas dos conhecimentos no ambiente**. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

_____. A quem pertence a imagem? Implicações éticas sobre o uso da fotografia em trabalhos científicos. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/22420>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. **The Anthropocene**. *Global Change Newsletter*, n. 41, p. 17-18, 2000.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. São Paulo: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DEMOS, T. J. **Decolonizing Nature: Contemporary Art and the Politics of Ecology**. 1ª. ed. Berlin: Sternberg Press, 2016.

DESCOLA, Philippe. Além de Natureza e Cultura. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan.-jun. 2015.

_____. **As formas do visível: uma antropologia da figuração**. Tradução de Bernardo Betancur de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 2023.

_____. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. **Para além de natureza e cultura**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gísli (org.). **Nature and society: anthropological perspectives**. London: Routledge, 1996.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional**. 3ª ed. Maceió: Edufal, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Edusp, 1998.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaios**. Ed. Papyrus, 7 Edição, São Paulo. 2003.

ELETROBRAS – Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco). Histórico das usinas hidrelétricas do Rio São Francisco. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luisa. **Etnografia da Duração. Etnografia da Duração – antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas**. Pallotí. Porto Alegre, 2023.

_____, Cornelia. **Antropologia e imagem: os usos do audiovisual na produção do conhecimento etnográfico**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____, Cornelia. **A memória coletiva e individual: reflexões antropológicas**. *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 1, p. 207-236, 2004.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução de Leticia Mei. Prefácio de Angela Davis. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERRARI, Trujillo Alfonso. *Potengy: Encruzilhada no Vale do São Francisco*. São Paulo: Editora Sociologia e Política – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1960.

FONTES, Luiz Carlos da Silveira. **Erosão marginal no baixo curso do rio São Francisco: um estudo de caso de impactos geomorfológicos à jusante de grandes barragens**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 5 ed, Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

GELLNER, Ernest. **Antropologia e Política: Revoluções no Bosque Sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1997.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: Ensaio sobre antropologia interpretativa**. 14^a ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, Marconi de Souza; MEIS, Monica R. de; ALVES, Ivonete M. **Formação e evolução de deltas no Brasil: Uma análise geomorfológica e sedimentar**. Revista Brasileira de Geomorfologia, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 287–305, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbg>. Acesso em: 1 dez. 2024.

GONÇALVES, Marco Antônio. Imagem e Experiência. In: NOVAES, S.C.; HIKIJI, R.S.; CUNHA, E.; BARBOSA, Andrea (Org.). **A Experiência da Imagem na Etnografia**. Ed. Terceiro Nome, São Paulo, 2016. (p.19-25)

GURAN, Milton. **O Brasil dos viajantes: antropologia, literatura e imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2015.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o Problema: Fazer Parentes no Chthuluceno**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Sapiens: uma breve história**. Tradução de Janaína Marcoantonio. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 46/03-N, de 12 de setembro de 2003. Serviço Público Federal. Ministério do Meio Ambiente, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/piacabucu>. Acesso em: set. 2023.
_____. *IBGE Cidades. Versão 4.3.8.18.9.* Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/piacabucu/panorama>. Acesso em: set. 2023.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Área de Proteção Ambiental, Plano de Manejo. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2010.

INGOLD, Tim. **Antropologia – Para que serve?** Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. **Estar vivo: Ensaio sobre o movimento, conhecimento e descrição.** Petrópolis: Vozes, 2015.

I _____. **A Percepção do Ambiente: Ensaio sobre Vivência, Morada e Habilidade.** São Paulo: Editora Senac, 2012.

JUNIOR. John Collier. **Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa.** Editora Pedagógica e Universitária, São Paulo, 1973.

JUNKES. Sérgio Luiz. **O que é “Justiça Social.** Jurisprudência Catarinense, Florianópolis, Volume 35, N° 116, Abri/Jun. 2008. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/92255/justica_social_junkes.pdf. Acesso em 04 de junho 2023.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Futuro ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. **O amanhã não está à venda.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. **Down to Earth – Politics in the New Climatic Regime.** Paris: La Découverte, 2019.

_____. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.** Tradução de Irene Aguiar. São Paulo: Editora UFMG, 2004.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede.** Tradução de André Telles. Salvador: Edufba, 2012.

LIMA, Camila Santos de Figueiredo. **Do Cabeço ao Saramém: um ensaio sobre degradação ambiental e economia da produção social em um município do Baixo São Francisco Sergipano.** 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

MACDOUGALL, David. **Transcultural cinema.** Princeton: Princeton University Press, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641–1669.** 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.** Decreto nº 5.758, de 13 de julho de 2006. Brasília: Secretaria da Biodiversidade e Florestas, Diretoria de Áreas Protegidas, 2006.

_____. **Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro: Sistema de Gestão Ambiental de Regiões Geográficas Delimitadas.** Brasília: MMA, 2000. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MILTON, Kay. **Ecologías: antropología, cultura y entorno.** Disponível em: <https://www.unesco.org/issj/rics154/miltonspa.html>. Acesso em: [s.d.].

MORAN, Emilio F. **Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica.** Tradução de Carlos E. A. Coimbra Jr., Marcelo Soares Brandão e Fábio Larsson. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp; Senac São Paulo, 2010.

_____. **A Ciência Ambiental: fundamentos e aplicações.** São Paulo: Editora USP, 2010.

MURPHY, Michelle. Economization of life: Calculative Infrastructures of Population and Economy. In: **Relational Ecologies: Subjectivity, Nature, Sex and Architecture.** London: Routledge, 2013. p. 139-155.

NASCIMENTO, M. C. do; RIBEIRO JÚNIOR, C. E.; NETTO, A. de O. A. **Relatório técnico da campanha de avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da regularização das vazões no Baixo São Francisco.** Maceió: Agência Peixe Vivo, 2013. Disponível em: <https://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/05/Relatório-da-expedição-da-Região-do-Baixo-SF-FINAL-26-03-2014.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2023.

NEVES, Walter. **Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre sociedades humanas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NOVAES, Sylvia Cauby. **A construção da imagem na pesquisa de campo em antropologia**. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 13, n. 31, p. 11-29, jul.-dez. 2012.

_____. **Imagens em Foco nas Ciências Sociais**. In: HIKIJI, Rose Satiko. (Org.). *Escrituras da Imagem*. Fapesp. São Paulo: Edusp, 2004, p. 11-18.

PRIMACK, R. B. **Essentials of conservation biology**. 5. ed. Sunderland: Sinauer Associates, 2010.

PEIRANO, Mariza. Artimanhas do acaso. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 89, p. 9-21, 1992.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, p. 377-391, 2014.

_____. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 2, USP, 2008.

PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). **Antropologia e Imagem – Narrativas Diversas (Volume 1)**. Ed. Garamond. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Antropologia e Imagem – os bastidores do filme etnográfico (Volume 2)**. Ed. Garamond. Rio de Janeiro, 2011.

PINK, Sarah. **Doing visual ethnography: Images, media, and representation in research**. 2. ed. London: SAGE Publications, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. **Memória e Identidade Social**. *Estudos Históricas*, Volume 5, Nº 10, Rio de Janeiro, p. 200-212, 1992.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. *Revista Estudos Avançados*, v. 21, n. 62, p. 93-107, 2005.

PUJADAS, Joan; D'AGERMIR, Dolors; GIRONA, Jordi. **Etnografia**. Barcelona: UOC, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAWLS, John. **Justiça e Democracia**. Tradução de Irene A. Paternont. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2002. Disponível em: <https://rbja.org/acervo/>. Acesso em: 04 de agosto de 2024.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

_____. **O dinheiro e o território**. In: *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. coleção Espaço, Território e Paisagem. Lamparina, 2011.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 8, São Paulo: Edusp, 2014b.

_____. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SOARES, Emerson Carlos; SILVA, José Vieira; SILVA, Themis Jesus (Orgs.). **O baixo São Francisco: características ambientais e sociais**. Volume II. Maceió: Edufal, 2022.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Orgs.). **Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

_____. **Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito**. *Revista Mana*, v. 20, p. 163-183, 2014.

SILVA, Irene da. **Gestão de conflitos socioambientais na área de proteção ambiental de Piaçabuçu, Alagoas, na década de 90: um marco de mudança para um futuro sustentável**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2002.

SILVA, E. C. **Um mergulho nas águas do Velho Chico: Territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos pescados artesanais de Saramém, Brejo Grande-SE**. 2014. Dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**. *O Que Nos Faz Pensar*, v. 14, n. 18, p. 117-143, set. 2004. Disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/197>. Acesso em: 6 out. 2024.

_____, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Ubu Editora, 2015.

WHATELY, Marussia; CAMPANILI, Maura. **O século da escassez: uma nova cultura de cuidado com a água: impasses e desafios**. São Paulo: Claroenigma, 2016.

ZAMBI, Maria Madalena. **As “areias vivas” de Pixaim: a comunidade das dunas da Foz do São Francisco**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

_____. **Representações moventes: um estudo sobre Pixaim, a comunidade das dunas da foz do Rio São Francisco, AL.** 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FILMOGRAFIA

ANTROPOCENO: A era humana. Direção: Jennifer Baichwal, Edward Burtynsky, Nicholas de Pencier. Produção: Nicholas de Pencier, Jennifer Baichwal. Roteiro: Jennifer Baichwal, Edward Burtynsky. Canadá: Mercury Films, 2018. Filme (87 min.), colorido, sonoro.

EXPRESSO DO AMANHÃ. Direção: Bong Joon-ho. Produção: Park Chan-wook, Lee Tae-hun. Roteiro: Bong Joon-ho, Kelly Masterson. Estados Unidos, Coreia do Sul: CJ Entertainment, 2013. Filme (126 min.), colorido, sonoro.

NÃO OLHE PARA CIMA. Direção: Adam McKay. Produção: Kevin Messick, Adam McKay. Roteiro: Adam McKay, David Sirota. Intérpretes: Leonardo DiCaprio, Jennifer Lawrence, Meryl Streep, Cate Blanchett. EUA: Netflix, 2021. Filme (138 min.), colorido, sonoro.

O MUNDO DEPOIS DE NÓS. Direção: Louda Ben Salah-Cazanas. Produção: Charlotte Vincent, David Thion. Roteiro: Louda Ben Salah-Cazanas. Intérpretes: Aurélien Gabrielli, Louise Chevillotte, Saadia Bentaïeb. França: Moby Dick Films, 2021. Filme (85 min.), colorido, sonoro.